



# Relatório de Gestão

EXERCÍCIO **2018**



RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

**PROCURADORIA-GERAL DE  
JUSTIÇA**

Dr. José Omar de Almeida Júnior  
Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Dr. José Omar de Almeida Júnior  
Presidente

Dr. José Demóstenes de Abreu  
Secretário

Dr. Alcir Raineri Filho  
Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini  
Dr. Marco Antonio Alves Bezerra

**CORREGEDORIA-GERAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Dr. Marco Antonio Alves Bezerra  
Corregedor-Geral

Dr. João Rodrigues Filho  
Corregedor-Geral Substituto

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE  
JUSTIÇA**

Dr. José Omar de Almeida Júnior  
Presidente

Dra. Elaine Marciano Pires  
Secretária

Dr. Ricardo Vicente da Silva  
Secretário Substituto

Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães  
Dr. José Omar de Almeida Júnior  
Dr. Alcir Raineri Filho  
Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira  
Dr. João Rodrigues Filho  
Dr. José Demóstenes de Abreu  
Dr. Marco Antonio Alves Bezerra  
Dr. José Maria da Silva Júnior  
Dra. Jacqueline Borges Silva Tomaz  
Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini

**OUVIDORIA DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO**

Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães  
Ouvidora



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### ELABORAÇÃO

Ediney Vaz Parente  
Ivana Labre  
Jair Kennedy Félix Monteiro  
João da Silva Macedo  
João Ricardo da Silva Araújo  
Luciele Ferreira Marchezan  
Marcos Conceição da Silva  
Raquel da Costa Pires Saraiva  
Sâmia de Oliveria Holanda

### RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

Servidores das Unidades do Ministério Público do Tocantins, mencionadas no texto.

### REVISÃO

Luciana Carla da Hora Dualibe

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

T631r	<p>Tocantins. Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão</p> <p>Relatório de Gestão – 2018 / Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão. – Palmas: MPE/TO, 2018.</p> <p>194 p.:il.</p> <p>1. Ministério Público – Tocantins – Relatório – 2018/ 2. Planejamento. I. Título.</p> <p>CDD – 341.3852 CDU – 336.126.5</p>
-------	---

Catálogo na fonte: Biblioteca do Ministério Público do Tocantins



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### Sumário

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>8</b>
2.1.	Identificação .....	8
2.2.	Competências .....	8
2.3.	Atribuições .....	9
2.4.	Organização .....	9
2.5.	A Estratégia.....	13
<b>3</b>	<b>AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>15</b>
3.1.	Introdução .....	15
3.2.	Resultados da Perspectiva Impacto Social .....	16
3.3.	Resultados da Perspectiva Processos Internos.....	17
3.3.1	Tema – Infância e Juventude .....	18
3.3.2	Tema – Cidadania .....	18
3.3.3	Tema – Criminal.....	19
3.3.4	Tema – Atuações Especiais.....	20
3.3.5	Tema – Institucional .....	21
3.4.	Resultados da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura .....	22
3.5.	Resultados da Perspectiva Financeira.....	23
3.6.	Análise do Envolvimento da Liderança no Processo Estratégico e Desempenho da CPGE-MPE/TO .....	24
3.7.	Principais Conclusões sobre o Desempenho do Plano Estratégico .....	24
<b>4</b>	<b>AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 .....</b>	<b>29</b>
4.1.	Introdução .....	29
4.1.1	A Revisão do Plano Plurianual e o Orçamento Aprovado de 2018.....	29
4.1.2	Confronto entre a Recursos Estimados e a Realizados.....	30
4.1.3	Contingenciamento de Gastos .....	31
4.1.4	Confronto entre a Despesa Autorizada e a Empenhada .....	32
4.1.5	Alterações da Despesa Aprovada .....	33
4.2.	Execução do Programa Temático: 1170 – Modernização e Governança da Justiça .....	34
4.2.1	Ação 1082 – Realização de Adequações Físicas e Mobiliárias do Ministério Público .....	36
4.2.2	Ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público .....	38
4.2.3	Ação 1023 – Construção de Sedes de Promotorias de Justiça .....	39
4.2.4	Ação 1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPE/TO.....	40



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

4.2.5	Ação 2339 – Realização de Ações para Implementação e Execução do PEN-MP...	41
4.2.6	Ação 1127 – Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público .....	42
<b>4.3.</b>	<b>Execução do Programa Temático: 1173 – Justiça .....</b>	<b>43</b>
4.3.1	Ação 2099 – Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público .....	46
4.3.2	Ação 2100 – Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público .....	47
4.3.3	Ação 2101 – Manutenção das Ações de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional .....	48
4.3.4	Ação 2147 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas.....	49
4.3.5	Ação 2149 – Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial .....	50
4.3.6	Ação 2148 – Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público.....	51
<b>4.4.</b>	<b>Execução do Programa de Gestão: 1144 – Manutenção do Ministério Público.....</b>	<b>52</b>
4.4.1.	Ação 2289 – Manutenção de Recursos Humanos .....	53
4.4.2.	Ação 2285 – Manutenção de Estagiários do Ministério Público .....	55
4.4.3.	Ação 2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores	56
4.4.4.	Ação 2210 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais....	56
4.4.5.	Ação 2310 – Manutenção de Serviços de Transporte .....	59
4.4.6.	Ação 2294 – Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação.....	60
<b>4.5.</b>	<b>Principais Conclusões sobre a Avaliação das Metas Previstas no Plano Plurianual 2016-2019 e na Lei Orçamentária Anual de 2018 .....</b>	<b>61</b>
<b>5</b>	<b>ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>5.1.</b>	<b>Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional) .....</b>	<b>62</b>
<b>5.2.</b>	<b>Colégio de Procuradores de Justiça .....</b>	<b>62</b>
<b>5.3.</b>	<b>Conselho Superior do Ministério Público.....</b>	<b>63</b>
<b>5.4.</b>	<b>Corregedoria-Geral do Ministério Público .....</b>	<b>64</b>
<b>5.5.</b>	<b>Ouvidoria do Ministério Público .....</b>	<b>69</b>
<b>5.6.</b>	<b>Órgãos de Execução do Ministério Público .....</b>	<b>72</b>
<b>5.7.</b>	<b>Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução.....</b>	<b>95</b>
5.7.1.	Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon) .....	96
5.7.2.	Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid).....	107
5.7.3.	Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac) .....	116
5.7.4.	Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude .....	118
5.7.5.	Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma).....	121
5.7.6.	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS).....	123
5.7.7.	Assessoria de Comunicação.....	125



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

5.7.8. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) .....	135
5.7.9. Cartório de Distribuição.....	144
<b>5.8. Procuradoria-Geral de Justiça (Diretoria-Geral) .....</b>	<b>148</b>
5.8.1. Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia.....	149
5.8.2. Departamento de Licitações.....	151
5.8.3. Departamento de Planejamento e Gestão .....	160
5.8.4. Departamento de Finanças e Contabilidade .....	165
5.8.5. Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.....	165
5.8.6. Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação .....	173
5.8.7. Departamento Administrativo.....	181



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Ministério Público do Tocantins (MPE/TO), exercício 2018, foi elaborado de forma coletiva pelos integrantes desta Instituição, sob a coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão. Esse documento pretende apresentar o desempenho organizacional, bem com a gestão orçamentária e financeira da Instituição, de acordo com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE) nº 006/2003.

No ano de 2018, o cenário nacional mostrou-se instável, marcado pela inflexão na taxa do produto interno bruto, controle inflacionário, elevado desemprego, déficit público recorde e muitas incertezas políticas. Os reflexos deste cenário sob a gestão das finanças do Estado do Tocantins se converteram na frustração de mais de R\$ 321 milhões de receitas da fonte do tesouro.

Diante desse quadro, o MPE/TO manteve-se orientado pelo rigoroso planejamento das ações, o que nos permitiu permanecer organizacionalmente estáveis. Como consequência, apesar de não sairmos do ano ilesos, pois nos foi imposto contingenciamento recursos, vencemos a maioria das batalhas que serão apresentadas neste Relatório.

Procuramos fazer mais com menos. Apostamos em soluções criativas, de baixo custo e alta resolutividade, melhorando a eficiência operacional de nossas rotinas. Desenvolvemos ações voltadas à valorização do nosso capital intelectual, cumprindo com os direitos de membros e servidores, promovendo capacitações e proporcionando condições adequadas de trabalho.

Para o ano vindouro, contaremos com um reajuste bastante tímido em nosso Orçamento. Mas não fazemos dessa dificuldade uma limitação. Pois contamos com a energia da equipe dos integrantes para prosseguir. Todo esse esforço conjunto tem como alvo permitir ao MPE/TO a defesa eficiente da democracia, das leis e dos interesses da sociedade. Imbuídos desses propósitos, iniciamos 2019 com ânimo renovado.

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

#### 2.1. Identificação

Quadro 2.1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla:	Procurador- Geral de Justiça - PGJ
Natureza jurídica:	Administração Direta
Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Fonte: Assessoria de Comunicação

#### 2.2. Competências

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do MPE/TO, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, instituiu como funções institucionais do MPE/TO:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública;
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- e) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- f) exercer o controle externo da atividade policial;
- g) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- h) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- i) defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

### 2.3. Atribuições

A função desempenhada pelos Membros do MPE/TO restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

*“Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça” (art. 76);*

*“Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça” (art. 77).*

### 2.4. Organização

A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, da Ouvidoria do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros.

Os Órgãos da Administração Superior são estruturas organizacionais que atuam diretamente para regulação dos demais componentes da Instituição. Eles são o Colégio de

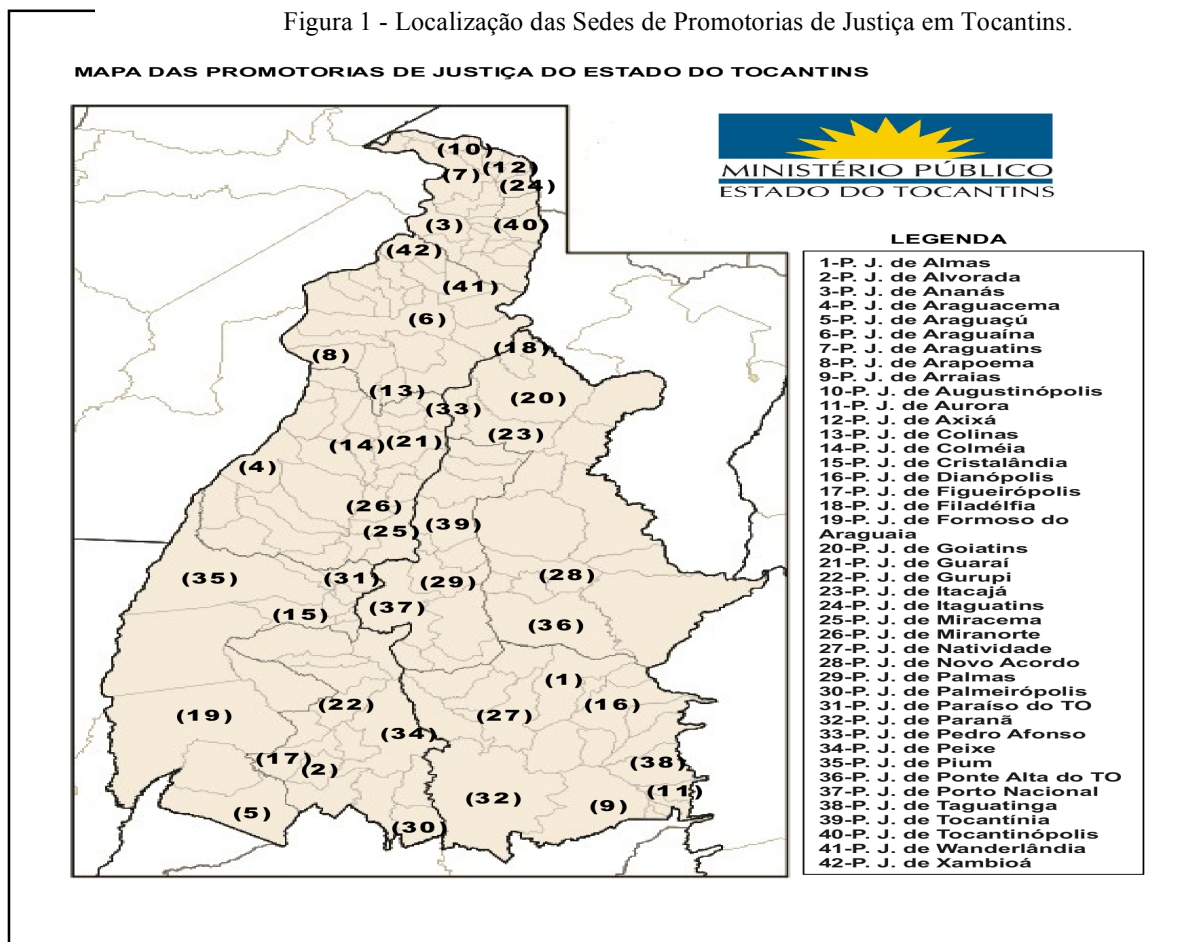
## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça.

As Procuradorias de Justiça atuam em segundo grau, isto é, oficiam nos processos de competência originária dos tribunais, cíveis ou penais, naqueles que se encontram na corte em grau de recurso e nos quais haja interesse público a justificar a intervenção do MPE/TO, participando das sessões de julgamento. Atualmente o MPE/TO conta com doze Procuradorias de Justiça.

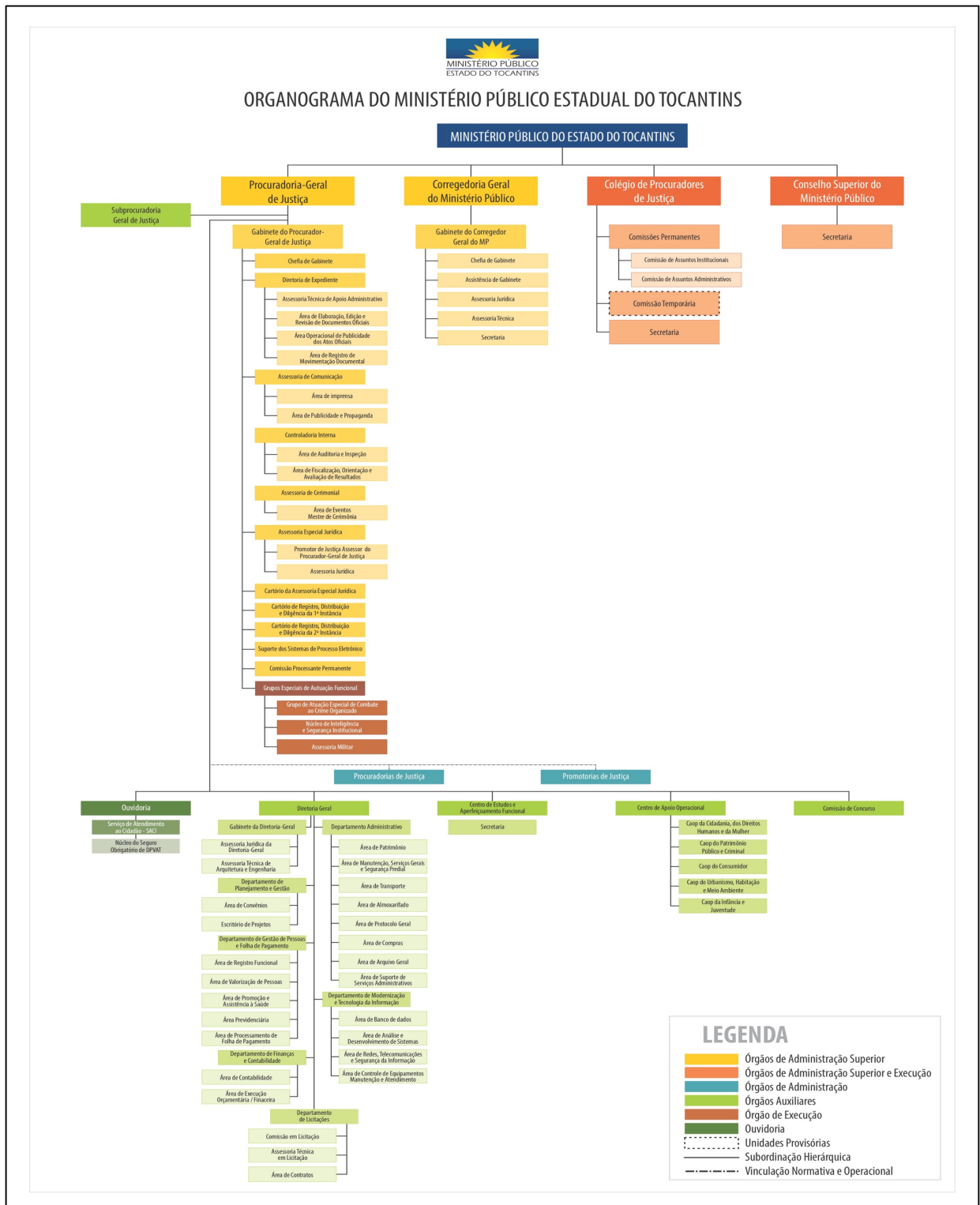
Por sua vez, as Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, estão localizadas em comarcas de primeira, segunda ou terceira entrâncias. Nas comarcas de segunda e terceira entrâncias, as promotorias de justiça podem se encontrar especializadas por ramo ou assunto do Direito.

Figura 1 - Localização das Sedes de Promotorias de Justiça em Tocantins.



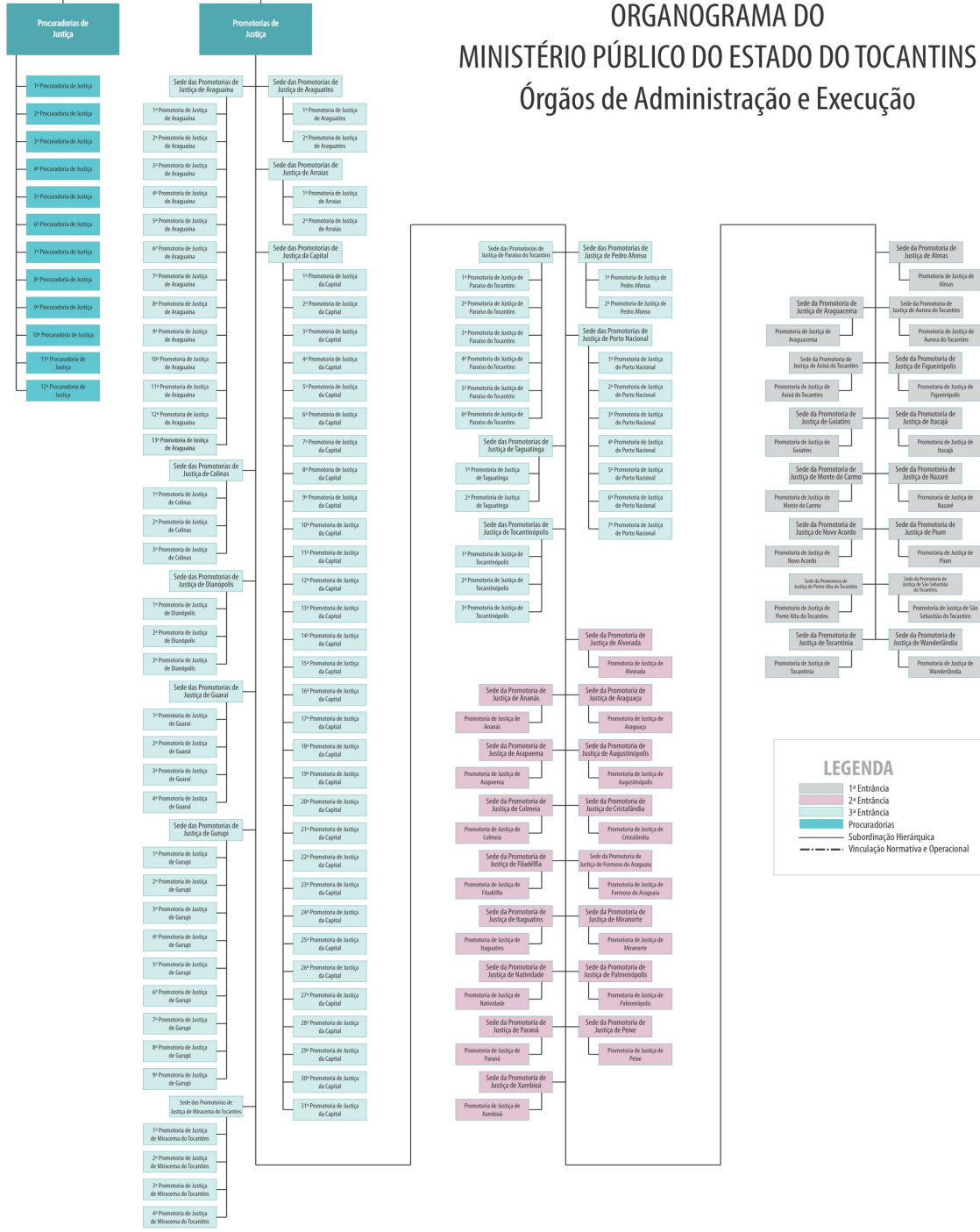
## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

A disposição da organização administrativa e das vinculações hierárquicas do MPE/TO foram normatizadas pela Resolução CPJ nº 008/2015, que aprovou o organograma da instituição (disponível para download no Portal da Transparência do MPE/TO).



ORGANOGRAMA DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS  
Órgãos de Administração e Execução

Organograma Principal do MPE/TO





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 2.5. A Estratégia

#### MISSÃO

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

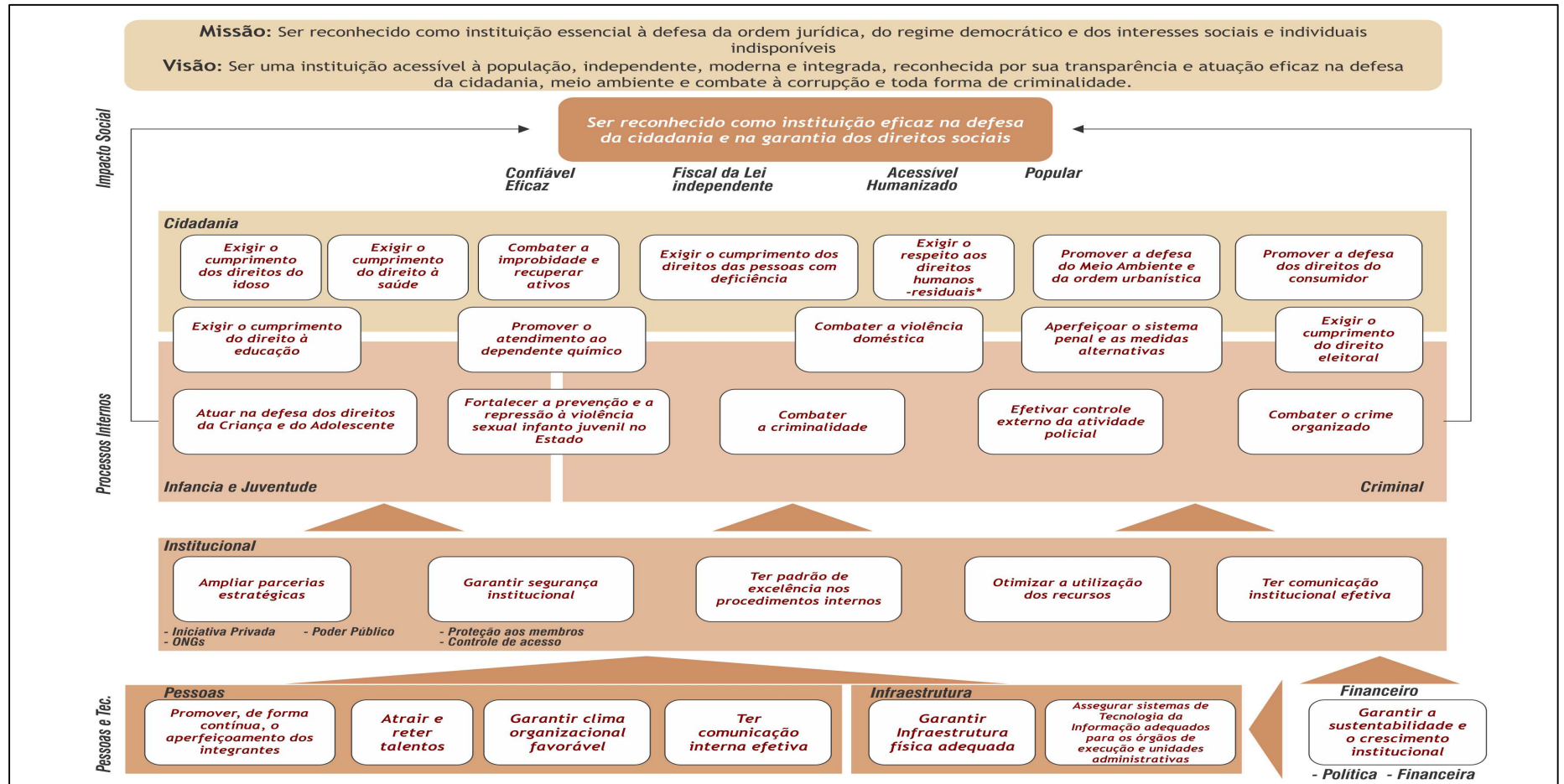
#### VISÃO

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

#### VALORES

- Confiável
- Eficaz
- Acessível
- Fiscal da Lei
- Popular
- Independente
- Humanizado
- Transparente

Figura 2.5.1 – Mapa Estratégico do MPTO





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO

#### 3.1. Introdução

O ciclo de planejamento traçado para o MPE/TO em 2010 está entrando em sua fase final. Os ganhos obtidos permitiram saltos de produtividade, maior economicidade na atuação ministerial e uma revolução em tecnologia e infraestrutura, transformando o Órgão numa Instituição mais confiável, transparente, segura, moderna e eficaz. O ciclo possibilitou, ainda, a internalização de valores, bem como o desenvolvimento de sua força de trabalho, valorizando-a e capacitando-a.

Em sua estrutura, o planejamento estratégico do MPE/TO define sua missão, visão, valores e está dividido em quatro perspectivas, com 30 objetivos estratégicos divididos em sete temas. Sua construção se orientou pela metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), que foi adaptada para organizações públicas. Também fazem parte do modelo de gestão estratégica 55 indicadores, que procuram demonstrar o desempenho institucional quanto ao alcance dos objetivos traçados.

Atualmente, a estratégia do MPE-TO é gerida segundo os ditames da Portaria nº 519/2018, que instituiu a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE- MPE/TO) como responsável pela sua gestão, avaliação, monitoramento e controle, além de promover o aprendizado organizacional sobre o assunto, revisando-o sempre que necessário. Salientamos que a gestão da estratégia deste MPE/TO segue as diretrizes da Resolução nº 147/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que instituiu o modelo e a forma de gestão do planejamento estratégico para os Ministérios Públicos brasileiros.

As metas dos indicadores para o ano de 2018 foram definidas a partir da necessidade de evolução da atuação da Instituição. O banco de dados utilizado para o cálculo dos indicadores é retirado periodicamente do Relatório de Atividades Funcionais – RAF, gerido pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, além de outros relatórios produzidos pelas estruturas organizacionais da Instituição, compilados pelo Departamento de Planejamento e Gestão. Com estas informações, foi possível apurar os valores de 45 indicadores em 2018. Entre estes, 22 se destacaram e superaram as metas estabelecidas para o exercício.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Apresentaremos os resultados dos indicadores conforme a divisão do mapa estratégico, ou seja, nas perspectivas impacto social; processos internos; pessoas, tecnologias e infraestrutura; e, por fim, na perspectiva financeira. Dessa forma, esperamos demonstrar a hipótese estratégica assumida por nossos líderes quando conceberam o Plano atualmente em vigor: “Reconhecimento pela Excelência em Gestão”. Com a presente seção deste relatório, esperamos traçar um panorama de nossa gestão, fornecendo subsídios para a condução da trajetória, de modo a evitar a deriva estratégica.

### 3.2. Resultados da Perspectiva Impacto Social

A perspectiva impacto social do mapa estratégico procura demonstrar os resultados da ação do MPE-TO para o desenvolvimento e melhoria das condições existenciais da sociedade tocantinense e retratar o contexto do ambiente externo, ou seja, as variáveis não controláveis pela gestão. Nessa ótica, gerar resultados palpáveis e agregar valores à sociedade são a tônica do impacto social que envolve missão, visão e valores institucionais.

Neste sentido, cabe ressaltar o desempenho do indicador “número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins”, o qual alcançou o total de 427.997 ações, superando a meta para 2018 em mais de 24 mil ações, representando crescimento acima de 6,6% em relação ao período anterior. O resultado evidencia o esforço que o Órgão tem despendido para resolver/mitigar os problemas e conflitos noticiados pela sociedade ou descobertos por investigações dos membros deste *parquet*.

Cumpramos ressaltar que os indicadores resultantes de pesquisas não puderam ser alimentados em virtude da falta de instrumentos para realizar essa medição, bem como da falta de recursos para contratar esses serviços externamente.

Apresentamos, então, os indicadores da perspectiva impacto social:

Quadro 3.2.1 – Indicadores da Perspectiva Impacto Social

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
1.1. Grau de satisfação no atendimento do MPE/TO	N/A	N/A	N/A
1.2. Pesquisa de imagem do MPE/TO, em nível regional	N/A	N/A	N/A
1.3. Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins ( <i>Proxy</i> )	373.328	403.194	427.997

Legenda: N/A - Informação indisponível no momento.  
Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Registramos como ponto positivo os principais destaques jornalísticos em nosso site, como indicador substituto, que evidenciam o impacto social das ações da Instituição e o reconhecimento da população tocantinense.

Quadro 3.2.2 – Destaques Jornalísticos de Impacto Social

Data	Título
20/02/18	Ministério Público do Tocantins mantém nível de excelência em transparência
04/04/18	“Combate à corrupção na visão do Ministério Público” será tema de seminário em faculdade da capital
05/04/18	Promotora de Justiça da Saúde é homenageada com título de Cidadã Tocantinense
21/05/18	MPE mantém nível excelente em novo ranking da transparência divulgado pelo CNMP
22/05/18	Promotores de Justiça recebem Moção de Aplausos da OAB/TO em Pedro Afonso
07/06/18	Coordenador do Caopij vai compor GT para diagnóstico do sistema socioeducativo nacional
13/06/18	Atuação do MPE na proteção da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso é destaque em revista nacional sobre sustentabilidade
28/06/18	Promotor de Justiça recebe homenagem do Conselho Estadual sobre Drogas
27/08/18	Promotor de Justiça é homenageado com título de Cidadão Pedro Afonsino
24/09/18	Procuradora de Justiça recebe Moção de Aplausos da Câmara Municipal de Araguaína
09/11/18	Livro lançado sobre combate à corrupção conta com artigos de integrantes do MPE
19/11/18	Membros do Ministério Público serão homenageados em sessão solene de 30 anos do Estado
21/11/18	José Omar e Alcir Raineri recebem homenagem do Poder Legislativo Estadual
29/11/18	Integrante do MPE é eleita vice-presidente de colegiado de diretores de escolas e centros de aperfeiçoamento do MP
04/12/18	Membros do Ministério Público recebem título de cidadão tocantinense pelos serviços prestados
05/12/18	Promotora de Justiça é empossada na Academia Gurupiense de Letras
12/12/18	Promotora de Justiça recebe moção de aplausos
13/12/18	Ministério Público do Tocantins se destaca nacionalmente pela presença nas redes sociais
19/12/18	Ministério Público do Tocantins mantém nível de excelência no Portal da Transparência
21/12/18	MPE obtém conceito de excelência no cumprimento do Planejamento Estratégico Nacional

Fonte: Assessoria de Comunicação

### 3.3. Resultados da Perspectiva Processos Internos

Em nosso mapa estratégico, a perspectiva processos internos refere-se aos aspectos que devem ser melhorados em nossas atividades organizacionais para alcançar a hipótese estratégica. Conforme o enfoque, os processos internos são voltados tanto para a área-fim como para área-meio, e ambos devem estar atrelados à missão e à visão ministerial. Os processos da área-fim foram organizados com base nos temas infância e juventude, cidadania, criminal e atuações especiais; já os processos internos da área-meio foram categorizados no tema institucionais.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

A seguir, apresentamos, por tema, os resultados da perspectiva de processos internos e sua avaliação.

### 3.3.1 Tema – Infância e Juventude

Quadro 3.3.1.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Tema: Infância e Juventude

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	3.221	3.479	2.976
2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas	17.300	18.684	17.286
2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	21.005	22.685	20.414
3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	339	366	546
3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	295	319	589
4.1. Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”	N/A	N/A	N/A
5.1. Ações voltadas a execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infanto juvenil”	N/A	N/A	N/A

Legenda: N/A - Informação indisponível no momento.  
Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

O destaque do tema Infância e Juventude foram as atuações do MPE/TO na defesa do direito a educação, que superaram em grande volume as metas estabelecidas para o período. Na esfera extrajudicial o índice alcançou 49,1% acima da meta e na esfera cível resultou em 84,6% superior ao planejado. Além dos resultados dos indicadores, salientamos a criação, pelo Colégio de Procuradores de Justiça em 2018, da primeira Promotoria Regional com atuação em Educação do Tocantins.

Três dos indicadores do tema não alcançaram as metas estabelecidas e outros dois indicadores não puderam ser mensurados em função de projetos que não se iniciaram. Neste sentido, cumprirá a Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE) e aos Órgãos da Administração Superior deste MPE/TO avaliarem as metas estipuladas e, caso seja necessária, realizar rediscussão das ações planejadas.

### 3.3.2 Tema – Cidadania



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.3.2.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Tema: Cidadania I

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
11.1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência	1	1	9
11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	135	146	76
12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso	457	494	455
13.1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde	5.803	6.267	5.307
13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	4.012	4.333	4.996

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

Podemos afirmar que papel do MPE/TO, quanto ao tema cidadania, está ligado à defesa dos direitos humanos e à promoção da cidadania, que são duas frentes complementares de atuação. Enquanto a defesa dos direitos humanos visa combater as desigualdades, preconceito e todas as formas de discriminação, à defesa da cidadania cumpre fazer valer os direitos e deveres de todos os cidadãos.

Em sua atuação no tema, o MPE/TO conseguiu superar duas metas, se manteve estável em uma e decresceu em duas outras, alcançando um desempenho regular no assunto. Os destaques da atuação foram a promoção de ações judiciais de crimes contra pessoas com deficiência e ações extrajudiciais de cumprimento do direito a saúde.

### 3.3.3 Tema – Criminal

Quadro 3.3.3.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Tema: Criminal

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
6.1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade	112.152	121.124	157.301
6.2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade	237	256	1.241
7.1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	496	536	574
7.2. Ações extrajudiciais de Controle Externo da Atividade Policial	165	178	839
7.3. Recomendações de melhorias nas delegacias requisitadas	N/A	N/A	1
8.1. Ações de Fiscalização da Execução Penal	31.846	34.394	40.226
8.2. Inspeções nas unidades prisionais	159	172	146
9.1. Ações de combate ao crime organizado	966	1.043	716
10.1. Ações de combate à violência doméstica	22.169	23.943	25.286

Legenda: N/A - Informação indisponível no momento.

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

Como defensor da ordem jurídica e titular da ação penal, o papel do Ministério Público é relevante para promoção do bem-estar social. Essa atuação se dá tanto no combate à

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

criminalidade, por meio de investigações e ações judiciais e extrajudiciais, quanto na fiscalização do cumprimento do direito penal, no controle externo da atividade policial, além das importantes atuações no combate ao crime organizado e à violência doméstica.

Para facilitar a compreensão e a importância do tema, iniciaremos a análise pelos indicadores do combate a criminalidade, para os quais o resultado foi um expressivo salto da meta estimada para o período, tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Assim, no que diz respeito à atuação no controle externo da atividade policial, podemos ver no quadro 5 que também houve comprovado sucesso, uma vez que todos os seus três indicadores relacionados superaram as metas estabelecidas.

Prosseguindo a análise, cabe ressaltar o sucesso da atuação no combate a violência doméstica, cujos números superaram em muito a meta, representando um crescimento acima de 14,0% no volume de ações do assunto.

### 3.3.4 Tema – Atuações Especiais

Quadro 3.3.4.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Tema: Atuações Especiais

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
14.1. Ações Judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	2.575	2.781	4.860
14.2. Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	4.994	5.394	3.901
15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	14.415	15.568	4.026
16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	5.809	6.274	6.131
16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	487	526	618
16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	4.408	4.761	4.843
16.4. Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico	N/A	N/A	50
17.1. Ações voltadas à execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)	N/A	N/A	N/A
18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	1.339	1.446	1.685
18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	318	343	714
18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor	141	152	132



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.3.4.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-fim / Tema: Atuações Especiais

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
18.4. Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas	N/A	150	135

Legenda: N/A - Informação indisponível no momento.  
Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

Na parte de Atuações Especiais encontram-se ações do MPE/TO em diversos campos do direito, notadamente: Direito Administrativo e Improbidade Administrativa, Direito Eleitoral, Direito Ambiental e Urbanístico, Direitos Humanos e Direitos do Consumidor.

No geral, o tema Atuações Especiais apresentou resultados de cumprimento ou de superação das metas em seis indicadores, esteve abaixo da meta em cinco indicadores e apenas um indicador sem mensuração.

Já na análise específica, temos que a atuação em Improbidade Administrativa continuou se destacando no ano de 2018, com a soma dos dois indicadores relativos à área ultrapassando a soma das metas dos mesmos.

No Direito Eleitoral, configura-se uma queda no número de ações em razão da atenção dada ao período eleitoral, no qual diversas atuações são substituídas pela fiscalização de pleitos e de condutas dos candidatos e eleitores. Cumpre ressaltar que tal queda é sazonal e ocorre nos períodos de eleição.

Passando ao assunto Direito Ambiental e Urbanístico, tema que figurou de forma destacada durante boa parte do ano na imprensa regional e nas redes sociais, dos quatro indicadores da matéria, três superaram a meta e um chegou muito próximo ao cumprimento. De tal forma que a soma das atuações do MPE/TO na área ambiental supera com folga a meta estabelecida para os indicadores. A força na atuação ambiental demonstra que o Órgão está atento aos anseios sociais e atuante para a sua preservação.

Por fim, ao analisarmos os dados dos indicadores relacionados à atuação do órgão no Direito do Consumidor, percebemos que dois dos quatro indicadores superaram a meta e os outros dois se aproximaram da meta, de forma que a somatória dos indicadores e metas revela uma superação das ações por uma grande diferença.

### 3.3.5 Tema – Institucional

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.3.5.1 – Indicadores da Perspectiva Processos Internos área-meio / Tema: Institucional

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
19.1. Parcerias realizadas	43	46	24
20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional	8/30	9/30	10/30
21.1. Nota Gespública	586	633	586
22.1. Custo médio por processo (Em R\$)	507	466	462
23.1. Número de acessos ao portal do MPE/TO	786.238	849.137	1.494.415
23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	7.507	8.108	9.489
23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	94,00%	100,00%	99,00%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

No âmbito do tema institucional, dentro da perspectiva de processos internos, vemos que cinco dos sete indicadores superaram a meta do período, mesmo com todas as limitações ocasionadas pelos contingenciamentos realizados, o que demonstra que o Órgão soube buscar novos caminhos para realizar as ações planejadas com menor volume de recursos disponíveis.

Destacamos o papel da Assessoria de Comunicação em fortalecer os instrumentos de comunicação com a sociedade, o que proporcionou um número recorde de acessos ao site e a superação da meta de matérias publicadas e veiculadas na mídia, com quase 100% de representação positiva da Instituição.

Sobre os dois indicadores que não alcançaram a meta, cumpre mencionar que as condições econômicas dos órgãos e entidades acabaram por retrain suas ações, prejudicando assim a formação de parcerias. No que se refere à nota do Gespública, o programa foi descontinuado pelo Governo Federal, porém, verificando a importância de manter seu caminho rumo à excelência na Gestão, o MPE/TO firmou contrato com a Fundação Nacional da Qualidade para dar início a um novo programa de gestão, com foco no Modelo de Excelência da Gestão (MEG 21®).

### 3.4. Resultados da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

A perspectiva pessoas, tecnologia e infraestrutura retrata os objetivos direcionados à estruturação de uma organização capaz de atender sua missão.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.4.1 – Indicadores da Perspectiva Pessoas, Tecnologia e Infraestrutura

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	8,11	9	21,27
24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição	52,24%	56,42%	54,83%
25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	0,76%	0,70%	3,57%
25.2. Concorrência nos Concursos Públicos	N/A	N/A	N/A
25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	N/A	N/A	N/A
26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	N/A	N/A	N/A
26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	3.664	3.957	3.319
27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	N/A	N/A	N/A
27.2. Número de acessos às áreas da intranet	N/A	N/A	N/A
28.1. Percentual de Execução de Infraestrutura	75,80%	81,86%	83,73%
29.1. Integração dos Sistemas do MPE/TO	63,68%	68,77%	63,86%

Legenda: N/A - Informação indisponível no momento.

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

Apesar deste ter sido mais um ano em que o MPE/TO sofreu contingenciamentos em seu orçamento, cumpre ressaltar os esforços realizados para superar as metas de “Horas de Capacitação” e de “Execução da Infraestrutura”. Os demais indicadores da estratégia, que não atingiram a meta ou não foram mensurados em razão da impossibilidade de realização de suas ações, serão objetos de revisão.

### 3.5. Resultados da Perspectiva Financeira

A perspectiva financeira é a base para o MPE/TO realizar sua missão, sem ela as demais perspectivas se tornam inviáveis.

Quadro 3.5.1 – Indicadores da Perspectiva Financeira

Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta p/ 2018	Resultado 2018
30.1. Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Corrente Líquida	2,63%	2,84%	2,75%

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

Novamente, exercício de 2018, o Órgão teve seu orçamento contingenciado pelo Poder Executivo. Desta vez, no valor total de R\$ 5.872.629,00, devido à frustração da arrecadação, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Em razão do contingenciamento de recursos, a participação do MPE/TO na Receita Corrente Líquida do Estado se situou em 2,75%, acima do exercício anterior, mas abaixo da meta de 2,84% para o ano.

### 3.6. Análise do Envolvimento da Liderança no Processo Estratégico e Desempenho da CPGE-MPE/TO

Tivemos no ano de 2018 um constante envolvimento das lideranças do Órgão com a gestão estratégica, estando o Procurador-Geral de Justiça presente nas discussões dos projetos e apresentando as deliberações da CPGE-MPE/TO ao Colégio de Procuradores de Justiça.

Também foi possível perceber o engajamento da Alta Administração com o Plano ao ser aprovada a inclusão, no Orçamento para 2019, de recursos para revisão estratégica e implementação de um novo sistema de gerenciamento de informações.

No que se refere à CPGE-MPE/TO, cumpre destacar o volume de sua atuação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3.6.1 – Números da atuação da CPGE-MPE/TO

Descrição	Quantidade
Reuniões	08
Projetos apresentados	61
Projetos analisados	61
Projetos aprovados	61
Projetos rejeitados	00
Validação do encerramento de Projetos	03
Minutas encaminhadas ao Colégio de Procuradores de Justiça	01
Minutas encaminhadas ao PGJ	01
Informações para o Radar Estratégico / CNMP	03
Rotina de Controle e Monitoramento de Projetos	03
Encaminhamento de Consolidação dos dados de projetos e estratégia ao TCE/TO	01
Outras deliberações	07

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão.

### 3.7. Principais Conclusões sobre o Desempenho do Plano Estratégico



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O Planejamento Estratégico 2010-2019 orientou a elaboração de inúmeras iniciativas nos últimos anos. Apresentamos no quadro 3.7.1 a situação dos projetos estratégicos monitorados no exercício de 2018.

Quadro 3.7.1 - Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos do MPE/TO

Nº	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Estratégico	IRF 2018	Status do Projeto
1	Infraestrutura mínima para suportar serviços de TI	DMTI	Garantir infraestrutura física adequada	100,00%	Encerrado
2	Corrida da Justiça 3ª Edição	DGPFP	Ampliar parcerias estratégicas	100,00%	Encerrado
3	Bem-vindo ao MP	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	100,00%	Encerrado
4	Semana da saúde 2018	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	100,00%	Encerrado
5	Ampliação da frota 2017	Administrativo Transporte	Garantir infraestrutura física adequada	100,00%	Encerrado
6	Adequação da infraestrutura mobiliária das Promotorias de 1ª Entrância e Araguaçu	Administrativo Patrimônio	Garantir infraestrutura física adequada	100,00%	Encerrado
7	Prêmio CESAF 1ª Edição	CESAF	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	100,00%	Encerrado
8	Capacitando portas vozes	Assessoria de Comunicação	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	100,00%	Encerrado
9	3º Prêmio Ministério Público de Jornalismo	Assessoria de Comunicação	Ter comunicação institucional efetiva	100,00%	Encerrado
10	MPEnCanto	Assessoria de Cerimonial	Garantir clima organizacional favorável	100,00%	Encerrado
11	Mais proteção	CAOPIJE	Atuar na defesa dos direitos da criança e do adolescente	100,00%	Em execução
12	Grupo de vivências corporais	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	100,00%	Em execução
13	Defesa do direito fundamental a saúde	CAOCID	Exigir o cumprimento do direito a saúde	100,00%	Em execução
14	Proteção à pessoa idosa – Acompanhamento das instituições de longa permanência do Estado do Tocantins	CAOCID	Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	100,00%	Em execução
15	Recicla-MP	CAOMA	Garantir clima organizacional favorável	100,00%	Em execução
16	Meio ambiente legal - Vistorias e pareceres	CAOMA	Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	100,00%	Em execução

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.7.1 - Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos do MPE/TO

Nº	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Estratégico	IRF 2018	Status do Projeto
17	Estruturação do CAOMA	CAOMA	Garantir infraestrutura física adequada	100,00%	Em execução
18	Fazendo Mais: Gestão de processos no MPE/TO	DEPLAN	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	100,00%	Em execução
19	Fortalecer a estratégia, valorizar a integração	DEPLAN	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	100,00%	Em execução
20	Implantação da Gestão Documental no MPE-TO	Diretoria-Geral	Garantir infraestrutura física adequada	100,00%	Em execução
21	Operação pró-consumidor	CAOCON	Promover a defesa dos direitos do consumidor	100,00%	Em execução
22	Segurança alimentar e proteção jurídico sanitária dos consumidores	CAOCON	Promover a defesa dos direitos do consumidor	100,00%	Em execução
23	Promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes	21ª Promotoria de Justiça da Capital	Atuar na defesa dos direitos da criança e do adolescente	100,00%	Em execução
24	Reforma da divisão dos espaços internos no prédio da PGJ	Diretoria-Geral Engenharia	Garantir infraestrutura física adequada	93,33%	Em execução
25	Capacitação em Libras	CESAF	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	93,33%	Em execução
26	Ampliar para crescer	Diretoria-Geral Engenharia	Garantir infraestrutura física adequada	93,33%	Em execução
27	Fortalecimento da Segurança da Informação	DMTI	Garantir infraestrutura física adequada	87,50%	Em execução
28	Estruturação de rede e mobilidade no prédio sede Palmas	DMTI	Garantir infraestrutura física adequada	83,33%	Em execução
29	Rompimento do ciclo de violência doméstica através da conscientização das crianças	Núcleo Maria da Penha	Combater a violência doméstica	83,33%	Em execução
30	Atividades lúdicas e socializadoras para o dia do servidor público no Ministério Público do Estado do Tocantins	CESAF	Garantir clima organizacional favorável	80,00%	Encerrado
31	Implantação do e-Social no Ministério Público do estado do Tocantins	DGPFP	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	80,00%	Em execução
32	Lapidando talentos	CESAF	Garantir clima organizacional favorável	80,00%	Em execução

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.7.1 - Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos do MPE/TO

Nº	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Estratégico	IRF 2018	Status do Projeto
33	Saúde básica	CAOCID	Exigir o cumprimento do direito a saúde	77,78%	Em execução
34	Estruturação do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS	NIS	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	75,00%	Em execução
35	Candeia – Compromisso do MP com o direito a educação de crianças e adolescentes do campo	CAOPIJE	Exigir o cumprimento do direito à educação	75,00%	Em execução
36	MP cuida de você	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	71,43	Em execução
37	Aprendizes MP, agentes de integração e cidadania	CESAF	Garantir clima organizacional favorável	70,00%	Em execução
38	Modernização e atualização da infraestrutura física de TI	DMTI	Assegurar sistemas de tecnologia da informação, adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	70,00	Em execução
39	SOS Mulher	Núcleo Maria da Penha	Combater a violência doméstica	66,67%	Em execução
40	Direito a educação	CAOPIJE	Exigir o cumprimento do direito à educação	66,67	Em execução
41	Vivências para o desenvolvimento da assertividade	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	66,67%	Em execução
42	Carta de serviços ao cidadão	DEPLAN	Ter comunicação institucional efetiva	60,87%	Em execução
43	Construindo a excelência na formação	CESAF	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	47,06	Encerrado
44	Vem de Bike	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	44,44%	Em execução
45	Aprender a resolver para transformar	CESAF	Garantir clima organizacional favorável	42,86%	Encerrado
46	É de direito	CAOPIJE	Exigir o cumprimento do direito à educação	42,86%	Em execução
47	Cartilhas institucionais a cerca de temas relacionados a direitos humanos	CAOCID	Ter comunicação institucional efetiva	40,00%	Em execução
48	Adequação do plenário dos colegiados para transmissão/gravação de sessões	CESAF	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	40,00%	Em execução
49	Estruturação do CAOPAC	CAOPAC	Garantir infraestrutura física adequada	33,33%	Em execução
50	Vistorias em comunidades terapêuticas e centros de	CAOCID	Promover o atendimento ao dependente químico	33,33%	Em execução

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 3.7.1 - Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos do MPE/TO

Nº	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Estratégico	IRF 2018	Status do Projeto
	tratamento para dependentes químicos				
51	Vistorias em casa de passagem para população em situação de rua nos municípios do estado do Tocantins	CAOCID	Exigir o respeito aos direitos humanos residuais	33,33%	Em execução
52	Prevenção contra incêndios – Reforma nos sistemas de segurança e combate a incêndio no prédio da PGJ	Diretoria-Geral Engenharia	Garantir infraestrutura física adequada	28,57%	Em execução
53	Espaço conviver	DGPFP	Garantir clima organizacional favorável	0,00	Em execução
<b>Fonte:</b> Escritório de Projetos / Deplan / DG / PGJ					

Ao partirmos para a finalização da presente seção, ressaltamos a importância da implementação do Planejamento Estratégico 2010-2019 para o alcance dos resultados do MPE/TO. Estamos prestes a encerrar o presente ciclo de estratégia e, a partir de 2019, teremos a missão de repensar a longo prazo a Organização, com horizonte até 2028.

É fundamental que aprendamos, tanto com os avanços obtidos quanto com os pontos fracos da estratégia atual, para evoluirmos como Instituição, rumo ao cumprimento de nossa missão. Para tanto, precisamos nos cercar das melhores práticas e desenvolver em nossa equipe as competências necessárias para trilharmos esse novo caminho.

Finalmente, colocamos como desafios para o próximo ciclo estratégico melhorar a escuta dos anseios das partes interessadas do MPE/TO, incorporar os grandes temas mundiais sob a ótica regional nas discussões e integrar as opiniões dos líderes da Instituição em uma visão compartilhada de futuro.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### **4 AVALIAÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL 2016-2019 E NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018**

#### **4.1. Introdução**

Os esforços para tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocaninenses, por parte do poder estatal, documentam-se no Plano Plurianual (PPA). Este é o instrumento que explicita como o governo enxerga e procura construir o desenvolvimento do Ente da Federação. Sua finalidade é definir as ações que suprirão as necessidades mediatas, segundo a estratégia e visão de longo prazo, entendendo que o futuro se constrói com atitudes no presente. Num recorte setorial, o PPA retrata uma determinada política pública. No caso do MPE/TO, seu PPA 2016-2019 representa a Política de Estado Essencial à Justiça, por isso, todas as suas ações se classificam nesta função de governo.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), ou Lei dos Meios, por sua vez, evidencia a política fiscal do ente Federativo. Ela estima as receitas e fixa as despesas, estabelecendo os programas de trabalho para um determinado exercício financeiro. Na perspectiva setorial, a LOA de 2018 refletiu a autorização dada pelo Parlamento ao MPE/TO quanto a aplicação dos recursos do Erário, o conjunto de ações propostas a fim de produzir resultados na forma de bens e serviços à sociedade.

Esta seção deste Relatório de Gestão de 2018 procura descrever a utilização desses dois instrumentos de planejamento, na perspectiva setorial do MPE/TO, através da apresentação da execução dos programas autorizados, seguida do desdobramento de suas ações. Ao mesmo tempo, traz esclarecimentos sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas, tanto financeiras quanto físicas.

#### **4.1.1 A Revisão do Plano Plurianual e o Orçamento Aprovado de 2018**

A Lei Estadual n. 3.344, de 28 de dezembro de 2017, revisou a Lei Estadual n. 3.051/2015, que aprovou o PPA 2016-2019. No recorte setorial do MPE/TO, o instrumento em vigor manteve-se fundamentado no Planejamento Estratégico 2010-2019, nas oportunidades de melhoria apontadas pelo Gespública e na análise de ambiente institucional na visão dos Procuradores de Justiça. Manteve-se a estrutura de 03 programas e 23 metas propostas, mas alterou-se a ação 2100 – Manutenção das Ações da Ouvidoria do Ministério Público, do

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

programa 1173 – Justiça, que passou a ser denominada Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público, e excluiu-se a ação 1079 – Promoção dos Canais de Acesso ao Cidadão pelo Ministério Público, do programa 1173 – Justiça, sendo estas ações da Unidade Orçamentária 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça.

Por sua vez, a Lei Estadual n. 3.344, de 28 de dezembro de 2017, LOA 2018, aprovou o orçamento de R\$ 207.582.463,00 para a Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça, vinculados, em sua totalidade, à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro. Orientamo-nos para alocação destes valores segundo as prioridades elencadas pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, reservando recursos para garantir a manutenção dos serviços já instituídos e para a preservação do patrimônio público.

Foram abertos os seguintes créditos adicionais suplementares a) à fonte 0225 – Recursos de Convênios Federais o valor de R\$ 147.142,00, e b) à fonte 0226 – Alienação de Bens o valor de 73.196,00; vinculados à Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça em 2018. Com isso, o orçamento autorizado para o exercício de 2018 alcançou R\$ 207.805.801,00, variando 4,52% em relação ao exercício de 2017.

Tabela 4.1.1.1 - Evolução do Orçamento Autorizado da Unidade 07100 – Procuradoria-Geral de Justiça

FONTE	Valor em (R\$) por ano			
	2015	2016	2017	2018
0100 – Recursos Ordinários do Tesouro	162.681.030,00	186.862.634,00	198.646.506,00	207.582.463,00
0103 – Contrapartida	0,00	0,00	0,00	3.000,00
0226 – Alienação de Bens	0,00	0,00	14.296,00	73.196,00
0225 – Recursos de Convênios Federais	0,00	0,00	142.020,00	147.142,00
<b>Total do Orçamento Autorizado no ano</b>	<b>162.681.030,00</b>	<b>186.862.634,00</b>	<b>198.802.822,00</b>	<b>207.805.801,00</b>
<b>Varição em Relação ao Ano Anterior</b>	<b>15,8%</b>	<b>14,9%</b>	<b>6,4%</b>	<b>4,52%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.1.2 Confronto entre a Recursos Estimados e a Realizados

Segundo a LOA 2018, por fazer parte da estrutura dos órgãos da administração direta, a unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça não possui receitas, exceto os valores da fonte 0225 – Recursos de Convênios com Órgãos Federais contabilizados em janeiro/2018.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Os ingressos devem ser repassados na forma de duodécimos, conforme art. 83 da Constituição Estadual, proporcionando liquidez ao orçamento autorizado. Neste diapasão, no exercício de 2018 foi previsto e repassado à Unidade, com base no Orçamento autorizado e créditos adicionais o valor de R\$ 185.223.868,53 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro.

Tabela 4.1.2.1 – Previsão e Realização da Fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro

Mês	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
jan./18	17.298.538,58	12.964.987,41	-4.333.641,17
fev./18	17.298.538,58	23.256.682,67	5.958.144,09
mar./18	17.298.538,58	5.511.300,05	-11.787.238,53
abr./18	17.298.538,58	9.542.325,45	-7.756.213,13
mai./18	17.298.538,58	11.817.704,68	-5.480.833,90
jun./18	17.298.538,58	23.500.000,00	6.201.461,42
jul./18	17.298.538,58	16.000.000,00	-1.298.538,58
ago./18	17.298.538,58	12.464.344,56	-4.834.194,02
set./18	17.298.538,59	11.600.000,00	-5.698.538,59
out./18	17.298.538,59	19.600.000,00	2.301.461,41
nov./18	17.298.538,59	15.000.000,00	-2.298.538,59
dez./18	17.298.538,59	23.966.613,71	6.668.075,12
<b>Total</b>	<b>207.582.463,00</b>	<b>185.223.868,53</b>	<b>-22.358.594,47</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, e DEFIN/DG/PGJ.

Conforme tabela 4.1.2.1, verifica-se que restou a diferença de R\$ 22.358.594,47 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro não repassada de duodécimos no exercício de 2018 ao MPE/TO. Os recursos não repassados, referem-se ao contingenciamento de gastos imposto ao MPE/TO nos últimos dois exercícios.

### 4.1.3 Contingenciamento de Gastos

Diante da frustração de receitas, fruto do baixo desempenho econômico de 2018, o Poder Executivo editou decretos estabelecendo contingenciamentos sobre a fonte 0100- Recursos Ordinários do Tesouro, rateando a frustração entre os Poderes e Órgãos Autônomos e tomando por base o orçamento autorizado, quais sejam:

a) Decreto nº 5.794, de 28 de março de 2018, onde coube ao MPE/TO o contingenciamento no valor de R\$ 1.185.839,00, e que, por meio do Ato PGJ nº 136/2018, foram bloqueados os programas de trabalho da Organização;

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

b) Decreto nº 5.828, de 01 de junho de 2018, onde coube ao MPE/TO o contingenciamento no valor de R\$ 4.651.091,00, e que, por meio do Ato PGJ nº 046/2018, foram bloqueados os programas de trabalho da Organização;

c) Decreto nº 5.846, de 26 de julho de 2018, onde coube ao MPE/TO o contingenciamento no valor de R\$ 2.234.288,00, e que, por meio do Ato nº 136/2018, foram bloqueados os programas de trabalho da Organização.

d) Decreto nº 5.882, de 23 de novembro de 2018, onde coube ao MPE/TO o contingenciamento no valor de R\$ 11.185.839,00, e que, por meio do Ato nº 136/2018, foram bloqueados os programas de trabalho da Organização.

### 4.1.4 Confronto entre a Despesa Autorizada e a Empenhada

Ao somarmos os créditos adicionais suplementares R\$ 223.338,00, ao valor inicialmente aprovado, R\$ 207.582.463,00, sem deduzirmos os valores contingenciados, obtemos o orçamento autorizado para o MPE/TO, ou seja, o montante disponível para utilização no exercício, na ordem de R\$ 207.805.801,00. Utilizaremos o confronto entre os valores autorizados e empenhados para conduzirmos a análise das metas financeiras do Orçamento de 2018.

Tabela 4.1.4.1 – Execução do Orçamento 2018, por Fonte de Recurso e Grupo de Despesas, Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	151.094.461,00	147.524.864,61	97,64%
	33 – Outras Despesas Correntes	46.201.118,00	45.783.498,93	99,10%
	44 – Investimentos	4.429.994,00	4.362.416,11	98,47%
	99 – Reserva de Contingência	5.856.890,00	0,00	0,00
	Subtotal	207.582.463,00	197.670.779,65	95,23%
0103 – Contrapartida	44 – Investimentos	3.000,00	3.000,00	100%
0225 – Recursos de Convênios com Órgão Federais	44 – Investimentos	147.142,00	147.141,50	99,99%
0226 – Alienação de Bens	44 – Investimentos	73.196,00	71.993,30	98,36%
<b>Total</b>		<b>207.805.801,00</b>	<b>197.892.914,45</b>	<b>95,23%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Conforme tabela 4.1.4.1, observa-se que o orçamento autorizado da fonte 0100-Recursos Próprios resultou em R\$ 207.582.463,00, e que o mesmo alcançou 95,23% de execução. Deduzindo-se os valores que foram contingenciados do orçamento autorizado (R\$ 5.872.629,00), chegaríamos a 97,99% de execução. Já os recursos da fonte 0225 – Recursos de Convênios com Órgãos Federais, foram realizados em sua quase totalidade, 99,99%. Por fim, os recursos da fonte 0226 – Alienação de Bens, foram executados no patamar de 98,36% em 2018.

### 4.1.5 Alterações da Despesa Aprovada

A gestão das finanças das organizações exige alguma flexibilidade para sua realização. Nesse sentido, a Lei Estadual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018, previu e a LOA 2018 autorizou alterações nas dotações aprovadas até o limite de 5%. Os diplomas legais também conferiram permissão aos Poderes e Unidades Autônomas para realizarem transferências entre as dotações orçamentárias do mesmo grupo de despesas e projeto/atividade.

Quadro 4.1.5.1 – Alterações Orçamentárias em 2018, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100-Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 – Pessoal e Encargos Sociais	33 – Outras Despesas Correntes	44 – Investimentos
Concedidos	03.091.1170.1082	-	-32.522,00	-291.355,00
	03.091.1173.2099	-	-40.000,00	-
	03.091.1173.2100	-	-20.000,00	-
	03.091.1173.2101	-	-768.999,00	-28.547,00
	03.091.1173.2147	-	-21.000,00	-
	03.091.1173.2149	-	-257.209,50	-
	03.121.1170.2339	-	-62.739,00	-
	03.122.1144.2210	-	-785.350,00	-
	03.122.1144.2284	-	-106.997,00	-
	03.122.1144.2285	-	-307.894,00	-
	03.122.1144.2289	-4.553.913,12	-	-
	03.122.1144.2310	-	-104.021,00	-
	03.122.1170.1127	-	-250.000,00	-
	03.126.1144.2294	-	-514.845,00	-
	03.126.1170.1037	-	-576.690,00	-

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.1.5.1 – Alterações Orçamentárias em 2018, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100-Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 – Pessoal e Encargos Sociais	33 – Outras Despesas Correntes	44 – Investimentos
	03.131.1173.2148	-	-55.055,00	-
Subtotal		-4.553.913,12	-3.506.367,00	-319.902,00
Recebidos	03.091.1170.1082	-	412,00	-
	03.091.1170.1088	-	-	211.200,00
	03.091.1173.2101	-	16.813,00	-
	03.091.1173.2149	-	19.135,50	-
	03.122.1144.2210	-	360.594,00	1.500,00
	03.122.1144.2284	-	1.077.364,00	-
	03.122.1144.2285	-	4.334,00	-
	03.122.1144.2289	9.680.448,12	-	-
	03.122.1144.2310	-	2.237,00	-
	03.122.1170.1023	-	-	284.455,00
	03.126.1144.2294	-	180,00	-
	03.126.1170.1037	-	-	423.509,00
	03.131.1173.2148	-	360,00	-
Subtotal		9.680.448,12	1.481.429,50	920.664,00
<b>Total</b>		<b>5.126.535,00</b>	<b>-2.421.892,00</b>	<b>600.762,00</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

Observa-se pela tabela 4.1.5.1, ao somarmos as modificações entre as dotações da Unidade, que esta atingiu apenas 1,6% de alterações entre os valores de suas ações. Este resultado foi obtido graças aos resultados do projeto “Gerenciamento Analítico do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD)”, implantado em 2017, e que desde então tem sido aprimorado, minimizando o erro da programação orçamentária.

Concluída esta breve apresentação, passemos à análise da execução dos programas de trabalho de 2018.

### 4.2. Execução do Programa Temático: 1170 – Modernização e Governança da Justiça

O programa temático “1170-Modernização e Governança da Justiça” reúne as ações que traduzem o esforço voltado ao aperfeiçoamento organizacional. A realidade problematizada no programa parte do pressuposto de que a disponibilização de infraestrutura

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

física e tecnológica adequada resulta em melhoria da atuação ministerial, que, conseqüentemente, fortalece a defesa do interesse coletivo.

Quadro 4.2.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Denominação:	Modernização e Governança da Justiça			
Objetivo:	Aperfeiçoar as estruturas de apoio à área-fim, racionalizando a gestão administrativa, proporcionando à atuação ministerial condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como da proteção dos bens e sistemas.			
Público-Alvo:	Sociedade Tocantinense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2018	Inicial: R\$ 5.874.410,00	Autorizada: R\$ 5.580.680,00	Empenhada: R\$ 5.465.784,77	
Indicadores				
Indicadores	Resultado 2016	Resultado 2017	Esperado 2019	Resultado 2018
Custo médio por processo, em (R\$)	494,00	507,00	418,00	462,00
Nota obtida na autoavaliação da Gestão pelo Programa GESPÚBLICA – Nota Padrão	586	586	750	586

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.1 apresenta um resumo do ocorrido no programa “1170-Modernização e Governança da Justiça” ano de 2018. Observa-se que a execução do orçamento obteve 97,94% do total autorizado (valor empenhado sobre o total autorizado). Este índice retrata um avanço significativo em relação ao ano anterior, quando a execução do orçamento para o programa em questão foi de 32,68%.

A partir do objetivo do programa, estabeleceu-se 07 metas, conforme apresentado na tabela 4.2.1. Percebe-se que o principal destaque foi a meta Manter 42 Unidades com Tecnologia de Informação Estruturada (equipamentos e sistemas) e Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério Público que atingiram 100% de alcance, em relação ao previsto para 2019, evidenciando a preocupação da Alta Administração em melhorar continuamente a infraestrutura para a realização das atividades dos órgãos de execução e unidades administrativas do MPE/TO.

Tabela 4.2.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2018(B)	% (B/A)
Alcançar 90% de Integração nos Sistemas de TIC do Ministério Público	Estadual	90%	63,86	71

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.2.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2018(B)	% (B/A)
Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores para 23,30 horas	Estadual	23,30	21,27	91,29
Construir 14 sedes de promotorias de justiça	Região de Planejamento do Bico do Papagaio	3	0	
	Região de Planejamento Central	1	0	0
	Região de Planejamento Centro-Oeste	1	0	0
	Região de Planejamento Nordeste	2	0	0
	Região de Planejamento Noroeste	2	0	0
	Região de Planejamento Norte	1	0	0
	Região de Planejamento Sul	3	0	0
Dar tratamento adequado a 100% do acervo documental do Ministério Público	Estadual	100%	12,06%	12,06
Manter 42 Unidades com Tecnologia de Informação Estruturada (equipamentos e sistemas)	Estadual	42	42	100,00
Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério Público	Estadual	42	42	100,00
Renovar 70% da frota de veículos com mais de 5 anos de uso	Estadual	70	4,16%	5,94%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 04.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

É por meio dos projetos e atividades que o MPE/TO busca concretizar os objetivos do programa temático “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Este programa é composto por 06 ações, sendo 05 classificadas como projetos e 01 como atividade.

### 4.2.1 Ação 1082 – Realização de Adequações Físicas e Mobiliárias do Ministério Público

A finalidade desta ação é oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando ao melhor atendimento da população tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2018 foi manter 50% das



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

unidades em condições físicas e mobiliárias adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 1.293.705,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.1.1– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1082, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018).

Título	Realização de adequações físicas e mobiliarias do Ministério Público			
Descrição:	A adequação das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins será realizada mediante a realização de reformas, ampliações e adequações, aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação ou procedimento de dispensa, realização dos serviços ou recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade adequada	Porcentagem	50%	25%	50,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.617.170,00	1.293.705,00	1.257.785,69	1.020.566,20	97,22%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 04.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 1082. Consta-se que a meta física alcançou 50% do percentual planejado e a meta financeira resultou em 97,22% de execução.

Foram empenhados R\$ 1.257.785,69 na ação 1082. Desta forma, os resultados restaram satisfatórios mostrando assim o alto nível de preocupação da Instituição em oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 4.2.1.1.

Tabela 4.2.1.1 – Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	2.610,00	0,21%
30.03 – Combustíveis e Lubrificantes p/ outras Finalidades	11.698,52	0,93%
30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.700,00	0,14%
30.42 – Ferramentas	3.416,00	0,27%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	137.528,78	10,93%
39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	225.741,60	17,95%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	37.137,10	2,95%
39.99 – Outros	21.500,00	1,71%
51.91 – Obras em andamento	86.023,40	6,84%

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.2.1.1 – Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
52.06 – Aparelho e Equipamentos para Comunicação	370,00	0,03%
52.08 – Aparelhos, Equipamentos Laboratoriais e Hospitalares e Utensílios Médicos, Odontológicos	8.626,00	0,69%
52.12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos	160.436,46	12,76%
52.26 – Instrumentos Musicais e Artísticos	2.222,90	0,18%
52.28 – Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	8.650,00	0,69%
52.33 – Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	8.689,00	0,69%
52.36 – Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	1.558,08	0,12%
52.38 – Máquinas, Ferramentas e Utensílios para Oficina	6.330,00	0,50%
52.42 – Mobiliário em Geral	533.462,85	42,41%
52.45 – Aparelhos e Instrumentos Técnicos de Medição, Teste e Controle	85,00	0,01%
<b>Total</b>	<b>1.257.785,69</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.2.2 Ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público

A ação desta seção tem por objetivo oferecer condições de transportes adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando o melhor atendimento da sociedade tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2018 foi adquirir 06 veículos para o MPE/TO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 411.200,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1088, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título				
Renovação da frota de veículos do Ministério Público				
Descrição: Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.				
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	6	3	50%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
200.000,00	411.200,00	411.200,00	411.200,00	100%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 1088. Verifica-se que a meta física foi executada 50% e a meta financeira foi executada 100%, uma



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

vez que o valor autorizado foi utilizado em sua totalidade, possibilitando assim uma ampliação de 03 veículos na frota de veículos do MP/TO.

Tabela 4.2.2.1 – Valores Empenhados da Ação 1088, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
52.52 – Veículos de tração mecânica	411.200,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>411.200,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.2.3 Ação 1023 – Construção de Sedes de Promotorias de Justiça

O projeto construção de sedes de promotorias de justiça tem por objetivo proporcionar infraestrutura adequada e permanente às unidades do MPE/TO, para o atendimento efetivo e de qualidade aos cidadãos usuários de seus serviços. A meta física proposta para a ação no exercício de 2018 foi construir o prédio Anexo I da PGJ, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 1.534.455,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1023, conforme Revisão do PPA 2016-2019(2018)

Título	Construção de sedes de Promotorias de Justiça			
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidades construídas	Porcentagem	P-2= 1	P-2= 1	P-2= 100,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.250.000,00	1.534.455,00	1.475.100,48	1.456.124,95	96,13%

Legenda: P-2: Região de Planejamento Central

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 1023. Constata-se que a meta física foi executada 100% e a meta financeira resultou em 96,13% de cumprimento do planejado.

O alto percentual de execução da meta financeira representa a construção do Anexo I da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO, prédio este que possibilitou

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

ampliar os espaços físicos, resguardando o conforto e a segurança dos membros, servidores e população, além de promover a guarda adequada dos bens institucionais, conforme subitens de despesas da tabela 4.2.3.1.

Tabela 4.2.3.1 – Valores Empenhados da Ação 1023, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
51.91 – Obras em Andamento	1.475.100,48	100,00%
<b>Total</b>	<b>1.475.100,48</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.2.4 Ação 1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPE/TO

A finalidade desta ação é oferecer tecnologia de ponta para o desenvolvimento das atividades do MPE/TO visando prestar um serviço de qualidade e eficaz para a sociedade tocantinense. A meta física proposta no exercício de 2018 foi manter 80% das unidades com estruturas tecnológicas adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 2.262.459,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.2.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título:	Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE			
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPE/TO para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on-line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MP/TO, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade estruturada tecnologia adequada	Percentual	80%	107%	133,75%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.415.640,00	2.262.459,00	2.244.837,60	1.211.531,40	99,22%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação “Estruturação de Tecnologia da Informação para Unidades do MPE”. Constata-se que a meta





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

física ultrapassou em 33,75% o planejado, havendo economia de recursos, e a meta financeira resultou em 99,22% do planejado.

Os recursos da ação 1037 foram poupados do contingenciamento de 2018, pois apenas R\$ 15.739,00, que representam 0,69% da dotação autorizada, foram bloqueados.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 4.2.4.1.

Tabela 4.2.4.1 – Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2018

<b>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)</b>	<b>Valor</b>	<b>% Total</b>
30.17 – Material de Processamento de Dados	142.854,00	6,36%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	3.991,00	0,18%
39.11 – Locação de Software	2.481,00	0,11%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	20.000,00	0,89%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	15.000,00	0,67%
39.57 – Serviços de Processamento de Dados	40.930,50	1,82%
39.94 – Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)	163.254,36	7,27%
52.35 – Equipamentos de Processamento de Dados	1.818.054,16	81,62%
52.39 – Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	4.999,80	0,22%
93.09 – Indenizações por Contrato	33.272,78	1,48%
<b>Total</b>	<b>2.244.837,60</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siae-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.2.5 Ação 2339 – Realização de Ações para Implementação e Execução do PEN-MP

A ação visa atender à Resolução nº 147/2016 – CNMP, norma que dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes sobre a matéria no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nas unidades e nos ramos do Ministério Público.

A meta física proposta para a ação no exercício de 2018 foi apoiar 05 iniciativas de implementação do Pen-MP, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 78.861,00 como suporte de recursos.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.2.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2339, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Realização de Ações para Implementação e Execução do Pen-MP			
Descrição:	Realização de ações para o aperfeiçoamento e inovação da gestão pública no âmbito do Ministério Público, compreendendo melhorias nas áreas de gestão de pessoas, de organização e funcionamento da administração, acervo documental e bibliográfico, pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de avaliação de desempenho, aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e promoção da gestão do conhecimento e da cooperação em gestão pública, com a finalidade de orientar a ação para resultados, com foco no cidadão, com eficiência e qualidade do gasto público.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Iniciativa Apoiada	Unidade	5	3	60,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
141.600,00	78.861,00	76.861,00	39.680,50	97,46%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2339. Constata-se que a meta física alcançou 60% do estabelecido no plano, sendo este percentual representado pelos projetos “Fazendo Mais: Gestão de Processos no MPE/TO”, “Fortalecer a Estratégia Valorizar a Integração” e “Gestão Documental”, e a meta financeira foi executada em quase totalidade, chegando a 97,46%.

Tabela 4.2.5.1 – Valores Empenhados da Ação 2339, por Subitem de Despesas, em 2018

<b>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)</b>	<b>Valor</b>	<b>% Total</b>
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	2.500,00	3,25%
39.79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	74.361,00	96,75%
<b>Total</b>	<b>76.861,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.2.6 Ação 1127 – Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público

A fim de viabilizar o ingresso de servidores no quadro de pessoal, visando suprir a demanda operacional da Instituição, foi proposta a ação 1127. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi realizar 01 concurso para membros e 01 concurso para servidores do MPE/TO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 250.000,00 como suporte de recursos.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.2.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1127, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Realização de Concursos Públicos para Membros e Servidores do Ministério Público			
Descrição:	Viabilizar o ingresso de servidores no quadro de pessoal, visando suprir a demanda operacional do Ministério Público. Definição de número de vagas; elaboração de edital para contratação empresa especializada para realização de concurso; licitação/contratação de empresa para realização de certame; elaboração do edital de concurso; realização das inscrições e realização do concurso.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso Realizado	Unidade	1	0	0,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.2.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 1127. Constata-se que a meta física e a meta financeira não foram executadas.

Foram contingenciados R\$ 250.000,00 da ação 1127, que representaram 100% da dotação autorizada para a mesma. Os resultados ficaram aquém do previsto devido ao contingenciamento do orçamento.

### 4.3. Execução do Programa Temático: 1173 – Justiça

O programa temático “1173 – Justiça” planifica a missão constitucional desta Organização. A partir da perspectiva do programa, a realidade problematizada parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra sob constante ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo.

Quadro 4.3.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Denominação:	Justiça
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e à pessoa com deficiência, além do combate a criminalidade, à exploração sexual infanto juvenil, violência



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.3.1 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

	doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvio de recursos públicos.			
Público-Alvo	Sociedade tocaninense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2018	Inicial: R\$ 5.240.160,00	Autorizada: R\$ 4.085.658,00	Empenhada: R\$ 3.977.110,80	
Indicadores				
Indicador	Resultado 2016	Resultado 2017	Resultado 2018	Índice desejado 2019
Total Anual de Ações dos Membros do MP/TO	353.423	373.328	427.997	368.080

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.1 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1173-Justiça” em 2018. Observa-se que a priorização da execução do orçamento autorizado (97,34% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do Programa, atingiu a cifra de 427.997 ações, superando o resultado esperado para 2019. Com isso, deduzimos que a taxa de produtividade dos integrantes do MPE/TO continua a se elevar, pois o indicador variou em 14,64% no período de 2017/2018, antes 5,63% no período anterior 2016/2017.

A partir do objetivo do Programa, foram propostas 17 metas, conforme apresentado na tabela 4.3.1. Utilizando o Relatório de Atividade Funcional – RAF e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 14 dessas metas. As 03 (três) metas restantes, que não puderam ser calculadas devido à limitação de informações, serão revisadas quando da revisão do PPA 2016-2017, no exercício de 2018.

Ainda conforme a tabela 4.3.1, percebe-se que o destaque foi a meta “Promover 10.864 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2019” que já atingiu 75,80% em relação ao previsto para 2019. Outras metas que se destacaram em 2018 por terem alcançado resultado acima do esperado foram: “Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019” (57,91%) e “Promover 76.826 ações voltadas ao o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2019” (52,55%).

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.3.1 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2017-2018 (2018)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2018 (B)	% (B/A)
Promover 1.261 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2019	Estadual	1.261	85	6,74
Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019	Estadual	1.960	1.135	57,91
Promover 10.864 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2019	Estadual	10.864	1.413	75,80
Promover 114.311 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2019	Estadual	114.311	40.676	35,58
Promover 116 ações voltadas a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais até 2019	Estadual	116	-	0,00
Promover 14.717 ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores até 2019	Estadual	14.717	2.399	16,30
Promover 158 ações voltadas para o fortalecimento da prevenção e da repressão à violência sexual infanto juvenil até 2019	Estadual	158	-	0,00
Promover 21.717 ações voltadas para o combate ao crime organizado até 2019	Estadual	21.717	716	3,30
Promover 23.273 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2019	Estadual	23.273	10.303	44,27
Promover 3.064 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2019	Estadual	3.064	455	14,85
Promover 32.114 ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos até 2019	Estadual	32.114	8.761	27,28
Promover 40.718 ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral até 2019	Estadual	40.718	4.026	9,89
Promover 473 ações voltadas ao atendimento de dependentes químicos até 2019	Estadual	473	-	0,00
Promover 49.033 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2019	Estadual	49.033	11.592	23,64
Promover 560.177 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2019	Estadual	560.177	158.542	28,30
Promover 76.826 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2019	Estadual	76.826	40.372	52,55
Promover 91.390 ações voltadas para o combate à violência doméstica até 2019	Estadual	91.390	25.286	27,67

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

Passemos ao detalhamento das ações que compõem o Programa, por meio das quais o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar os objetivos propostos. O Programa é formado por 06 ações, sendo as 06 classificadas como atividade.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 4.3.1 Ação 2099 – Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A finalidade da ação 2099 é propiciar instrumentos de avaliação e correção das metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, por meio dos programas de fiscalização, inspeções, correções permanentes e procedimentos disciplinares, a fim de contribuir para a maior celeridade na manifestação processual, no trâmite burocrático do processo e no tempo de solução do problema e com prestígio Institucional. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi manter as atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 50.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.1.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2099, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público			
Descrição:	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes à avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apuração das infrações disciplinares.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
90.000,00	50.000,00	40.387,50	40.387,50	80,77%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2099. Constata-se que a meta física atingiu a planejada e a meta financeira resultou 80,77% do planejado. Os recursos permitiram a manutenção das atividades da Corregedoria-Geral do MPE/TO. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 4.3.1.1.

Tabela 4.3.1.1 – Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2018.

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	40.387,50	100,00%
<b>Total</b>	<b>40.387,50</b>	<b>100,00%</b>



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.3.1.1 – Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2018.

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
---	-------	---------

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.3.2 Ação 2100 – Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público

A finalidade da ação 2100 é facilitar o diálogo com o cidadão, aproximando o Ministério Público da sociedade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi manter o funcionamento da Ouvidoria do MPE/TO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 16.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2100, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público.			
Descrição	Manter a Ouvidoria do Ministério Público com o custeio de seus programas, projetos e ações, inclusive quanto aos deslocamentos de sua equipe para as ações, aquisição de serviços e materiais específicos para sua atuação.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ouvidoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
36.000,00	16.000,00	11.400,00	11.400,00	71,25%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2100. Constata-se que a meta física atingiu a proposta, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou 71,25% do planejado, entretanto, não houve prejuízo para manutenção da Ouvidoria do MPE/TO. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.3.2.1.

Tabela 4.3.2.1 – Valores Empenhados da Ação 2100, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	11.400,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>11.400,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 4.3.3 Ação 2101 – Manutenção das Ações de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional

A ação 2101 tem como objetivo permitir a coleta de informações destinadas a identificar, entender, revelar, prevenir e assessorar os órgãos de execução do MPE/TO no efetivo combate a todas as formas de criminalidade e garantir a segurança institucional de membros e servidores. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi manter o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NIS do MPE/TO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 3.398.957,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2101, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional			
Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência, contra inteligência e segurança institucional; deslocamentos de Integrantes do NIS para a realização de atividades; ampliação da plataforma de interceptação de monitoramento de sinais – Guardião e de outros produtos do sistema de inteligência e contra inteligência do MPE; atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho das atribuições do NIS.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
N.I.S. mantido	Porcentagem	100	100	100
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
4.179.690,00	3.398.957,00	3.380.195,64	3.059.894,16	99,44%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2101. Constata-se que a meta física atingiu a proposta, houve disponibilidade de recursos, pois a meta financeira resultou em 99,44% do planejado. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com segurança e com as missões da equipe do NIS na execução de suas atividades. Os recursos da ação que foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.3.3.1.

Tabela 4.3.3.1 – Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	3.900,00	0,12%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	2.880,00	0,09%
30.17 – Material de Processamento de Dados	5.600,00	0,18%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	3.090,50	0,09%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	2.750,00	0,08%
37.03 – Vigilância Ostensiva	2.731.251,53	80,80%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	34.450,59	1,02%
39.82 – Vigilância Monitorada	458.864,64	13,58%



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.3.3.1 – Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
39.95 – Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados	113.438,38	3,36%
52.33 – Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	21.070,00	0,62%
52.35 - - Equipamentos de Processamento de Dados	2.900,00	0,09%
<b>Total</b>	<b>3.380.195,64</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.3.4 Ação 2147 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas

A finalidade da ação 2147 é garantir a atuação de forma sistemática no combate ao crime organizado. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi realizar 5.622 ações de combate ao crime organizado, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 13.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.4.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2147, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ação que envolvam o controle regional da atividade policial.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação de combate ao crime organizado	Unidade	5.622	716	12,73%
<b>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
34.000,00	13.000,00	11.790,75	11.790,75	90,69%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2147. Constata-se que a meta física atingiu 90,69% da planejada. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com as missões da equipe do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) na execução de suas atividades. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.3.4.1.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.3.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2147, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	5.722,50	48,53%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	6.068,25	51,47%
<b>Total</b>	<b>11.790,75</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.3.5 Ação 2149 – Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial

A finalidade da ação 2149 é buscar o reconhecimento do MPE/TO como instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi realizar 340.815 ações ministeriais, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 500.486,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.5.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2149, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial e extrajudicial			
Descrição	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação Ministerial	Unidade	340.815	427.997	125,58%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
738.560,00	500.486,00	435.136,41	421.599,75	86,94%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2149. Constata-se que a meta física superou a planejada e a meta financeira resultou em 86,94% do valor proposto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades de apoio direto à atividade-fim, bem como a execução de projetos dos Centros de Apoio Operacional –

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

CAOPs. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.3.5.1.

Tabela 4.3.5.1 – Valores Empenhados da Ação 2149, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	170.760,00	39,24%
32.04 – Material Educacional e Cultural	5.989,50	1,38%
39.41 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffet's, lanches e similares)	3.300,00	0,76%
39.57 – Serviços de Processamento de Dados	7.708,52	1,77%
39.94 – Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)	7.096,24	1,63%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	13.025,45	2,99%
92.93 – Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	118,65	0,03%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	27.324,25	6,28%
93.03 – Indenizações de Transportes	199.719,36	45,90%
93.99 – Outras	94,44	0,02%
<b>Total</b>	<b>435.136,41</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.3.6 Ação 2148 – Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público

A ação 2148 tem como objetivo proporcionar a disseminação de dados institucionais e ampliar o acesso da sociedade ao MPE/TO e suas informações. A meta física prevista para a ação no exercício de 2018 foi buscar a divulgação de 6.216 materiais veiculadas na mídia, de forma espontânea, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 107.215,00 como suporte de recursos.

Quadro 4.3.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2148, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição	Ampla divulgação das ações institucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como tv, rádio, jornal, outdoor, revistas e sites, entre outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots. Além disso, será publicado informativo periódico para a divulgação das ações institucionais; articulação, acompanhamento e divulgação junto à imprensa estadual e implantação de banco de imagens do Ministério Público; desenvolvimento de programas e projetos visando dar conhecimento à sociedade sobre as funções institucionais do Ministério Público e como fazer para ter acesso.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Matérias veiculadas na mídia	Unidade	6.216	9.489	152,65%



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.3.6.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2148, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
161.910,00	107.215,00	98.200,50	78.975,00	91,59%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.3.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2148. Constatou-se que a meta física superou a planejada em 52,65% e a meta financeira resultou em 91,54% do planejado. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades da Assessoria de Comunicação, como a 3ª Edição do Prêmio MP de Jornalismo, impressão de materiais gráficos e contratação de empresa para serviço de clipagem de mídia. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.3.6.1.

Tabela 4.3.6.1 – Valores Empenhados da Ação 2148, por Subitem de Despesas, em 2018.

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	855,00	0,87%
31.03 – Prêmios em Pecúnia	24.000,00	24,44%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	5.980,00	6,09%
39.59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	49.000,00	49,90%
39.63 – Serviços Gráficos	18.365,50	18,70%
<b>Total</b>	<b>98.200,50</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.4. Execução do Programa de Gestão: 1144 – Manutenção do Ministério Público

O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” agrega as ações de suporte financeiro ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu objetivo. O programa não possui indicadores, seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados dos programas temáticos aos quais oferece suporte. As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações dos programas “1173 – Justiça” e “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Ressaltamos ainda, em relação às ações do programa 1144, que conforme a metodologia de elaboração do PPA 2016-2019, não há definição de metas físicas, apenas financeiras, para suas ações.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O Quadro 4.4.1 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. Seu orçamento inicial foi definido em R\$ 196.467.893,00, tendo sido acrescido em R\$ 1.671.570,00, encerrando o exercício com orçamento autorizado de montante de R\$ 198.139.463,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 95,10% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu o montante de R\$ 188.450.018,88. A razão da inexecução de parte do orçamento aprovado foi o contingenciamento de R\$ 5.856.890,00 de suas dotações, que representou 2,95% de seu orçamento autorizado.

Quadro 4.4.1 - Caracterização e Execução Orçamentária do Programa de Gestão 1144, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Denominação	Manutenção do Ministério Público		
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, permitindo a realização de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos.		
Dotação Orçamentária do Exercício 2018	Inicial: R\$ 196.467.893,00	Autorizada: R\$ 198.139.463,00	Empenhada: R\$ 188.450.018,88

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

As despesas custeadas pelo programa englobam a manutenção de recursos humanos, de recursos informáticos, de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais sedes de promotorias, da Capital e do interior do Estado. Incluem-se entre suas despesas os contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Apresentado o Programa, passemos ao detalhamento das ações que o compõe. É por meio destas que o MPE/TO provê os meios para a implementação e gestão de seus programas temáticos. O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” é formado por 06 (seis) ações, sendo todas classificadas como atividades.

### 4.4.1. Ação 2289 – Manutenção de Recursos Humanos

Com a finalidade de preservar os serviços disponíveis à sociedade tocantinense, o MPE/TO mantém o corpo de promotores e procuradores de justiça e o quadro auxiliar de servidores, como integrantes da Instituição, através da ação 2289. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 151.094.461,00.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.4.1.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção de Recursos Humanos			
Descrição	Custeio das despesas com pessoal e encargos sociais para desempenho das atividades do Ministério Público.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
145.967.926,00	151.094.461,00	147.524.864,61	147.524.864,61	97,63%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.4.1.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2289. Constata-se que sua meta financeira resultou 97,63% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de subsídios, vencimentos, vantagens e encargos sociais aos 121 membros e 453 servidores, em média, por mês. Não foram contingenciados valores da ação, seus recursos empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 4.4.1.1.

Tabela 4.4.1.1 – Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
11.01 – Vencimento e Salários	6.309.240,80	4,28%
11.07 – Abono de Permanência	889.673,55	0,60%
11.31 – Gratificação por Exercício de Cargos	175.779,26	0,12%
11.33 – Gratificação por Exercício de Funções	11.294.992,74	7,66%
11.42 – Férias Indenizadas	357.398,38	0,24%
11.43 – Décimo Terceiro Salário	8.727.397,46	5,92%
11.45 – Férias – Abono Constitucional	5.024.019,44	3,41%
11.74 – Subsídios	86.056.921,80	58,33%
12.01 – Soldo	237.883,19	0,16%
12.22 – Décimo Terceiro Salário	24.117,00	0,02%
12.33 – Gratificação de Exercício de Funções	47.512,96	0,03%
12.45 – Férias – Abono Constitucional	11.098,56	0,01%
13.01 – FGTS	18.216.920,19	12,35%
13.02 – Contribuições Previdenciárias – INSS	2.074.235,13	1,4%
13.03 – Contribuições Assistenciais – PLANSÁUDE	504.853,81	0,34%
13.14 – Seguridade Municipal – Requisitado	39.336,24	0,03%
13.16 – Multas	46.893,82	0,03%
13.17 – Juros	34.648,53	0,02%
13.19 – Correção Monetária – INTRA OFFS	3.842,85	0,00%
13.40 – Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes RPPS	15.906,36	0,01%
13.99 – Outras	1.246,73	0,00%



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.4.1.1 – Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2018

<b>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)</b>	<b>Valor</b>	<b>% Total</b>
92.11 – Desp. Exerc. Ant. - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	396.197,57	0,27%
92.12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Militar	86.019,76	0,06%
92.13 – Desp. Exerc. Ant. - Obrigações Patronais	134.757,46	0,09%
92.94 – Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições Trabalhistas	11.842,83	0,01%
94.01 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	6.802.128,19	4,61%
<b>Total</b>	<b>147.524.864,61</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.4.2. Ação 2285 – Manutenção de Estagiários do Ministério Público

A finalidade da ação 2285 é manter o programa de estágio instituído pelo MPE/TO. A meta financeira para a ação foi definida em R\$ 782.210,00.

Quadro 4.4.2.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2285, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção de estagiários do Ministério Público			
Descrição	Contratação e manutenção de programa de estágio remunerado e não-remunerado para atender às necessidades do Ministério Público.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.085.770,00	782.210,00	777.209,58	698.188,70	99,36%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.4.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2285. Constata-se que sua meta financeira resultou em 99,36% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento do agente de integração, Instituto Elvaldo Lodi – IEL, bem como as bolsas estágio aos aprendizes de diversos cursos de graduação. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.4.2.1.

Tabela 4.4.2.1 – Valores Empenhados da Ação 2285, por Subitem de Despesas, em 2018

<b>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)</b>	<b>Valor</b>	<b>% Total</b>
31.01 – Prêmios	8.384,00	1,08%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	18.241,00	2,35%
39.72 – Vale-Transporte	112.127,00	14,43%
39.79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	638.457,58	82,15%
<b>Total</b>	<b>777.209,58</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 4.4.3. Ação 2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores

A ação 2284 tem como objetivo custear o pagamento de auxílios e outros direitos, estabelecidos conforme a legislação em vigor, aos integrantes da Organização. A meta financeira para a ação, no exercício, foi estabelecida em R\$ 29.547.917,00.

Quadro 4.4.3.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2284, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores			
Descrição	Manutenção dos benefícios, auxílios e direitos dos membros e servidores do Ministério Público			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
28.577.550,00	29.547.917,00	29.478.733,76	29.478.733,76	99,76%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.4.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2284. Constatou-se que sua meta financeira resultou em 99,76% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de auxílio-alimentação, auxílio-creche, de auxílio-moradia, Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, bem como auxílio-natalidade, auxílio-especial e auxílio-funeral. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.4.3.1.

Tabela 4.4.3.1 – Valores Empenhados da Ação 2284, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
08.05 – Auxílio-natalidade Ativo Civil	26.712,00	0,09%
08.19 – Auxílio-creche	548.759,71	1,86%
08.20 – Auxílio-Especial	45.000,00	0,15%
46.01 – Indenização Auxílio-Alimentação	10.292.693,53	34,92%
92.08 – Desp. Exerc. Ant. - Outros Benefícios assistenciais do Servidor e do Militar	193,54	0,00%
92.93 – Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	45.136,28	0,15%
93.02 – Obrigações Tributárias – Pagamento Antecipado	12.654.230,50	42,93%
93.04 – Indenizações de Moradia	3.900.898,82	13,23%
93.99 – Outras	1.965.109,38	6,67%
<b>Total</b>	<b>29.478.733,76</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.4.4. Ação 2210 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Com a finalidade de garantir os materiais e serviços necessários para manutenção das unidades e para realização das ações previstas, o programa 1144 – Manutenção do



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Ministério Público possui a ação 2210. A meta financeira proposta para a ação foi estabelecida em R\$ 8.188.034,00 no exercício de 2018.

Quadro 4.4.4.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2210, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			
Descrição	Custeio de despesas tais como: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; alugueis, despesas de condomínio, seguros; locação de mão-de-obra para serviços de vigilância e limpeza; conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel); serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins; aquisição de equipamentos de ar-condicionado, de preservação de incêndio, elevadores, escadas rolantes e outros afins.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
8.611.290,00	8.188.034,00	8.005.811,30	7.270.495,81	97,77%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.4.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2210. Constata-se que sua meta financeira resultou 97,77% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender às despesas administrativas do MPE/TO, sendo relacionadas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção de serviços gerais, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom funcionamento das atividade-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.4.4.1.

Tabela 4.4.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2017)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	201.304,50	2,51%
30.04 – Gás e outros materiais Engarrafados	12.474,44	0,16%
30.07 – Gêneros de Alimentação	51.644,73	0,65%
30.09 – Material farmacológico	22,00	0,00%
30.10 – Material Odontológico	6.082,14	0,08%
30.15 – Material para Festividades e Homenagens	6.689,38	0,08%
30.16 – Material de Expediente	66.131,39	0,83%
30.17 – Material de Processamento de Dados	7.077,85	0,09%
30.19 – Material de acondicionamento e embalagem	2.245,00	0,03%
30.20 – Material de Cama, Mesa e Banho	1.913,00	0,02%

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.4.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2017)	Valor	% Total
30.21 – Material de Copa e Cozinha	33.828,95	0,42%
30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.102,41	0,01%
30.24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	57.962,89	0,72%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	61.665,63	0,77%
30.28 – Material de Proteção e Segurança	11.535,00	0,14%
30.29 – Material de Áudio, Vídeo, Foto e Imagem de Satélite	348,00	0,00%
30.30 – Material p/ Comunicações	12.779,50	0,16%
30.36 – Material Hospitalar	10.661,40	0,13%
30.42 – Ferramentas	1.497,65	0,02%
30.44 – Material de Sinalização Visual e Outros	29.356,88	0,37%
30.96 – Material de Consumo – Pagamento Antecipado	12.422,03	0,16%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	6.214,38	0,08%
33.01 – Passagens para o País	295.014,50	3,69%
33.06 – Locomoção Urbana	12.120,00	0,15%
36.15 – Locação de Imóveis	317.205,96	3,96%
36.22 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	5.226,10	0,07%
36.96 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física – Pagamento Antecipado	5.873,00	0,07%
36.99 – Outros	16.688,23	0,21%
37.02 – Limpeza e Conservação	4.383.721,08	54,76%
39.01 – Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.560,00	0,02%
39.10 – Locação de Imóveis	91.489,37	1,14%
39.12 – Locação de Máquinas e Equipamentos	59.749,91	0,75%
39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	24.033,33	0,30%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	87.324,12	1,09%
39.20 – Reparo e Conservação de Bens Móveis de Outras Natureza	159.474,01	1,99%
39.23 – Festividades e Homenagens	7.070,00	0,09%
39.41 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffet's, lanches e similares)	19.110,50	0,24%
39.43 – Serviços de Energia Elétrica	1.210.834,28	15,12%
39.44 – Serviços de Água e Esgoto	145.099,41	1,81%
39.46 – Serviços Domésticos	3.264,00	0,04%
39.47 – Serviços de Comunicação em Geral	29.029,44	0,36%
39.55 – Serviços de Postagens	139.342,42	1,74%
39.58 – Serviços de Telecomunicação	49.343,07	0,62%

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 4.4.4.1 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2017)	Valor	% Total
39.63 – Serviços Gráficos	8.749,63	0,11%
39.72 - Vale-Transporte	3.881,50	0,05%
39.78 - Limpeza e Conservação	1.440,00	0,02%
39.80 - Hospedagens	6.468,00	0,08%
39.81 - Serviços Bancários	49.477,12	0,62%
39.83 – Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	10.080,00	0,13%
39.90 – Manutenção de Software	23.425,97	0,29%
39.93 – Serviços de Telefonia Fixa	204.768,17	2,56%
39.96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Pagamento Antecipado	10.888,23	0,14%
47.10 – Taxas	17.628,52	0,22%
47.18 – Contribuição Previdenciárias – Serviços de Terceiros	4.382,87	0,05%
47.96 – Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	1.174,60	0,01%
52.24 – Equipamentos de Proteção, Segurança, Socorro	1.500,00	0,02%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	1.935,00	0,02%
92.39 – Desp. Exerc. Ant. - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.128,81	0,03%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	351,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>8.005.811,30</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.4.5. Ação 2310 – Manutenção de Serviços de Transporte

A finalidade da ação 2310 é contribuir para manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços desenvolvidos na área de transportes, agregando as despesas com deslocamentos que não são passíveis de apropriação nos programas temáticos. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 429.616,00.

Quadro 4.4.5.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2310, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção dos serviços de transporte				
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de transporte, tais como: manutenção, revisão e reparos de veículos; combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes; peças e acessórios; aquisição de veículos; licenciamento e seguros; e, aluguéis ou contratação de serviços de transporte.				
Meta Financeira (em R\$ 1,00)					
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% (C/B) = E	
531.400,00	429.616,00	425.769,09	387.566,84	99,10%	

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O quadro 4.4.5.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2310. Constata-se que sua meta financeira resultou em 99,10% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender despesas com aquisição de combustíveis, peças e acessórios, seguros e serviços para a frota de veículos do MPE/TO, além do pagamento de diárias aos motoristas. Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 4.4.5.1.

Tabela 4.4.5.1 – Valores Empenhados da Ação 2310, por Subitem de Despesas, em 2018

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	89.017,50	20,91%
30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	184.895,69	43,43%
30.19 – Material de condicionamento e embalagem	424,80	0,10%
30.39 – Material para Manutenção de Veículos	2.367,22	0,56%
39.19 – Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas Pesadas	92.582,63	21,74%
39.69 – Seguros em Gerais	54.196,68	12,73%
47.10 – Taxas	178,30	0,04%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	1.907,27	0,45%
92.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	199,00	0,05%
<b>Total</b>	<b>425.769,09</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.4.6. Ação 2294 – Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação

A ação 2294 tem como finalidade garantir infraestrutura e sistemas adequados para a realização das ações do MPE/TO. A meta financeira para a ação no exercício foi definida em R\$ 2.240.335,00.

Quadro 4.4.6.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2294, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Título	Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação			
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de tecnologia da informação, tais como: apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e aquisição e locação de softwares básicos de informática.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.755.000,00	2.240.335,00	2.237.630,54	1.879.362,17	99,88%



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 4.4.6.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2294, conforme Revisão do PPA 2016-2019 (2018)

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 4.4.6.1 resume o ocorrido no exercício de 2018 com a ação 2294. Consta-se que sua meta financeira resultou em 99,88% do planejado. Os recursos consignados na ação foram empregados na aquisição de suprimentos de informática, de licenças de softwares e na manutenção de link para conexão de dados e internet para as unidades do MPE/TO. A ação não sofreu contingenciamento e seus recursos foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 4.4.6.1.

Tabela 4.4.6.1 – Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2018

<b>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2018)</b>	<b>Valor</b>	<b>% Total</b>
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	12.315,00	0,55%
30.17 – Material de Processamento de Dados	167.620,09	7,49%
30.24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	643,10	0,03%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	1.948,00	0,09%
30.30 – Material p/ Comunicações	4.164,00	0,19%
30.42 – Ferramentas	558,56	0,02%
30.47 – Aquisição de Softwares de Base	36.100,00	1,61%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	1.619,40	0,07%
39.58 – Serviços de Telecomunicação	1.946.278,40	86,98%
39.95 – Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados	66.222,17	2,96%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	161,82	0,01%
<b>Total</b>	<b>2.237.630,54</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 21.02.2019, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

### 4.5. Principais Conclusões sobre a Avaliação das Metas Previstas no Plano Plurianual 2016-2019 e na Lei Orçamentária Anual de 2018

A operacionalização do plano plurianual é materializada na execução dos orçamentos anuais. Nesse diapasão, conforme o conjunto de informações disponíveis, o MPE/TO conseguiu realizar a maioria das metas propostas, apesar do contingenciamento de recursos imposto à Unidade. Isso prova que o maior desafio para garantir a continuidade no alcance dos resultados vem sendo o alinhamento organizacional. Havendo unidade, mesmo num cenário adverso de restrição de recursos, é possível, se não superar, ao menos alcançar as metas definidas.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### **5 ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS**

#### **5.1. Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional)**

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do MPE/TO. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

As atribuições do Procurador-Geral de Justiça estão previstas no art. 29 da Lei nº. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e Lei Complementar nº 051/2008 (Lei Orgânica Estadual do MPE/TO), em consonância com as disposições das Constituições Federal e Estadual que regem a organização, princípios, legitimação, garantias, vedações e funções do MPE/TO.

Dentre a gama de funções de natureza constitucional e infraconstitucional cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, sobressaem-se as seguintes atividades de execução: ajuizar ação penal de competências dos Tribunais; representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, quando a autoridade reclamada for o Governador, o Presidente da Assembleia Legislativa, os Presidentes dos Tribunais ou Secretários de Estado; representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

#### **5.2. Colégio de Procuradores de Justiça**

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), Órgão da Administração Superior e de Execução do MPE/TO, é integrado por todos os Procuradores de Justiça em exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conta com 02 (duas) comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Institucionais e a Comissão de Assuntos Administrativos, ambas compostas por 03 (três) Procuradores de Justiça, com atribuições em suas respectivas áreas.

As sessões ordinárias são realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, localizado no 3º piso do prédio



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões extraordinárias e solenes acontecem sempre em face de convocação.

Dentre suas atribuições constantes do artigo 20 da Lei Complementar nº. 51/2008, destacam-se: criação de cargos e serviços auxiliares, fixação e reajustes dos subsídios dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, aprovação da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, fixação e revisão das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça, e decisão sobre pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar.

O Colégio de Procuradores de Justiça é responsável, também, pelas eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor, do seu representante no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (Caops) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

O Colegiado reúne-se, ainda, em sessões solenes, com o fim de dar posse ao Procurador-Geral, ao Corregedor-Geral, aos Membros eleitos do CSMP, ao Ouvidor, ao Coordenador do Cesaf, aos Procuradores de Justiça e também aos Promotores de Justiça Substitutos.

Tabela 5.2.1 – Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2017/2018

Item	Descrição	Ano, em (quantidade)	
		2017	2018
1	Sessões Ordinárias	10	11
2	Sessões Extraordinárias	05	08
3	Sessões Solenes	05	06
4	Feitos autuados	34	50
5	Feitos julgados	38	-
6	Resoluções	09	12
7	Recomendações	-	01
8	Propostas de alteração legislativas aprovadas	-	02

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

### 5.3. Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) é Órgão que compõe a Administração Superior, estando afetos à sua competência os assuntos de carreira, dentre os quais as deliberações sobre concurso público, promoção, remoção, procedimento para

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

vitalicamento de Promotores de Justiça Substituto etc. No âmbito administrativo, tem a seu cargo as decisões referentes às promoções de arquivamento de peças de informação ou inquérito civil público. Incumbe, também, a este Colegiado, a análise dos Relatórios de Correição e Inspeção realizados pela Corregedoria-Geral, bem como, se for o caso, deliberar sobre providências a serem tomadas.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas, salvo se houver matéria que envolva análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

Informamos, na tabela a seguir, o comparativo de atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2013/2018:

Tabela 5.3.1 – Atividades do Conselho Superior, em 2013/2018

Descrição	Ano, em (quantidade)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Resoluções	08	09	10	08	06	
Sessões Ordinárias	10	10	10	11	11	
Sessões Extraordinárias	06	04	05	07	08	
Súmulas	10	-	10	-	06	
Registros de comunicação de instauração de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato	-	-	1.068	-	1.287	
Registros de comunicação de instauração de Inquérito Civil Públicos	-	-	720	-	1.296	
Audiências de instrução de processos	-	-	50	-	06	
Procedimentos Administrativos - (Requerimentos, Concursos e PADs) finalizados	-	-	46	-	80	
Movimentações no sistema eletrônico E-DOC	-	-	-	-	20.221	

Fonte: Conselho Superior do Ministério

### 5.4. Corregedoria-Geral do Ministério Público





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do MPE/TO e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a Administração Superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do MPE/TO. As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias e Procuradorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

A Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, dispõe:

*“A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o Órgão da Administração Superior do MPE/TO encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do MPE/TO.”*

Portanto, no decorrer de 2018 foram realizadas correições, em consonância com o cronograma de correições aprovado e amplamente divulgado no sítio eletrônico da Instituição, divididas entre as Promotorias da Capital e interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de Execução, conforme detalhado a seguir:

Quadro 5.4.1 – Órgãos Inspeccionados, em 2018

Item	Período	Local	Cidade
1	23 e 24/01/2018	Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
2	25/01/2018	Promotoria de Justiça de Araguacema-TO	Araguacema-TO
3	19 a 23/02/2018	Procuradorias de Justiça	Palmas
4	12 e 13/03/2018	Promotorias de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
5	14/03/2018	Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins	Ponte Alta do Tocantins
6	15/03/2018	Promotoria de Justiça de Novo Acordo	Novo Acordo
7	09/04/2018	Promotoria de Justiça de Araguatins	Araguatins
8	10/04/2018	Promotorias de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis
9	11/04/2018	Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins	Axixá do Tocantins
10	12/04/2018	Promotoria de Justiça de Itaguatins-TO	Itaguatins-TO
11	23/04/2018	Promotoria de Justiça de Arapoema-TO	Arapoema-TO
12	24/04/2018	Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins
15	07/05/2018	Promotoria De Justiça de Taguatinga	Taguatinga
16	08/05/2018	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins	Aurora do Tocantins
17	09/05/2018	Promotoria de Justiça de Arraias	Arraias
18	10/05/2018	Promotoria de Justiça de Paranã	Paraná
19	11/05/2018	Promotoria de Justiça de Palmeirópolis	Palmeirópolis
21	21/05/2018	Promotoria de Justiça de Colmeia	Colmeia



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.4.1 – Órgãos Inspeccionados, em 2018

Item	Período	Local	Cidade
22	22/05/2018	Promotorias de Justiça de Guaraí	Guaraí
23	18/06/2018	Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis
24	19/06/2018	Promotoria de Justiça de Ananás	Ananás
25	20/06/2018	Promotoria de Justiça de Xambioá	Xambioá

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Foram, também, autuados diversos procedimentos disciplinares no decorrer de 2018, pela Corregedoria-Geral, destacados por classe processual:

Tabela 5.4.1 – Procedimentos administrativos em 2018 (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento
Sindicância	-	01	01	-	-
Pedido de Providências Classe I	08	18	24	-	02
Pedido de Providências Classe II	22	58 <sup>1</sup>	69	-	03
Total	30	77	94	-	05

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o estágio probatório dos Membros do MPE/TO. Os dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo corresponderão ao período de estágio probatório, durante o qual o membro do MPE/TO terá o seu trabalho e a sua conduta avaliada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público para fins de vitaliciamento.

Desta forma, a Corregedoria-Geral, dois meses antes de decorrido o biênio de estágio, encaminha ao Conselho Superior do Ministério Público relatório circunstanciado sobre a atuação pessoal e funcional dos membros, concluindo, fundamentadamente, pelo vitaliciamento ou não.

Nesta perspectiva, o MPE/TO sediou, no dia 30 de outubro de 2018, o 1º Encontro Regional com Membros em Estágio Probatório e Diálogo com Membros e Servidores do MPE/TO.

O Corregedor Nacional abriu o encontro falando sobre a necessidade de construção de uma Corregedoria humanizada, sensível aos problemas vivenciados pelo promotor de justiça em seu cotidiano. Pontuou, também, sobre a necessidade de o membro vivenciar os problemas da comunidade onde atua, deixando o gabinete sempre aberto à população.

<sup>1</sup> Dos pedidos instaurados, 01 foi convertido em Pedido de Providências Classe I; 01 convertido em Sindicância; e 06 encaminhados a outros órgãos internos.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

As demais palestras ministradas seguiram a mesma linha, que já vem sendo colocada em prática pela Corregedoria local, abordando especialmente a necessidade de um diálogo franco e inteligente com os membros, bem como a atuação correcional de caráter orientador e educativo.

Seguem, abaixo, as atividades para fins de estágio probatório, dentre outras realizadas no decorrer no período de 2014 a 2018.

Tabela 5.4.2 - Atividades para Fins de Estágio Probatório, Dentre Outras, Realizadas no Decorrer no Período de 2014 a 2018.

Espécie	Ano, em (unid.)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Processos de acompanhamento de estágio Probatório	08	07	-	-	-
Relatórios de avaliação de estágios Probatórios	39	73	98	83	37
Cursos Preparatório para Carreira do MPE/TO	03	01	-	01	01
Elaboração de Guia de Boas Práticas na Atividade Ministerial	01	-	-	-	-
Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção – Antiguidade	172	84	74	101	65
Prontuários individuais de Concurso Promoção/Remoção - Merecimento	190	102	97	115	64
Participação em Sessões do Colégio de Procuradores	29	11	17	22	33
Participação em Sessões do Colégio Superior do Ministério Público	14	24	18	18	18

Fonte: Corregedoria-Geral

A Comissão Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) aprovou em setembro de 2018 a criação do Núcleo de Estatística da Corregedoria-Geral, projeto elaborado em parceria com o Departamento de Planejamento e Gestão do MPE/TO.

A iniciativa visa suprir antiga demanda do órgão e da comunidade, que busca cotidianamente por informações detalhadas da atuação ministerial, bem como disponibilizar referências aos gestores, aprimorando a assertividade durante as tomadas de decisões.

Atualmente, o projeto de criação do Núcleo está em fase de aperfeiçoamento por parte do Escritório de Projetos e logo após seguirá para apreciação do Colégio de Procuradores.

Outro projeto iniciado no decorrer de 2018 trata da criação de um sistema próprio para registro dos prontuários eletrônicos, que servem para armazenamento dos registros funcionais dos membros do MP.

Hoje, tais dados são registrados em documentos individuais, resguardados por cópias de segurança na rede da Procuradoria-Geral de Justiça. Entretanto, com o novo software,

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

as informações serão integradas à base unificada do Athenas, possibilitando gerenciamento otimizado, lançamento ágil de novas anotações e geração de relatórios de produtividade e apontamentos específicos de cada membro, como cursos, graduações e etc.

Seguem abaixo, os fluxos de expediente, no decorrer de 2018.

Tabela 5.4.3 – Fluxo de Expedientes, em 2018 (em unid.)

Espécie	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atos CGMP	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	02
Atos CGMP/PGJ	-	-	-	-	1	-	-	-	-	01	01	02	05
Expedientes Recebidos <sup>2</sup>	312	267	363	383	396	366	278	315	267	233	332	304	3816
Memorandos Circulares Expedidos	02	02	-	-	01	02	02	-	01	01	03	04	18
Memorandos Expedidos	10	17	15	03	19	18	04	30	04	04	08	23	155
Ofícios Expedidos	04	27	42	50	06	24	03	08	05	09	01	07	186

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 5.4.4 - Atos Extrajudiciais Disciplinares, período de 2014 – 2018 (em unid.)

Descrição	Ano				
	2014	2015	2016	2017	2018
Mandado de Notificação	55	45	92	77	58
Mandado de Intimação	15	28	-	-	-
Mandado de Cientificação	61	62	-	-	-
Decisão	54	126	75	93	116
Despacho	66	55	88	166	119
Oitiva	22	-	17	17	5
Portaria	25	28	11	24	21
Ata	23	10	12	12	5
Recomendação	3	34	8	16	15
Parecer	-	-	-	16	9
TAC	-	-	-	2	3
<b>Total</b>	<b>324</b>	<b>388</b>	<b>303</b>	<b>423</b>	<b>351</b>

Fonte: Corregedoria-Geral

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído em março de 2015, por Ato Conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, tem como objetivo normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais (em atraso) das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, além de possibilitar aos Promotores de Justiça Substitutos um primeiro contato com a matéria.

<sup>2</sup> Via e-Docs



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

No 1º Semestre de 2018 foi atendida a 9ª Promotoria de Justiça da Capital, que detém atribuições na tutela do patrimônio público. Além disso, também devem ser computados os números referentes ao atendimento à 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína (também com atribuições na tutela do patrimônio público), cujo auxílio iniciou-se no final do ano de 2017 e foi finalizado, com a devolução dos procedimentos, no início de 2018.

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento de 133 (cento e trinta e três) procedimentos extrajudiciais.

Quanto às atividades desempenhadas no 2º semestre de 2018, o projeto continuou auxiliando a 9ª Promotoria de Justiça da Capital, sendo que já foi solicitado ao membro titular da unidade a remessa de outros procedimentos para análise. O resultado desses esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os 04 (quatro) membros em estágio probatório, possibilitaram a análise e impulsionamento de 59 (cinquenta e nove) procedimentos extrajudiciais.

Assim, os resultados alcançados no decorrer de 2018 possibilitaram a análise e impulsionamento de 192 (cento e noventa e dois) procedimentos extrajudiciais, conforme demonstra o histórico do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva no período de 2015 a 2018, a seguir:

Tabela 5.4.4 – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva no período de 2015 a 2018

Providências	Ano, em Quantidade			
	2015	2016	2017	2018
Arquivamento	84	261	176	35
Despacho	85	144	106	131
Declínio de Atribuições	58	29	18	01
Inquérito Civil	102	279	325	04
Procedimento Preparatório	05	24	02	-
Procedimento Investigatório Criminal	03	01	07	-
Procedimento Administrativo	01	01	57	-
Ação Penal	-	06	01	-
Ação Civil	-	14	01	21
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>759</b>	<b>693</b>	<b>192</b>

Fonte: Corregedoria-Geral

### 5.5. Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria tem por atribuição o conhecimento de manifestações (denúncias, reclamações, críticas, dúvidas, elogios, pedidos de informações, sugestões e comentários)

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

relacionadas às atividades dos membros do MPE/TO (Promotores e Procuradores de Justiça), bem como dos seus serviços auxiliares (órgãos e servidores). Também é papel da Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do MPE/TO.

Assim, a principal atividade desenvolvida pela Ouvidoria é receber, registrar, analisar e dar o devido encaminhamento às manifestações dos cidadãos sobre o trabalho desenvolvido pelo MPE/TO.

As manifestações podem ser feitas:

- pelos sites: <https://athenas.mpto.mp.br//athenas/ouvidoria/>, preenchendo o formulário constante do link “manifestação” (à esquerda);
- pelos telefones (63) 3216-7598 e 3216-7575;
- pelos e-mails [ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br);
- por correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Cep 77.006-218 – Palmas-TO.

No decorrer de 2018, a Ouvidoria do MPE/TO recebeu e processou 1.194 ocorrências, das quais 998 foram anônimas. A seguir serão demonstradas, por meio de tabelas, as Manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria no período de 2017 a 2018.

Tabela 5.5.1 – Formas de Ocorrência, em 2017/2018

Forma de Contato	2017		2018	
	Quantidade	Em, (%)	Quantidade	Em, (%)
Virtual	697	72,23	890	74,54
E-mail	50	5,18	37	3,10
Telefone	138	14,30	238	19,93
Presencial	80	8,29	29	2,43
Recebimento de Ofício/Comunicação/Carta	-	0,0	-	0,0
Outros	-	0,0	-	0,0
<b>Total</b>	<b>965</b>	<b>100,00</b>	<b>1.194</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria

A seguir demonstra-se a evolução das manifestações recebidas por grupo pela Ouvidoria no período de 2014 a 2018.

Tabela 5.5.2 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2014/2018

Grupo	Ano, em Quantidade				
	2014	2015	2016	2017	2018
Denúncia	458	568	766	893	1.154
Pedido de Informação	53	57	62	33	27
Reclamações	51	74	13	19	27

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.5.2 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2014/2018

Grupo	Ano, em Quantidade				
	2014	2015	2016	2017	2018
Comentários	01	-	-	-	05
Elogios	04	04	02	02	05
Sugestões	04	02	-	06	02
Críticas	01	-	01	04	-
Dúvidas	-	01	-	08	08
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>706</b>	<b>844</b>	<b>965</b>	<b>1.228</b>

Fonte: Ouvidoria

A maioria das ocorrências concentrou-se no assunto “Improbidade Administrativa”, representando 27,31%. Outro assunto destaque foi “Serviços Públicos” que representa 26,69% do total das manifestações registradas. Em seguida, vem o assunto “Saúde”, com 8,76% do total. A seguir, a tabela com detalhamento por assunto:

Tabela 5.5.3 – Classificação de Manifestações por Assunto

Item	Detalhamento por assunto	Quantidade	Em, (%)
1	Acessibilidade	10	0,68
2	Administração e Funcionamento do MPE/TO	01	0,07
3	Atuação de Membros e Servidores	13	0,89
4	Concurso Público	41	2,81
5	Consultas e Dúvidas Jurídicas	25	1,71
6	Consumidor	32	2,19
7	Controle Externo da Atividade Policial	30	2,05
8	Crimes	79	5,41
9	Demandas alheias à competência do MPE/TO	34	2,33
10	Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	06	0,41
11	Educação	49	3,35
12	Eleitoral	29	1,98
13	Execução Penal	04	0,27
14	Idoso	18	1,23
15	Improbidade Administrativa	399	27,31
16	Infância e Juventude	63	4,31
17	Meio Ambiente	21	1,44
18	Residência na Comarca e Lotação de Membros	-	0,0
19	Saúde	128	8,76
20	Serviços Públicos	390	26,69
21	Sindical e questões análogas	-	0,0
22	Violência doméstica	02	0,14
23	Lei de Acesso à Informação	27	1,85
24	Outros	60	4,11
<b>Total</b>		<b>1.461</b>	<b>100,00</b>

Obs.: algumas manifestações referem-se a mais de um tema

Fonte: Ouvidoria

Além disso, é de grande relevância lembrar que participamos e apoiamos muitos eventos, cursos, seminários, oficinas, conferências, projetos e fóruns, conforme tabela apresentada a seguir:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.5.1 – Participação em Eventos, em 2018

Item	Local	Período	Tipo de Atividade
1	Macapá/AP	30/11 a 01/12/2018	35ª Reunião Ordinária do CNOMP
2	São Luiz/MA	15 a 16/03/2018	36ª Reunião Ordinária do CNOMP
3	Fortaleza/CE	07 a 08/06/2018	37ª Reunião Ordinária do CNOMP
4	Gramado/RS	01 a 04/08/2018	Reunião Extraordinária do CNOMP XIV Congresso Estadual do Ministério Público
5	Brasília/DF	16 a 17/08/2018	1ª Reunião Extraordinária do CNOMP
6	Brasília/DF	11 a 14/09/2018	2ª Reunião Extraordinária do Colegiado
7	Belém/PA	27 e 28/09/2018	38ª Reunião Ordinária do CNOMP
8	Goiânia/GO	22 e 23/11/2018	39ª Reunião Ordinária do CNOMP
9	Palmas/TO	24/08/2018	Reunião no TJTO para discutir a criação de rede de ouvidorias no Estado do Tocantins
10	Palmas/TO	23/08 e 18/09/2018	1ª reunião para a formação das Ouvidorias em Rede no Tocantins.
11	Palmas/TO	29/11/2018	Assinatura do Termo de Cooperação Ouvidorias em Rede no Tocantins.

Fonte: Ouvidoria

### 5.6. Órgãos de Execução do Ministério Público

O MPE/TO, por meio de seus órgãos de execução Promotorias e Procuradorias de Justiça, atuaram em diversas áreas no decorrer de 2018. Selecionamos as principais notícias veiculadas no site institucional, por objetivo estratégico do Plano 2010-2019 e data de publicação, conforme quadros a seguir:

Quadro 5.6.1 - Principais Noticiais: Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Pedidas Alternativas

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO é parceiro de projeto de alfabetização e prática da leitura na cadeia pública de Tocantinópolis	25/01/18
2	MPE/TO requer disponibilidade de novas tornozeleiras eletrônicas e reforma de presídio semiaberto de Palmas	02/03/18
3	Membros do TO participam de Seminário Nacional sobre Segurança Pública em Brasília-DF	17/04/18
4	Liminar atende pedidos do MPE/TO e determina restabelecimento de estoque de tornozeleiras eletrônicas e reforma da Unidade de Regime Semiaberto de Palmas	19/05/18
5	Cadeia de Tocantinópolis deve passar por reformas	21/05/18
6	MPE/TO pede interdição parcial da Casa de Prisão Provisória de Gurupi, com lotação 560% acima da capacidade	28/08/18
7	MPE/TO e órgãos de controle definem estratégias para conter situação da Unidade Prisional de Barra da Grotta	03/10/18
8	Decisão atende pedidos do MPE/TO e limita número de internos na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotta	19/10/18
9	Alternativas à superlotação de pavilhão da Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotta são discutidas em audiência	24/10/18
10	MPE/TO obtém decisão que determina a normalização do sistema de monitoramento de presos por meio de tornozeleiras eletrônicas	02/11/18
11	Ingresso de novos presos provisórios na CCP de Gurupi está proibido em razão de interdição	10/11/18



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.1 - Principais Noticiais: Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Pedidas Alternativas

Item	Assunto	Data
12	Reunião alinha estratégias para inspeção nas unidades prisionais de Palmas	19/11/18
13	Membro do MPE/TO participa de evento sobre gestão prisional no Tocantins	29/11/18
14	Operação do Gaeco promove vistoria na Casa de Prisão de Palmas e cumpre mandados	04/12/18
15	MPE/TO obtém decisão que determina restabelecimento do acesso ao Sistema de Monitoramento Eletrônico em todo o Estado	10/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.2 - Principais Noticiais: Atuar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Item	Assunto	Data
1	Orientados pelo MPE/TO, municípios de Novo Acordo, Santa Tereza e Aparecida do Rio Negro comprometem-se a elaborar projeto de lei da Guarda Subsidiada	23/02/18
2	MPE/TO obtém decisão judicial que proíbe participação de crianças e adolescentes no concurso de miss em Paraíso	23/02/18
3	Os municípios de Divinópolis do Tocantins e Pugmil terão três meses para implantar medidas socioeducativas à adolescentes infratores	23/02/18
4	Caopij orienta Promotores de Justiça quanto à atuação dos agentes de proteção da Infância e Juventude no Tocantins	28/02/18
5	MPE/TO quer que município de Angico seja obrigado a implementar programa de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco	07/03/18
6	Prefeito de Paranã é intimado a pagar multa por descumprir liminar que obriga a estruturar Conselho Tutelar	20/03/18
7	MPE/TO instaura Inquérito Civil Público para apurar o uso indevido de ônibus escolar em Araguaçu	23/03/18
8	Abertas inscrições para seminário sobre a Lei da Escuta e atenção integrada às crianças e adolescentes em situação de violência sexual	26/03/18
9	Após pedido do MPE/TO, irmãos do município de Combinado serão acolhidos em abrigo de Goiás	09/04/18
10	MPE/TO realiza seminário sobre Lei da Escuta	23/04/18
11	Seminário debate a implantação da Lei da Escuta, voltada a crianças e adolescentes em situação de violência sexual	26/04/18
12	MPE/TO e Conselhos Tutelares discutem criação de fluxograma de trabalho para acolhimento de crianças e adolescentes	10/05/18
13	Instituições firmam parceria para qualificar e incluir no mercado de trabalho adolescentes em situação de vulnerabilidade	10/05/18
14	Promotor de Justiça do Tocantins integra comitiva que discutiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo com Ministro dos Direitos Humanos	23/05/18
15	Coordenador do Caopij compõe Grupo de Acompanhamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente do CNMP	04/06/18
16	Comissão Interinstitucional vai criar banco de dados de adolescentes em medidas socioeducativas com vistas à formação profissional	21/06/18
17	Implementação do programa Família Guardiã nos municípios é tema de reunião no MPE/TO	21/06/18
18	Promotores definem modelo de atuação para casos que demandam escuta especializada	29/06/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.2 - Principais Noticiais: Atuar na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Item	Assunto	Data
19	Promotora de Justiça participa de inauguração de casa de acolhimento de menores em vulnerabilidade social em Porto Nacional	13/07/18
20	Município de Lizarda-TO é obrigado a estruturar Conselho Tutelar em decorrência de atuação do MPE/TO	15/08/18
21	MPE/TO inscreve para seminário que discutirá alienação parental	05/09/18
22	Representantes do Governo Federal participam de discussão sobre implementação do programa Família Guardiã	10/09/18
23	Promotor de Justiça ministra palestra sobre Lei da Escuta em Brasília	12/09/18
24	Abertura da I Semana da Inclusão Escolar de Porto Nacional conta com participação do MPE/TO	19/09/18
25	MPE/TO e DPE definem estratégias de proteção de adolescentes do movimento hip-hop	16/10/18
26	MPE/TO sensibiliza empresários para implantação de programa de aprendizagem profissional	17/10/18
27	Programa Família Acolhedora é implementado em Tocantinópolis após atuação do MPE/TO	22/10/18
28	Estado se nega a oferecer passagens para tratamento de criança e MPE/TO ajuíza ação para garantir assistência	05/11/18
29	MPE/TO requer que Estado forneça passagens para que criança com paralisia cerebral receba tratamento em Brasília	07/11/18
30	Promotor de Justiça apresenta lei da Escuta Protegida em Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente	22/11/18
31	MPE/TO solicita que Câmara de Vereadores instaure procedimento disciplinar contra vereador de Palmas por apologia à pedofilia	23/11/18
32	Promotor de Justiça dialoga com profissionais de saúde sobre aspectos legais relacionados à assistência à gestante e ao recém-nascido	26/11/18
33	Promotor de Justiça promove palestra em conferência e divulga lei da Escuta Protegida	28/11/18
34	MPE/TO lança na terça projeto que utiliza cultura hip-hop para discutir problemas comuns à adolescência	30/11/18
35	MPE/TO lança projeto "Cultura MP" com o objetivo de valorizar o movimento do Hip Hop na capital	05/12/18
36	MPE/TO divulga regulamento da Batalha Solidária que ocorrerá no Circuito Cultural de Hip Hop	07/12/18
37	MPE/TO promove Escuta Social a fim de debater Circuito Cultural de Hip Hop Batalha Solidária	07/12/18
38	Iniciativa do MPE/TO mobiliza jovens e fortalece o movimento hip hop da Capital	17/12/18
39	Promotoria de Justiça recebe Medalha de Projetos por atuações voltadas a crianças e adolescentes	18/12/18
33	Promotor de Justiça promove palestra em conferência e divulga lei da Escuta Protegida	28/11/18
34	MPE/TO lança na terça projeto que utiliza cultura hip-hop para discutir problemas comuns à adolescência	30/11/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.3 - Principais Noticiais: Combater a Criminalidade

Item	Assunto	Data
1	Jefferson Bispo dos Santos é condenado a mais de 14 anos de prisão em Colmeia	29/01/18
2	Irmãos são condenados a mais de 26 anos de prisão, por homicídio em Colmeia	29/01/18
3	Com participação do Gaeco, força-tarefa prende dois suspeitos de assalto a prefeito de Tocantínia	06/02/18
4	MPE/TO denuncia estudante por quatro crimes no caso do médico Pedro Caldas	02/03/18
5	MPE/TO denuncia proprietário de lancha causador de acidente que decepou perna de jovem no lago de Palmas	05/03/18
6	Réu é condenado a 19 anos de reclusão pelo homicídio de policial em Araguaína	09/03/18
7	Executor do empresário Wenceslau Leobas é condenado por homicídio duplamente qualificado	20/03/18
8	FEMINICÍDIO: Pedidos do MPE/TO são aceitos e assassino da cabeleireira Edilene é condenado a 18 anos e 9 meses de prisão	20/03/18
9	Jovem é condenado a 24 anos de reclusão por matar o tio a golpe de foice em Arraias	06/04/18
10	Ex-prefeito de Barra do Ouro é condenado por homicídio	06/04/18
11	Morador de Arraias é condenado a 8 anos de reclusão pelo crime de tentativa de homicídio	06/04/18
12	Autor de homicídio em casa de jogos de Palmas é condenado a 15 anos de reclusão	06/04/18
13	Depois de cinco adiamentos, julgamento de Fábio Pisoni está marcado para este mês	11/04/18
14	MPE/TO obtém condenação de homem acusado de matar a companheira na frente de uma criança em Palmas	11/04/18
15	MPE/TO recorre de decisão que colocou em liberdade homem preso por apenas três dias pelo crime de estupro	19/04/18
16	Após 18 anos, homem acusado de matar vizinho de fazenda em Talismã é condenado	19/04/18
17	Crimes motivados por tráfico de drogas em Arraias são alvo de denúncias do MPE/TO	24/04/18
18	Após 17 horas de Júri, MPE/TO obtém condenação de Fábio Pisoni a 34 anos de prisão pela morte de estudante em Gurupi	25/04/18
19	MPE/TO recorre de decisão que colocou em liberdade homem acusado de estuprar e engravidar menina de 11 anos	25/04/18
20	Proprietário de bovino que invadiu pista e causou acidente é denunciado criminalmente pelo MPE/TO	16/05/18
21	MPE/TO obtém decisão inédita em condenação de caso de roubo em Dianópolis	18/05/18
22	MPE/TO denuncia acusado de extorquir dinheiro de mulher com fotos íntimas	19/05/18
23	MPE/TO obtém condenação de um dos autores da morte de corretor de imóveis em Araguaína	21/05/18
24	Homem que tentou matar dois policiais em Campos Lindos é condenado a mais de 28 anos de prisão	22/05/18
25	Jovem é condenado a mais de 15 anos de prisão pelo assassinato de estudante em Araguaína	24/05/18
26	Operação conjunta do MPE/TO e PM resulta na prisão de acusado de estupro	21/06/18
27	Homem é condenado a 9 anos de prisão pelo assassinato do melhor amigo em Alvorada	29/06/18
28	Duas pessoas que participaram de saque a carga de caminhão que tombou na TO-222 são denunciadas pelo MPE/TO	29/06/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.3 - Principais Noticiais: Combater a Criminalidade

Item	Assunto	Data
29	Homem que matou vítima a machadadas enquanto ela dormia é condenado a 25 anos de prisão em Guaraí	01/08/18
30	MPE/TO pede aumento de pena para indivíduos que invadiram uma residência e agrediram moradores em Araguaína	15/08/18
31	Homem que matou colega durante discussão em mesa de sinuca é condenado	23/08/18
32	MPE/TO ajuíza ação com base na Lei Anticorrupção contra três empresas em Porto Nacional	28/08/18
33	Acusados de furtar armas de Fórum são condenados por crime de peculato e comércio ilegal de arma de fogo	04/09/18
34	MPE/TO denuncia Iury Mendanha e Silas dos Santos pelo assassinato de Patrícia Aline dos Santos	05/09/18
35	MP denuncia um dos alvos da operação Ápia por posse ilegal de armas e munições	10/09/18
36	Homens são condenados a pena de reclusão e ao pagamento de indenização aos familiares da vítima	26/09/19
37	Justiça atende MPE/TO e declara inconstitucionalidade de lei ao julgar caso envolvendo uso de arma branca durante assalto	27/09/18
38	Autor de latrocínio e homicídio duplamente qualificado é condenado a 37 anos de reclusão	27/09/18
39	Acusado de matar homem em campo de futebol é condenado a 17 anos de reclusão	04/10/18
40	Presidiário que simulou suicídio de colega de cela é condenado a mais de 17 anos de prisão	10/10/18
41	MPE/TO participa de audiência sobre segurança pública na câmara de vereadores de Itacajá-TO	11/10/18
42	Acusado de matar homem em Gurupi é condenado a mais de 23 anos de prisão	16/10/18
43	MPE/TO denuncia 20 pessoas por tráfico de drogas no Sul do Tocantins	26/10/18
44	MPE/TO denuncia médica por homicídio culposo em acidente de trânsito em Araguaína	09/11/18
45	Estelionatários que aplicavam golpes em idosos têm prisão preventiva decretada	09/11/18
46	Tribunal do Júri acata tese do MPE/TO e condena homem a mais de 16 anos de reclusão por assassinato na zona rural de Miracema	12/11/18
47	MPE/TO oferece representação contra adolescentes acusados de matar homem por dívida de drogas	07/12/18
48	MPE/TO recorre de decisão que revogou prisão preventiva de homicida	10/12/18
49	MPE/TO auxiliará no recebimento de denúncias contra o médium João de Deus	12/12/18
50	No júri mais longo de Augustinópolis, três homens são condenados por assassinato de dentista em 2015	20/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
1	Ação do MPE/TO requer instalação de frequência eletrônica na Assembleia Legislativa do Tocantins	08/01/18
2	MPE/TO requer realização de concurso público na Assembleia Legislativa do Tocantins	09/01/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
3	MPE/TO requer redução no número de cargos comissionados da Assembleia Legislativa do Tocantins	10/01/18
4	MPE/TO requer a suspensão do concurso da Procuradoria-Geral do Estado	17/01/18
5	MPE/TO ajuíza ação contra ex-assessores parlamentares e ex-vereadores de Gurupi pela prática de improbidade administrativa	18/01/18
6	Ação do MPE/TO requer realização de concurso público em Itaguatins-TO	18/01/18
7	MPE/TO requisita informações sobre realização de concurso público em Porto Nacional	24/01/18
8	Focco envia Recomendação sobre contribuições previdenciárias a gestores municipais	30/01/18
9	Ausência de Portal da Transparência em Luzinópolis é alvo de Ação do MPE/TO	30/01/18
10	MPE/TO apresenta recurso ao TJ para suspender concurso para o cargo de Procurador do Estado	31/01/18
11	MPE/TO investiga possíveis irregularidades em escalas de trabalho de médicos em Alvorada	02/02/18
12	Lei e decreto que aumentaram salários do prefeito, vice e secretários de Riachinho são declarados inconstitucionais	08/02/18
13	MPE/TO obtém condenação do ex-prefeito de Dueré por falta de informações no Portal da Transparência	21/02/18
14	Ex-chefe de Residência Rodoviária do Dertins e uma empresa são alvo de ação do MPE/TO pela prática de improbidade administrativa	22/02/18
15	MPE/TO instaura procedimento para apurar irregularidades na contratação de servidora municipal em Itacajá-TO	23/02/18
16	MPE/TO pede nulidade de contrato do Estado com empresa que montou estrutura da Agrotins 2017	23/02/18
17	MPE/TO recomenda ao governador que gastos com pessoal sejam adequados aos limites legais	08/03/18
18	A pedido do MPE/TO, Justiça determina que município de Dueré regularize, imediatamente, Portal da Transparência	09/03/18
19	Ex-prefeito de Lagoa da Confusão e mais seis pessoas são condenados por fraudes em licitações	13/03/18
20	MPE/TO denuncia criminalmente vereadores de Aparecida do Rio Negro por corrupção passiva e ativa	15/03/18
21	MPE/TO quer obrigar município de Paranã a realizar concurso público; último certame ocorreu há 12 anos	16/03/18
22	Justiça acolhe recurso do MPE/TO e inclui empresas na lista de réus que respondem por ilegalidade na construção de pontes	16/03/18
23	Município de Cariri do Tocantins é obrigado a regularizar portal da transparência	22/03/18
24	Ex-prefeito de Dueré deve ter contas bloqueadas após Justiça atender pedido do MPE/TO	23/03/18
25	Educação contra a corrupção: Instituições de controle sugerem discussão do tema em sala de aula	23/03/18
26	Ex-prefeito de Araguaína e dois empresários são condenados criminalmente pela contratação de shows sem licitação	23/03/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
27	Poder Judiciário atende pedidos do MPE/TO e reverte sentença sobre atos de improbidades administrativas atribuídas a servidor do Ruraltins	23/03/18
28	MPE/TO obtém decisão judicial que suspende concurso da PM e impede Marcelo Miranda de promover alguns atos durante o período de transição	26/03/18
29	Ex-prefeito de São Valério sofre dupla condenação por ato de improbidade administrativa	26/03/18
30	MPE/TO pede na Justiça que Municípios e Câmaras de Vereadores da Comarca de Itacajá-TO regularizem Portais da Transparência	26/03/18
31	Representação do MPC e MPE/TO requer cautelar com orientações para governo interino	28/03/18
32	Justiça acata Ação do MPE/TO e mantém condenação de ex-prefeito de Santa Rita por atos de improbidade administrativa	03/04/18
33	Ex-prefeito de Novo Acordo e mais duas pessoas são denunciadas pelo MPE/TO por fraude a licitações	06/04/18
34	Ação do MPE/TO cobra posse de todos os aprovados nos concursos públicos da Prefeitura de Gurupi	11/04/18
35	Focco discute estratégias de combate a práticas de improbidade típicas das administrações municipais	13/04/18
36	Decisão atende pedidos do MPE/TO e anula doação de áreas públicas do município de Gurupi	16/04/18
37	Ex-prefeito de Crixás do Tocantins é condenado por desviar verbas destinadas ao pagamento de empréstimos consignados de servidores	17/04/18
38	Imóvel em Santa Rita do Tocantins é bloqueado, após Ação do MPE/TO	17/04/18
39	Ex-prefeito de Silvanópolis oculta documentos públicos durante transição de mandato e é denunciado criminalmente pelo MPE/TO	17/04/18
40	A pedido do MPE/TO, justiça determina redução de cargos em comissão e realização de concurso público na AL-TO	18/04/18
41	Ex-prefeito de Santa Tereza do Tocantins tem pena mantida por fraudes em licitações	19/04/18
42	Liminar obriga município de Paranã a realizar concurso público	19/04/18
43	MPE/TO apresenta recurso para a posse imediata dos candidatos aprovados em concursos públicos de Gurupi	24/04/18
44	MPE/TO requer redução do número de servidores comissionados na Câmara Municipal de Palmas	25/04/18
45	Escola com nome de ex-presidente pode ter que mudar de nome	25/04/18
46	MPE/TO ingressa com ação de improbidade contra prefeita de Brejinho de Nazaré e requer a realização de concurso público no município	03/05/18
47	MPE/TO requer reestabelecimento da emissão da Carteira Nacional de Habilitação no Estado do Tocantins	17/05/18
48	Liminar atende aos pedidos do MPE/TO e determina fornecimento de combustível para viaturas oficiais no município de Arapoema-TO	19/05/18
49	Estado é condenado a restabelecer serviço de impressão de CNH	23/05/18
50	Ex-prefeito de Oliveira de Fátima é condenado por atos de improbidade administrativa	29/05/18
51	Liminar obriga Câmara Municipal de Palmas a reduzir quantidade de servidores comissionados	06/06/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
52	A pedido do MPE/TO, Justiça mantém obrigatoriedade da Assembleia Legislativa de reduzir excesso de comissionados	07/06/18
53	Ex-presidente da Assembleia Legislativa é condenado a três anos e quatro meses de reclusão pelo crime de peculato	15/06/18
54	MPE/TO questiona contratos de prefeituras com escritórios de consultoria jurídica	15/06/18
55	MPE/TO aciona município de Augustinópolis na Justiça para que adicional de insalubridade volte a ser pago nos termos da lei	22/06/18
56	Ex-prefeito de Goiatins e servidora pública são denunciados por associação criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa e passiva	25/06/18
57	Servidora é afastada após recebimento de denúncia criminal que envolve também o ex-prefeito de Goiatins	26/06/18
58	MPE/TO obtém condenações que resultam no ressarcimento de aproximadamente 11,5 milhões de valores desviados da administração pública na comarca de Paraíso	26/06/18
59	Em Goiatins, salários atrasados motivam Ação do MPE/TO	26/06/18
60	MPE/TO instaura inquérito para investigar gastos do Governo do Estado com folha de pessoal	26/06/18
61	Prefeito de Ipueiras e empresa de eventos tornam-se réus em Ação de Improbidade do MPE/TO	27/06/18
62	MPE/TO requer a realização de concurso público em Porto Nacional	02/07/18
63	Dispensa de licitação na contratação de instituição responsável pelo concurso do Tribunal de Justiça é investigada	02/07/18
64	MPE/TO ingressa com ação contra prefeito e vice-prefeito de Cristalândia por autopromoção em propagandas publicitárias	06/07/18
65	Ex-prefeito de Cristalândia é alvo de ação do MPE/TO por supostamente custear defesa pessoal com recursos do Município	09/07/18
66	MPE/TO aponta indícios de fraude no concurso da PM e recomenda que governo não dê andamento ao certame	10/07/18
67	Irregularidades em Portal da Transparência levam MPE/TO a ingressar com ação contra presidente da Câmara de Tocantínia	10/07/18
68	MPE/TO obtém liminar que bloqueia bens do prefeito de Taguatinga pelo atraso nos repasses ao instituto de previdência	11/07/18
69	Decisão atende MPE/TO e afasta presidente da Câmara de Tocantínia por irregularidades no Portal da Transparência	16/07/18
70	MPE/TO requer que Prefeitura de Lagoa da Confusão suspenda pagamentos vultosos a escritório de contabilidade	17/07/18
71	MPE/TO requer afastamento de prefeito de Nova Olinda e bloqueio mais de R\$ 11 milhões em bens de gestores públicos	18/07/18
72	Município de Almas diz ser impossível o pagamento de servidores com salários atrasados desde 2016 e MPE/TO ingressa com ação na Justiça	23/07/18
73	MPE/TO investiga uso de verba indenizatória por parte dos deputados estaduais	24/07/18
74	MPE/TO ajuíza Ação contra ex-prefeito de Almas por diversas irregularidades no final da gestão	25/07/18
75	MPE/TO obtém decisão favorável em Ação contra prefeito e vice-prefeito de Cristalândia por autopromoção em propagandas publicitárias	26/07/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
76	MPE/TO requer anulação de contrato voltado à execução de concurso público do Poder Judiciário do Estado	30/07/18
77	MPE/TO aciona judicialmente prefeito e presidente da Câmara de Dueré por não caracterizarem veículos oficiais	30/07/18
78	MPE/TO recomenda que Município de Pium suspenda pagamento em licitações que somam mais de 2 milhões	02/08/18
79	MPE/TO recomenda ao governador que obedeça as vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal e reduza os gastos com pessoal	14/08/18
80	Prefeito de Nova Olinda é afastado a pedido do MPE/TO por contratações irregulares que chegam a quase R\$ 12 milhões	14/08/18
81	Antiga gestão deixa dívida de meio milhão em salários atrasados e MPE/TO cobra Município de Peixe na Justiça	15/08/18
82	Legislativo estadual tem prazo de um ano para reduzir número de servidores comissionados	16/08/18
83	MPE/TO investigará contrato de R\$ 6,4 milhões da Assembleia Legislativa voltado à contratação de prestadores de serviço	17/08/18
84	PGJ recebe prefeito de Colinas do Tocantins em audiência	22/08/18
85	Liminar determina que Controle Interno da Câmara de Palmas seja provido exclusivamente por servidores efetivos	24/08/18
86	Prefeito de Oliveira de Fátima nega informações à Câmara de Vereadores e vira réu em ação proposta pelo MPE/TO	27/08/18
87	MPE/TO requer manutenção de ação judicial e de bloqueio de bens contra ex-prefeito de Porto Nacional e mais quatro pessoas	27/08/18
88	Recurso é negado e ex-vice-prefeito de Carmolândia-TO tem condenação mantida por ausência de prestação de contas	27/08/18
89	MPE/TO ajuíza ação contra grupo de professores da Unitins e pede afastamento do reitor	29/08/18
90	Câmara de Palmas terá que readequar horário de funcionamento, carga horária de seus servidores e exigir relatórios mensais de atividade dos assessores parlamentares	30/08/18
91	MPE/TO investiga possível descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal por parte do TCE	31/08/18
92	Ex-prefeito de Cariri do Tocantins é condenado por contratar servidores em desconformidade com a Constituição Federal	31/08/18
93	A pedido do MPE/TO, Justiça declara inconstitucional lei municipal que concedia pensão a viúvas e dependentes de ex-prefeitos e ex-vereadores de Goiatins	31/08/18
94	MPE/TO investiga uso de veículos públicos para fins particulares na Comarca de Itacajá-TO	05/09/18
95	MPE/TO aponta prejuízo no Instituto de Previdência de Formoso do Araguaia superior a R\$ 12 milhões e pede afastamento do prefeito	06/09/18
96	Servidor de Gurupi é alvo de ação do MPE/TO por acúmulo ilegal de cargos públicos	06/09/18
97	Município de Santa Maria é obrigado a regularizar Portal da Transparência	11/09/18
98	MPE/TO ajuíza ação contra secretária de cultura de Gurupi por irregularidades na contratação de bandas no carnaval	17/09/18
99	Servidor de Crixás é alvo de Ação por fraude na comprovação de frequência de trabalho	17/09/18



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
100	Instituições que compõem o Focco apoiam campanha “Unidos Contra a Corrupção”	24/09/18
101	Justiça mantém decisão que obriga Câmara de Vereadores de Palmas a ajustar carga horária de servidores	27/09/18
102	Justiça nega recurso da Câmara de Palmas contra lotação de servidores efetivos no controle interno	28/09/18
103	Contratos de locação de imóveis e veículos para atender delegacias e núcleos de perícia no Estado são investigados pelo MPE/TO	04/10/18
104	MPE/TO pede cumprimento de sentença que suspende por oito anos os direitos políticos de ex-prefeito de Monte do Carmo	08/10/18
105	MPE/TO ajuíza ação contra prefeito de Paranã pela manutenção irregular de servidores não concursados	09/10/18
106	Pedidos do MPE/TO são aceitos e ex-prefeito de Santa Rita do Tocantins é condenado por nepotismo	16/10/18
107	MPE/TO quer que município de Taguatinga adeque com urgência os gastos com pessoal ao limite legal	24/10/18
108	Ex-prefeito de Crixás do Tocantins é condenado pelo aumento ilegal de salários	29/10/18
109	MPE/TO propõe novo TAC para que Município de Itaguatins-TO realize concurso público	31/10/18
110	MPE/TO recomenda que governo do Tocantins divulgue programa “TO LEGAL” e seus benefícios	05/11/18
111	Policial civil que recebeu salário sem trabalhar é condenado junto com mais seis pessoas	06/11/18
112	Ex-prefeito de Ipueiras é alvo de Ação do MPE/TO por não repassar consignados às instituições financeiras	06/11/18
113	Suspeitas de fraude em concurso em Goianorte levam MPE/TO a pedir anulação do certame	07/11/18
114	MPE/TO ajuíza ação contra prefeito de Lagoa do Tocantins e ex-servidor pela prática de improbidade administrativa	08/11/18
115	Ex-governador e mais quatro pessoas são denunciados criminalmente por irregularidades na venda de lotes públicos	13/11/18
116	MPE/TO recomenda anulação de concurso da PM e contratação de outra empresa para organizar novo certame	14/11/18
117	MPE/TO recomenda anulação de concurso da PM e contratação de outra empresa para organizar novo certame	14/11/18
118	Decisão atende pedidos do MPE/TO e mantém determinação para realização de concurso público para Procurador Municipal da prefeitura de Rio Sono	14/11/18
119	MPE/TO investiga possíveis irregularidades na exoneração de delegados regionais	19/11/18
120	Contratação de serviço sem licitação gera ação do MPE/TO contra prefeita de Riachinho e dono de oficina mecânica	22/11/18
121	Focco manifesta preocupação com exonerações na Polícia Civil	23/11/18
122	Combate ao enriquecimento ilícito: MPE/TO cobra de entes públicos a apresentação de declarações de bens dos agentes	26/11/18
123	Dia Internacional contra a corrupção terá programação em alusão à data	05/12/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.4 - Principais Noticiais: Combater a Improbidade e Recuperar Ativos

Item	Assunto	Data
124	MPE/TO ajuíza ação para anular exonerações de delegados regionais e de servidoras da delegacia de combate à corrupção	07/12/18
125	Liminar requerida pelo MPE/TO determina retorno às funções de delegados regionais e de servidoras da delegacia de combate à corrupção	11/12/18
126	Condenação de ex-prefeito e ex-vice-prefeito de Cristalândia em ação do MPE/TO é mantida pelo TJ	11/12/18
127	Dia Internacional contra a corrupção terá programação em alusão à data	12/12/18
128	MPE/TO encaminha recomendação para que Prefeitura e Câmara de Vereadores se abstenham de criar cargos comissionados	13/12/18
129	Focco destaca redes de controle contra a corrupção	13/12/18
130	MPE/TO investiga irregularidades na contratação de servidores pelos Municípios de Peixe e Jaú do Tocantins	18/12/18
131	MPE/TO faz operação por suspeita de fraudes em licitação na prefeitura de Peixe	18/12/18
132	MPE/TO propõe ação de improbidade contra prefeita de Palmeiras do Tocantins e mais seis servidores da prefeitura	19/12/18
133	Concurso Público de Goianorte é suspenso a pedido do MPE/TO	20/12/18
134	MPE/TO denuncia 21 pessoas por envolvimento no esquema da “Máfia dos Lotes”	20/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.5 - Principais Noticiais: Combater a Violência Doméstica

Item	Assunto	Data
1	Projeto “Anjos da Guarda” é apresentado pelo MPE/TO a diretores de escolas de Palmas	06/03/18
2	MPE/TO leva Projeto Anjos da Guarda a estudantes na região sul de Palmas	13/03/18
3	“Uma Parceria Rumo à Paz” leva informação a comunidades da Capital	23/03/18
4	MPE/TO é parceiro de jornada sobre Direito da Família; Promotora proferirá palestra	05/04/18
5	Promotora de Justiça ministra palestra sobre o papel dos policiais militares na efetivação da Lei Maria da Penha	02/05/18
6	Réu é condenado a 21 anos de reclusão no primeiro julgamento por feminicídio na Comarca de Ananás	17/05/18
7	MPE/TO forma mais “Guardiões do Lar” através de projeto do Núcleo Maria da Penha	08/06/18
8	Promotor de Justiça discute a aplicação da Lei Maria da Penha no âmbito da Polícia Militar em seminário no QCG	20/06/18
9	Violência doméstica e familiar é discutida com comunidade de Taquaruçu	29/06/18
10	Médico Álvaro Ferreira é denunciado pelo feminicídio da professora Danielle Grohs	24/07/18
11	Rede de proteção à mulher faz reflexão sobre os 12 anos da Lei Maria da Penha	08/08/18
12	MPE/TO denuncia empresário acusado de agredir a esposa em Araguaína	21/08/18
13	Promotora de Justiça de Gurupi participa de mutirão de audiências de casos de violência doméstica	22/08/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.5 - Principais Noticiais: Combater a Violência Doméstica

Item	Assunto	Data
14	MPE/TO leva informações sobre a Lei Maria da Penha a adolescentes do Programa Jovem Empreendedor	24/08/18
15	Homem acusado de desfigurar rosto de ex-namorada é condenado a quase 17 anos de prisão	02/10/18
16	MPE/TO é parceiro de curso para implementação da Patrulha Maria da Penha	05/11/18
17	MPE/TO adere aos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres	21/11/18
18	MPE/TO realiza dia D da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres	05/12/18
19	MPE/TO realiza Dia do Laço Branco em combate à violência contra as mulheres	06/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.6 - Principais Noticiais: Combater o Crime Organizado

Item	Assunto	Data
1	Operação apura venda e a fabricação de medicamentos sem registro na Anvisa	06/03/18
2	Operação do Gaeco revela esquema de fraudes na emissão de CNHs em Araguaína	12/09/19
3	Forças de Segurança realizam operação conjunta e prendem quadrilha de assaltantes de motociclistas na Capital	15/09/18
4	MPE/TO obtém prorrogação da prisão de vereador investigado em esquema de fraudes na emissão de CNHs	18/09/18
5	MPE/TO denuncia 19 detentos da Barra da Grota por crimes cometidos durante fuga	29/10/18
6	MPE/TO denuncia hackers que aplicaram mais de 390 golpes	20/11/18
7	MPE/TO denuncia 19 pessoas por participação em fraude no concurso da PM	14/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.7 - Principais Noticiais: Efetivar Controle Externo da Atividade Policial

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO pede suspensão das funções de patrulhamento de policiais envolvidos na morte de jovem em Formoso do Araguaia	09/01/18
2	MPE/TO investiga precariedade de condições de trabalho nas delegacias de polícia de Palmas	06/03/18
3	Caso Wilquer Romano: MPE/TO solicita mais diligências	26/03/18
4	MPE/TO realiza vistoria em Delegacias e Polícia Militar de Palmas	16/04/18
5	MPE/TO recebe corregedores das polícias militar e civil para tratar da morte de policial	27/04/18
6	MPE/TO apura possível insuficiência do Corpo de Bombeiros com relação a pessoal, viaturas e estrutura física	02/05/18
7	Gecep ajuíza Ação contra PM que invadiu delegacia em Paraíso	08/06/18
8	MPE/TO e Polícia Civil discutem acerca de investigação de crimes cometidos por militares	16/08/18
9	Justiça atende MPE/TO e declara inconstitucional norma que autoriza PM a investigar casos de mortes envolvendo policiais militares	25/10/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.7 - Principais Noticiais: Efetivar Controle Externo da Atividade Policial

Item	Assunto	Data
10	MPE/TO investigará morte de cidadãos e policial militar ocorrido em Gurupi	26/10/18
11	A pedido do MPE/TO, Justiça obriga Estado a ampliar efetivo da PM em Gurupi	07/11/18
12	MPE/TO denuncia Edson Vieira Fernandes por crimes de homicídio e tentativa de homicídio praticados em Gurupi	20/11/18
13	MPE/TO recorre da decisão que absolveu o PM acusado de invadir delegacia em Paraíso	23/11/18
14	MPE/TO requer em ação judicial que Estado realize concurso público para o Corpo de Bombeiros	05/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.8 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Educação

Item	Assunto	Data
1	Projeto "Anjos da Guarda" é apresentado pelo MPE/TO a diretores de escolas de Palmas	06/03/18
2	MPE/TO leva Projeto Anjos da Guarda a estudantes na região sul de Palmas	13/03/18
3	"Uma Parceria Rumo à Paz" leva informação a comunidades da Capital	23/03/18
4	MPE/TO é parceiro de jornada sobre Direito da Família; Promotora proferirá palestra	05/04/18
5	Promotora de Justiça ministra palestra sobre o papel dos policiais militares na efetivação da Lei Maria da Penha	02/05/18
6	Réu é condenado a 21 anos de reclusão no primeiro julgamento por feminicídio na Comarca de Ananás	17/05/18
1	MPE/TO realizará audiência pública para discutir falta de vagas em creches de Tocantinópolis	06/02/18
2	Iniciativa do MPE/TO leva brinquedos a creche municipal em Peixe	16/02/18
3	MPE/TO celebra TAC com Município de Araguaçu para melhorias no transporte escolar rural na cidade	21/02/18
4	MPE/TO ajuíza ação para regularizar transporte escolar no município de Centenário	22/02/18
5	MPE/TO quer que ônibus escolares reprovados em vistoria do Detran sejam retirados de circulação até que as irregularidades sejam sanadas	27/02/18
6	Decisão judicial obtida pelo MPE/TO obriga município de Monte Santo a regularizar fornecimento de merenda escolar	05/03/18
7	Ação do MPE/TO resulta na garantia de transporte escolar a dois estudantes de Cristalândia	12/03/18
8	MPE/TO investiga falta de merenda escolar em Pedro Afonso e Itacajá-TO	15/03/18
9	MPE/TO quer que prefeito de Paranã pague multa por descumprir sentença que obriga município a regularizar transporte escolar	16/03/18
10	Ação do MPE/TO requer regularização de merenda escolar em oito municípios tocantinenses	27/03/18
11	Estado é obrigado a regularizar oferta de merenda em escolas públicas de quatro municípios	03/04/18
12	MPE/TO realiza palestra sobre bullying em escola de Goiatins	04/04/18
13	MPE/TO apura irregularidades no transporte escolar em Goiatins	06/04/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.8 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Educação

Item	Assunto	Data
14	Controle Social do Fundeb foi tema de palestra ministrada por Promotor de Justiça a universitários	11/05/18
15	MPE/TO integrará atividades do Agenda Cidadã com o tema educação	07/08/18
16	MPE/TO obtém decisão que obriga Estado a fornecer merenda escolar em quantidade suficiente a estudantes da Comarca de Itacajá-TO	08/08/18
17	Projeto desenvolvido por Promotor de Justiça em Arraias pretende melhorar rendimento escolar e combater a violência entre os jovens	10/08/18
18	Representantes dos MPs discutem atuação para melhoria da educação brasileira	23/08/18
19	MPE/TO obtém liminar para que Bandeirantes do Tocantins transporte alunos de município vizinho	12/09/18
20	MPE/TO promove reunião sobre regularização de veículos do Transporte Escolar no Tocantins	26/09/19
21	MPE/TO fará mobilização em prol do Transporte Escolar	10/10/18
22	Ações do Dia "D" do transporte Escolar, realizado pelo MPE/TO, têm início pela região sudeste do Estado	31/10/18
23	Escola de Arraias segue recomendação do MPE/TO e realiza evento para estimular a prática da leitura	31/10/18
24	MPE/TO e outras entidades discutem medidas para a melhoria da qualidade da educação escolar em Arraias	26/11/18
25	MPE/TO e entidades avaliam ações de projeto para garantia do direito ao transporte escolar e planejam atividades para 2019	03/12/18
26	MPE/TO e entidades avaliam ações de projeto para garantia do direito ao transporte escolar e planejam atividades para 2019	04/12/18
27	MPE/TO recomenda ao Município de Arraias que desenvolva ações voltadas à melhoria da educação infantil	14/12/18
28	MPE/TO recomenda ao Município de Arraias que desenvolva ações voltadas à melhoria da educação infantil	18/12/18
29	Promotor de Justiça orienta conselheiros da infância e juventude de Palmas sobre captação de recursos	18/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.9 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde

Item	Assunto	Data
1	Após intervenção do MPE/TO e DPE, Estado deverá regularizar atendimento aos pacientes de urologia	12/01/18
2	MPE/TO cobra informações sobre UTIs com suporte para hemodiálise no Hospital e Maternidade Dom Orione, em Araguaína	12/01/18
3	Programa de Tratamento Fora de Domicílio é tema de audiência pública em Tocantinópolis	19/01/18
4	Conselho Estadual de Saúde decide paralisar atividades	09/02/18
5	Estado tem prazo de 24 horas para regularizar plantões obstétricos no Hospital Regional de Gurupi	20/02/18
6	Custeio de UTI pediátrica de Araguaína é discutido em audiência de conciliação	21/02/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.9 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde

Item	Assunto	Data
7	MPE/TO e DPE pedem na Justiça a regularização de serviços oncológicos no Estado; cerca de 300 pacientes aguardam cirurgia	21/02/18
8	Promotora de Justiça acompanha prestação de contas da área da saúde municipal	01/03/18
9	MPE/TOajuíza ação contra município de Palmas devido à baixa qualidade da assistência no pré-natal	01/03/18
10	MPE/TO pede à Justiça que obrigue Estado a transferir nove pacientes de Araguaína que aguardam vagas em leitos de UTI	02/03/18
11	Justiça atende pedido do MPE/TO e dá prazo de 48h para que Estado transfira nove pacientes de Araguaína para leitos de UTI	03/03/18
12	MPE/TO participa de discussão sobre novas regras para a transferência de recursos do SUS	06/03/18
13	Decisão atende pedido do MPE/TO e determina que município de Palmas implante unidades de tratamento psicossocial para crianças e adolescentes	07/03/18
14	Prazo para funcionamento de UTI pediátrica de Araguaína é discutido em audiência de conciliação	09/03/18
15	Após intervenção do MPE/TO, Sesau se compromete a contratar mais médicos para a oncologia do HGP	13/03/18
16	MPE/TO e DPE requerem audiência de conciliação para discutir desassistência a pacientes com câncer	14/03/18
17	Sispacto 2018 é apresentado em reunião do Conselho Municipal de Saúde	14/03/18
18	MPE/TOajuíza ação visando corrigir irregularidades no Hospital de Referência de Arraias	16/03/18
19	Ação do MPE/TO busca sanar irregularidades nas políticas de controle de doenças transmitidas por vetores e zoonoses, em Palmas	16/03/18
20	Estado tem 72 horas para comprovar que restabeleceu a escala de plantão de ortopedistas em Hospital de Gurupi	16/03/18
21	MPE/TO busca garantir cirurgias ortopédicas de 59 pacientes de Araguaína	16/03/18
22	MPE/TO requisita informações acerca do abastecimento de produtos de limpeza no Hospital Dona Regina de Palmas	16/03/18
23	MPE/TO obtém liminar que determina a transferência de criança com cardiopatia congênita grave em UTI aérea	22/03/18
24	MPE/TO obtém decisão que obriga o Estado a regularizar cirurgias ortopédicas no HRA	23/03/18
25	MPE/TO participa de audiência pública sobre Hospital de Colinas	23/03/18
26	MPE/TO requer regularização dos serviços públicos de controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis em Palmas	23/03/18
27	Promotora de Justiça participa de avaliação das contas da Semus durante reunião do Conselho de Saúde	27/03/18
28	Justiça atende pedido do MPE/TO e DPE para repor materiais ortopédicos no Hospital Regional de Araguaína	02/04/18
29	MPE/TO participa de vistoria à instalação da UTI pediátrica de Araguaína	04/04/18
30	MPE/TO participa de lançamento do Programa de Aprimoramento da Gestão Hospitalar	05/04/18
31	Subdimensionamento de médicos nas UPAs de Palmas é alvo de Ação do MPE/TO	09/04/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.9 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde

Item	Assunto	Data
32	Município de Araguaína tem prazo de cinco dias para prestar esclarecimentos sobre suspensão de exames laboratoriais	09/04/18
33	MPE/TO desenvolve projeto com objetivo de reduzir óbitos materno, neonatal, fetal e infantil	11/04/01
34	MPE/TO requer execução de multa ao Estado do Tocantins por não nomeação de diretor do Hospital Regional de Gurupi	11/04/18
35	MPE/TO questiona fechamento de postos de saúde e melhoria de processos de trabalho, em reunião do CMS	11/04/18
36	Em reunião com o MPE/TO, Semus de Araguaína mantém prazo para funcionamento da UTI pediátrica até o fim do mês	12/04/18
37	MPE/TO requer correção de irregularidades nos laboratórios dos três maiores hospitais públicos de Palmas	13/04/18
38	MPE/TO requer que Estado e secretário de Saúde sejam obrigados a pagar multa por não cumprirem decisão sobre escala médica no HRG	13/04/18
39	MPE/TO, MPF e DPE realizam vistoria no setor de internação da neurocirurgia do HGPP	16/04/18
40	Irregularidades no laboratório de análises clínicas do município de Palmas motivam ação do MPE/TO	17/04/18
41	MPE/TO requer cumprimento de sentença contra o Estado e o Secretário de Saúde do Tocantins	18/04/18
42	Com atuação do MPE/TO, UTI pediátrica começa a funcionar em Araguaína	23/04/18
43	Estadualização do Hospital de Colinas é regulamentada após audiência pública com participação do MPE/TO	24/04/18
44	Deficiências do Hospital de Referência de Dianópolis são discutidas entre órgãos de controle e titular da Sesau	26/04/18
45	Após audiência com MPE/TO e DPE, Estado compromete-se a iniciar mutirão de cirurgias em várias especialidades	28/04/18
46	Promotora de Justiça debate judicialização da saúde em evento acadêmico	03/05/18
47	Em audiência de conciliação, município de Palmas se compromete sanar irregularidades na triagem das UPAs	04/05/18
48	MPE/TO reitera pedido de providências para retomada do tratamento oncológico em Araguaína e requer prisão de secretário em caso de descumprimento	07/05/18
49	MPE/TO e DPE questionam cortes de recursos da saúde e pedem devolução de quase R\$ 100 mi	08/05/18
50	Desassistência nos casos de cirurgias cardíacas pediátricas é discutida na Justiça; soluções imediatas e de longo prazo são propostas	09/05/18
51	Instituições apreciam relatório do plano estratégico de hospitais, durante reunião do CES	10/05/18
52	MPE/TO pede nomeação de aprovados, rescisão de contratos temporários e realização de novas provas em concurso de Axixá.	15/05/18
53	Estado e secretário de Saúde terão que pagar multa por descumprirem sentença judicial	16/05/18
54	MPE/TO requer imposição de multa ao Estado, ao governador e ao secretário de saúde pela falta de ortopedistas no Hospital Regional de Gurupi	18/05/18
55	MPE/TO e DPE obtêm decisão de mérito que obriga Estado a regularizar oferta de cirurgias em crianças com cardiopatia congênita	19/05/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.9 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde

Item	Assunto	Data
56	Decisão atende pedidos do MPE/TO e suspende atendimento na UTI Pediátrica de Araguaína para regularização de pendências	25/05/18
57	MPE/TO realiza diligência em estabelecimentos de saúde de Colinas do Tocantins	25/05/18
58	Justiça determina devolução de mais de R\$ 100 milhões contingenciados do orçamento do SUS via decretos	28/05/18
59	MPE/TO acompanha audiência Pública na Câmara Municipal de Palmas	30/05/18
60	Acordo judicial visa garantir retorno das atividades da UTI pediátrica de Araguaína	30/05/18
61	MPE/TO participa de encontro do Fórum Perinatal em Palmas	11/06/18
62	Decisão impõe multa ao secretário estadual da Saúde e o obriga a oferecer cirurgia a paciente idosa em estado grave	15/06/18
63	MPE/TO convoca reunião e órgãos se comprometem a combater conjuntamente o comércio clandestino de carnes em Palmas	21/06/18
64	MPE/TO instaura ações para o acompanhamento permanente do controle de DST's no Estado	21/06/18
65	MPE/TO realiza levantamento de dados sobre atuação das Promotorias de Justiça do Tocantins na área de saúde pública	22/06/18
66	MPE/TO recomenda que secretário da Saúde corrija irregularidades detectadas pelo CRM no Hospital Regional de Gurupi	22/06/18
67	Problemas no Hospital de Dianópolis são debatidos durante audiência de conciliação	25/06/18
68	MPE/TO exige a criação de Força-Tarefa para combater a venda de carne clandestina na capital	28/06/18
69	Promotoria de Justiça instaura procedimentos para acompanhar políticas públicas de imunização e de controle das doenças e agravos não transmissíveis	29/06/18
70	Estado e Município de Dianópolis deverão adotar medidas para melhorias no atendimento à saúde	04/07/18
71	MPE/TO recomenda ao secretário de Saúde correção de irregularidades nas salas cirúrgicas do Hospital de Referência de Gurupi	04/07/18
72	Inspeção constata que falta de materiais e equipamentos da UTI pediátrica de Araguaína ainda persiste; novos prazos para funcionamento são definidos	04/07/18
73	Falta de leitos de UTI para pacientes de Araguaína leva MPE/TO a ingressar com ação na Justiça contra governo do Estado	12/07/18
74	Promotoras de Justiças da área da saúde participam da entrega de veículos para combate às endemias	13/07/18
75	MPE/TO recomenda instalação de UTI neonatal e pediátrica no Hospital Regional e no Hospital da Unimed, em Gurupi	17/07/18
76	Recursos oriundos de acordos ou multas impostas em TACs poderão ser direcionados pelo MPE/TO e MPT para ações de saúde	18/07/18
77	Estado tem cinco dias para informar providências tomadas para oferta de cirurgias neurológicas a pacientes internados no HRA	25/07/18
78	Conjunto de medidas pode regularizar acolhimento no HRA dos pacientes encaminhados pela UPA 24 horas	26/07/18
79	MPE/TO cobra e Justiça determina novos prazos para que Estado retorne tratamento oncológico em Araguaína	26/07/18



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.9 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde

Item	Assunto	Data
80	UTI pediátrica de Araguaína volta a funcionar com totalidade de leitos	01/08/18
81	Demandas da área de saúde pública são discutidas pelo MPE/TO com secretários de Centenário, Itapiratins-TO e Recursolândia	01/08/18
82	Justiça atende MPE/TO e estipula o prazo de 10 dias para que Governador e Secretário de Saúde regularizem escala de médicos em Gurupi	01/08/18
83	Promotora de Justiça participa de reunião do Conselho Municipal de Saúde	08/08/18
84	MPE/TO participa de reunião do Conselho Estadual de Saúde	09/08/18
85	MPE/TO, MPF e DPE voltam a cobrar do Estado oferta de tratamento adequado a pacientes com câncer	21/08/18
86	Liminar atende pedidos do MPE/TO para regularização de consultas e aquisição de materiais e equipamentos de urologia em Araguaína	24/08/18
87	Locação de equipamentos da neurocirurgia será feita mediante depósito judicial, define audiência de conciliação	24/08/18
88	Audiência discute irregularidades no Hospital de Arraias	24/08/18
89	MPE/TO pede bloqueio de valores do Estado por desobedecer prazos para a retomada de tratamento de oncologia em Araguaína	24/08/18
90	Saúde Mental é tema de roda de conversa no MPE/TO	28/08/18
91	MPE/TO requisita informações sobre falta de médicos em Silvanópolis	31/08/18
92	MPE/TO celebra TAC com Estado para garantir o cumprimento da carga horária de profissionais do Hospital Regional de Gurupi	14/09/18
93	MPE/TO obtém decisão judicial acerca de acúmulo de lixo no Hospital Regional de Araguaína	20/09/18
94	Vistoria realizada pelo MPE/TO constata irregularidades em obra da Feira da 307 Norte	25/09/18
95	Atendimento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo é assegurado pelo MPE/TO	26/09/18
96	MPE/TO obtém bloqueio judicial de R\$ 1,4 milhão para obra de unidade de tratamento oncológico em Araguaína	26/09/19
97	Promotora de Justiça acompanha prestação de contas da Secretaria de Saúde de Palmas	27/09/18
98	Promotora de Justiça é homenageada em Fórum sobre assistência à gestante	28/09/18
99	Ação do MPE/TO requer o estabelecimento de leitos em UTI neonatal e pediátrica em Gurupi	03/10/18
100	MPE/TO acompanha reunião do Conselho Estadual de Saúde	09/11/18
101	Vistoria do MPE/TO e DPE detecta que 1200 pacientes aguardam por cirurgias ortopédicas no HGP	21/11/18
102	Decisões obrigam rede pública e privada de saúde a instalar leitos de UTI pediátrica e neonatal em Gurupi	27/11/18
103	MPE/TO e DPE obtêm decisões judiciais voltadas para a melhoria da saúde no Tocantins	28/11/18
104	Promotora de Justiça participa de audiência que discutiu uso do Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína para atender demandas do Hospital de Referência	30/11/18
105	MPE/TO e Secretarias estadual e municipal de Saúde se reúnem para discutir sobre o controle das doenças transmitidas por vetores e zoonoses	04/12/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.9 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito à Saúde

Item	Assunto	Data
106	MPE/TO e Secretarias da Saúde se reúnem para acompanhamento das políticas de combate a DSTs	06/12/18
107	Combate ao Aedes aegypti: MPE/TO recomenda que município de Gurupi faça remoção de sucatas de veículos espalhadas pela cidade	06/12/18
108	Combate ao Aedes aegypti: MPE/TO recomenda que município de Gurupi faça remoção de sucatas de veículos espalhadas pela cidade	06/12/18
109	MPE/TO e Secretarias de Saúde se reúnem para tratar do acompanhamento das políticas públicas de controle de doenças e agravos à saúde não transmissíveis (DANTs)	07/12/18
110	MPE/TO e Secretarias de Saúde se reúnem para tratar do acompanhamento das políticas públicas de controle de doenças imunopreveníveis	11/12/18
111	MPE/TO requisita providências ao secretário estadual de Saúde acerca de desabastecimento no HRA	12/12/18
112	MPE/TO discute controle de doenças transmissíveis com representantes do Estado e município de Palmas	17/12/18
113	Município de Araguaína tem prazos para cumprir determinação judicial de estruturação da saúde básica e especializada em Araguaína	17/12/18
114	MPE/TO e representantes do Estado e de Palmas discutem controle de órgãos voltados para a saúde no Tocantins	19/12/18
115	Ação conjunta do MPE/TO, MPF e DPE obriga Estado a regularizar serviços públicos de saúde	20/12/18
116	DPE e MPE/TO requerem que Estado forneça medicamentos para pacientes com câncer	20/12/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.10 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento do Direito Eleitoral

Item	Assunto	Data
1	Busca e apreensão em posto de combustível de Cristalândia coleta provas e visa coibir suposto crime eleitoral	23/06/18
2	Recomendação visa coibir uso de fogos de artifício em campanha eleitoral em municípios do Bico do Papagaio	10/09/18
3	Candidato a Deputado Federal é proibido de praticar propaganda eleitoral irregular	28/09/18
4	MPE/TO denuncia homem acusado de jogar santinhos na frente de colégio em eleição suplementar	04/10/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.11 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO ajuíza ação contra Município de Gurupi por falta de acessibilidade nos pontos de parada de ônibus	26/06/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.12 - Principais Noticiais: Exigir o Cumprimento dos Direitos do Idoso

Item	Assunto	Data
1	Caocid realiza palestra para pastoral do idoso em Palmas	20/03/18
2	Mesa-redonda no MPE/TO encerra discussões do seminário sobre a pessoa idosa	29/08/18
3	MPE/TO realiza vistoria em instituições de longa permanência para idosos em Porto Nacional	26/10/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.13 - Principais Noticiais: Fortalecer a Prevenção e a Repressão à Violência Sexual Infantojuvenil

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO adere à campanha de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes	15/05/18
2	MPE/TO e Sesau discutem entraves à aplicação da “Lei da Escuta”	14/08/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.14 - Principais Noticiais: Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO recomenda suspensão de obras na Avenida Tocantins em Palmas	19/01/18
2	MPE/TO apura possível inconstitucionalidade no aumento do IPTU em Palmas	07/02/18
3	Liminar obriga município de Taguatinga a implantar sistema de esgoto em hospital	07/02/18
4	MPE/TO questiona constitucionalidade de lei que estabeleceu novos valores para o IPTU em Palmas	22/02/18
5	Acordo com o MPE/TO estabelece instalação de elevador para saída de emergência em hospital de Palmas	23/02/18
6	MPE/TO pede que Saneatins e dirigentes sejam condenados a pagarem mais de 5 milhões por poluir o Rio Lontra em Araguaína	05/03/18
7	Ação judicial do MPE/TO requer suspensão das obras do Shopping a Céu Aberto e adequações no projeto	07/03/18
8	MPE/TO recomenda suspensão de audiência pública agendada pela Câmara Municipal para discutir revisão do Plano Diretor	16/03/18
9	Membro do MPE/TO é reconduzido à coordenação do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	20/03/18
10	Atendimento de primeiros socorros às vítimas de acidente de trânsito é tema de reunião entre MPE/TO e representantes dos Municípios da Comarca de Pedro Afonso	21/03/18
11	J.B.S Couros tem apelação negada e terá que prestar serviços à comunidade por poluir córrego em Gurupi	26/03/18
12	Política de resíduos sólidos é discutida em reunião com o MPE/TO	10/04/18
13	MPE/TO reúne indígenas para discutir situação hídrica da bacia do Rio Formoso	12/04/18
14	Rio Formoso: Audiência pública define planejamento para crise hídrica e prazo para revisão das licenças de captação de água	12/04/18
15	Parcelamentos Irregulares serão alvo de operação do MPE/TO e órgãos fiscalizadores	13/04/18
16	Promotora de Justiça é palestrante na “I Jornada de Direito das Famílias”	16/04/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.14 - Principais Noticiais: Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística

Item	Assunto	Data
17	Comerciante de Paraíso tem pena mantida por comercializar pesticida e agrotóxicos ilegalmente	17/04/18
18	MPE/TO requer na Justiça a ampliação da rede de esgoto de Tocantinópolis	18/04/18
19	Em Palmas, moradores da 204 sul devem ser compensados por construtora que utilizou área indevidamente	20/04/18
20	Promotoria de Urbanismo da Capital firma TAC que prevê compensações a moradores da quadra 110 Norte, em Palmas	23/04/18
21	MPE/TO participa de audiência sobre Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito	04/05/18
22	Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos divulga nota de repúdio a PL que flexibiliza a fiscalização e utilização de agrotóxicos no País	14/05/18
23	Executivos da BRK Ambiental se reúnem com o MPE/TO	25/05/18
24	Semana do Meio Ambiente promovida pelo MPE/TO discutirá gestão de resíduos sólidos	29/05/18
25	MPE/TO abre Semana do Meio Ambiente lançando política de sustentabilidade e programa de gestão de resíduos	05/06/18
26	MPE/TO recomenda vistorias na estrutura do Arraiá da Capital	06/06/18
27	Destinação de resíduos sólidos é tema de encontro: 129 cidades do TO estão em situação irregular	07/06/18
28	MPE/TO assina compromisso ambiental para efetivar implantação de política de resíduos sólidos no Estado	07/06/18
29	MPE/TO sedia III Encontro Estadual do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	12/06/18
30	Fórum convoca sociedade a se informar sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e o no meio ambiente	14/06/18
31	TJ acolhe parecer do MPE/TO e mantém decisão que obriga município de Itaguatins-TO a implantar política de saneamento básico	15/06/18
32	Fórum de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos envia Carta do III Encontro Estadual a parlamentares de comissão especial da Câmara Federal	19/06/18
33	Promotores de Justiça de Cristalândia apresentam balanço sobre atuação do MPE/TO na defesa da Bacia do Rio Formoso	21/06/18
34	Centro comercial de Palmas compromete-se com MPE/TO a adotar medidas de segurança e combate a incêndio	28/06/18
35	MPE/TO aciona Município de Arixá para implantação de aterro sanitário	12/07/18
36	Operação reúne entidades e promove fiscalização em bares de Dianópolis	14/07/18
37	MPE/TO recomenda suspensão nas captações de água nos rios Dueré e Xavante e sistema de rodízio nos rios Urubu e Formoso	19/07/18
38	MPE/TO ouve produtores rurais sobre restrição às captações de água na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso	20/07/18
39	MPE/TO recomenda que Prefeitura de Gurupi comunique à população, com antecedência, o fechamento de vias públicas	20/07/18
40	MPE/TO requer regularização do abastecimento de água e tratamento de esgoto em Praia Norte e Esperantina	31/07/18
41	Órgãos realizam vistoria técnica do nível de água da Bacia do Rio Formoso	31/07/17
42	MPE/TO realiza curso sobre lei federal de regularização fundiária urbana	02/08/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.14 - Principais Noticiais: Promover a Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística

Item	Assunto	Data
43	MPE/TO requer na Justiça suspensão da captação de água na bacia do Rio Formoso para fins de irrigação	02/08/18
44	Produtores do projeto Rio Formoso procuram MPE/TO para regularizar pendências ambientais	07/08/18
45	MPE/TO apura irregularidades acerca das obras inacabadas do aeroporto de Araguaína	07/08/18
46	Captação de água para irrigação é suspensa nos rios Dueré e Xavante e prorrogada por tempo limitado nos rios Formoso e Urubu	08/08/18
47	MPE/TO requer responsabilização civil e criminal da Brasil Telecom por manutenção de torre sem licença em Ananás	10/08/18
48	MPE/TO promove amplo debate sobre regularização fundiária urbana e discute aplicação de nova lei	15/08/18
49	MPE/TO se manifesta contra pedido de liberação do Naturatins para captação de água na bacia do Rio Formoso	20/08/18
50	Diagnóstico do MPE/TO sobre queimadas orientará ação integrada de órgãos	21/08/18
51	Regularização das feiras de Palmas é tema de audiência administrativa no MPE/TO	28/08/18
52	MPE/TO instaura inquérito para averiguar regularidade do aterro sanitário de Porto Nacional	29/08/18
53	Agrotóxicos: Fórum do Tocantins tem novos integrantes nas comissões temáticas	25/09/18
54	MPE/TO reúne moradores e representantes da Prefeitura de Palmas para discutir infraestrutura de bairro da capital	27/09/18
55	MPE/TO e outras instituições se comprometem com a pesquisa relacionada aos agrotóxicos	11/10/18
56	“PL do Veneno” será discutido em audiência pública, em Palmas	19/10/18
57	MPE/TO fará balanço da primeira fase do “Recicla MP” e iniciará ação para reduzir uso de copos descartáveis	24/10/18
58	Estruturação dos serviços de trânsito em Itacajá-TO é discutida na Promotoria de Justiça	25/10/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.15 - Principais Noticiais: Promover a Defesa dos Direitos do Consumidor

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO recomenda que instituições de Araguaína observem critérios legais ao emitir carteiras de estudante	01/02/18
2	MPE/TO realiza reunião para discutir reabertura do Banco do Brasil em Taguatinga	05/02/18
3	Aumento da tarifa de água é discutido em encontro do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor do Tocantins	20/02/18
4	Em recomendação ao Corpo de Bombeiros, MPE/TO orienta interdição de shopping da capital caso haja irregularidades	20/02/18
5	MPE/TO discute continuidade dos serviços da balsa entre Miracema e Tocantínia	28/02/18
6	Acordo firmado entre MPE/TO e municípios prevê construção de abatedouros	16/03/18
7	MPE/TO investiga falta de plantão em farmácias	19/03/18
8	MPE/TO investiga se municípios da região norte do Estado possuem Vigilâncias Sanitárias Municipais	20/03/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.15 - Principais Noticiais: Promover a Defesa dos Direitos do Consumidor

Item	Assunto	Data
9	Mantida decisão judicial que obriga companhia de abastecimento a indenizar consumidores de Araguaína	03/04/18
10	Falta de dinheiro em caixas eletrônicos de Araguaína leva MPE/TO a requerer providências à Justiça	19/04/18
11	MPE/TO participa de reunião que discutiu preço dos combustíveis em Gurupi	20/04/18
12	MPE/TO aciona BRK Ambiental pelo fornecimento de água com pouco cloro e excesso de manganês em Araguaína	20/04/18
13	Conselho Superior aprova projeto especial em prol da saúde do consumidor	24/04/18
14	MPE/TO requer instalação do Serviço de Inspeção Municipal em Tocantinópolis	02/05/18
15	MPE/TO constata condições precárias no transporte público municipal de Paraíso	04/05/18
16	MPE/TO finaliza operação Pró-Consumidor em Miracema, com interdição de estabelecimentos e apreensão de produtos	12/05/18
17	Energisa e BRK atendem recomendações do MPE/TO e DPE para emissão de faturas em braile	15/05/18
18	Promotoria de Justiça de Axixá recomenda que postos da cidade não aumentem combustíveis em razão da greve dos caminhoneiros	24/05/18
19	MPE/TO solicita ao Procon fiscalização dos preços de combustíveis, gás e alimentos	25/05/18
20	Recomendação do MPE/TO visa coibir aumentos abusivos de preços em Araguaína	25/05/18
21	Recomendação visa coibir práticas abusivas na revenda de gás de cozinha em Palmas	28/05/18
22	Nota técnica do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor recomenda racionalização de combustíveis e gás de cozinha até que cesse desabastecimento	29/05/18
23	MPE/TO apura aumento abusivo de preços de combustíveis em Gurupi	30/05/18
24	Após Ação do MPE/TO na área do consumidor, empresa é condenada a implantar infraestrutura em loteamento em Palmas	07/06/18
25	MPE/TO recebe denúncia de consumidores que se sentiram lesados por empresa Alphaville SPE, em Palmas	15/06/18
26	Indicadores de cumprimento das metas das vigilâncias sanitárias municipais triplicam após implantação de projeto do MPE/TO, afirma diretor de vigilância durante palestra de segurança alimentar	18/06/18
27	MPE/TO fiscaliza frigorífico de aves e peixes da capital	20/06/18
28	MPE/TO realiza audiência com consumidores e empresa Alphaville	25/06/18
29	Justiça define que MPE/TO é competente para atuar em Ação contra operadora de telefonia	28/06/18
30	MPE/TO firma acordo com drogarias de Itacajá-TO para escala de plantão	11/07/18
31	Decisão atende MPE/TO e determina que banco suspenda cobrança de tarifas e instale novos caixas eletrônicos em Taguatinga	19/07/18
32	MPE/TO e parceiros fazem blitz no aeroporto da Capital orientado sobre direito dos passageiros	27/07/18
33	Em atendimento a recomendação do MPE/TO, Município de Gurupi tornará obrigatório o uso de taxímetro nos táxis da cidade	16/08/18
34	BB tem 90 dias para regularizar atendimento em Ananás	28/08/18

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.6.15 - Principais Noticiais: Promover a Defesa dos Direitos do Consumidor

Item	Assunto	Data
35	Sistema Estadual de Defesa do Consumidor discute medidas para o comércio irregular de produtos de origem animal e vegetal	03/09/18
36	Promotoras de Justiça participam de encontro entre Anatel e Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor	18/09/18
37	MPE/TO tenta conciliação entre consumidores e empresa imobiliária responsável por condomínio na capital	20/09/18
38	MPE/TO realiza fiscalização em propriedades rurais do município de Monte do Carmo visando apurar denúncia de abate clandestino	21/09/18
39	MPE/TO cobra regulamentação de abatedouro de Itacajá-TO e fiscalização nos açougues	27/09/18
40	Recomendação do MPE/TO orienta empresas para que cumpram Lei da meia-entrada em eventos na capital	28/09/18
41	MPE/TO realiza visita para verificar condições infraestruturais da Feira da 304 Sul	10/10/18
42	MPE/TO recomenda reforma no Terminal Rodoviário de Palmas	26/10/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.6.16 - Principais Noticiais: Promover a Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais - Residuais (não contemplados em objetivos estratégicos específicos saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)

Item	Assunto	Data
1	MPE/TO manifesta-se favorável a retificação de registro de nascimento de transexual	03/04/18
2	Caocid leva informações sobre inclusão na educação e trabalho a Congresso de Autismo em Palmas	30/04/18
3	Ceulp deve modificar normativa para exercícios domiciliares, após Ação do MPE/TO ter sido acatada pela justiça	14/06/18
4	ACP requer que prefeitura de Gurupi implante serviço de acolhimento de pessoas em situação de rua	20/09/18
5	Estudantes do município de Lavandeira participam de palestra sobre direitos humanos	25/09/18

Fonte: Assessoria de Comunicação

### 5.7. Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução

Os Centros de Apoio Operacional mantêm os Promotores de Justiça atualizados com informações técnico-jurídicas. Além disso, respondem a consultas das Promotorias, realizam pesquisas, estudos e relatórios, auxiliando em procedimentos de investigação, na preparação de ações e em estratégias de atuação. Propõem a celebração de convênios pela Instituição e a realização de cursos, palestras, seminários e outros eventos.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Os Centros de Apoio Operacional representam as diversas áreas de atuação do MPE/TO: Consumidor; Cidadania; Direitos Humanos e Mulher; Defesa do Patrimônio Público e Criminal; Infância, Juventude e Educação; e Meio Ambiente.

### 5.7.1. Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (Caocon) é um órgão auxiliar das atividades funcionais dos Promotores de Justiça.

A proteção integral aos consumidores é a principal área de atuação do Caocon. Cabe ao Caocon, através de sua Coordenação e de sua equipe técnica, a orientação e auxílio a todos os Promotores de Justiça do Estado do Tocantins que atuam na área de defesa do consumidor.

No decorrer de 2018, o Caocon desenvolveu diversas atividades relativas à defesa dos direitos dos consumidores, cujas ações são voltadas para áreas específicas, tais como: combate à revenda clandestina de gás liquefeito de petróleo – GLP; alimentação do sítio Consumidor Vencedor, que entrou em funcionamento em dezembro/2014, no qual se inserem informações sobre TACs firmados entre as partes interessadas, bem como as ações propostas pelas Promotorias de Justiça, em benefício do consumidor; publicação do Informativo do Caocon; ações de combate à venda de carne clandestina e de produtos impróprios para o consumo; ações para melhoria das estruturas dos estabelecimentos comerciais e observância das boas práticas que regem o comércio; ações de combate à venda clandestina de leite e seus derivados; dentre outras atividades correlatas.

Combate ainda às irregularidades nos estabelecimentos comerciais, nos laticínios, nos frigoríficos e na venda e transporte irregular de GLP.

O Projeto Operação Pró-Consumidor tem por objetivo fiscalizar estabelecimentos comerciais, capacitar consumidores, comerciantes e órgãos públicos locais acerca de boas práticas relacionadas ao Consumo.

O foco de atuação da Operação é determinado pelo Promotor de Justiça, que na solicitação da ação informa a área de interesse, podendo ser supermercados, açougues, padarias, farmácias, postos de vendas de gás, postos de combustíveis, venda clandestina de leite in natura, entre outros.





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Dentre os parceiros que estiveram presentes nas Operações destacamos o Procon, a Vigilância Sanitária Estadual, a Vigilância Sanitária dos Municípios fiscalizados, o Corpo de Bombeiros, a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

No decorrer de 2018, o objetivo do Projeto foi atingido, uma vez que o Caocon realizou 07 fiscalizações em municípios do Estado, conforme quadro a seguir:

Quadro 5.7.1.1 – Eventos do Projeto Pró-Consumidor, em 2018

Item	Solicitante	Tipo de ação	Cidades	Período
1	23ª PJ da Capital	Fiscalização nas feiras livres de Palmas	Palmas	24/09/2018
2	3ª PJ Miracema do Tocantins	Fiscalização nos estabelecimentos comerciais, em geral, na cidade de Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins	07 a 11/05/2018
3	4ª PJ Paraíso do Tocantins	Fiscalização no transporte público de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins	26/03/2018
4	23ª PJ da Capital	Fiscalização Frigorífico de Aves e Peixes Francisco Galvão – Palmas-TO	Palmas	19/06/2018
5	Promotoria de Lagoa da Confusão	Fiscalização nos abatedouros de Lagoa da Confusão	Lagoa da Confusão	25/06/2018
6	3ª PJ de Porto Nacional	Fiscalização nas Fazendas Raiz, Bom Jesus, Santa Lourdes e na Chácara Matança em Monte do Carmo/TO	Monte do Carmo	21/09/2018
7	Promotoria de Justiça de Alvorada	Fiscalização em estabelecimentos que comercializam produto de origem animal na comarca de Alvorada	Alvorada	19 a 23/11/2018

Fonte: Caocon

Destaca-se, ainda, a Notícia de Fato nº 2018/3448 instaurada com objetivo de verificar a implementação do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), no âmbito da Rede Pública do Tocantins, após a expedição de vários ofícios, o feito foi concluído, posto que atingidas todas as escolas do estado já foram contempladas pelo programa.

No dia 05 de dezembro de 2018 foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 2018/16429, atendendo pedido do Promotor de Justiça titular de Formoso do Araguaia, e com o objetivo de apurar o cumprimento das leis consumeristas e sanitárias, bem como a promoção e esclarecimento a empresários e consumidores sobre seus direitos e deveres. A fiscalização só será realizada em 2019, tendo em vista o recesso que do dia 20 de dezembro de 2018 e a indisponibilidade orçamentária dos órgãos parceiros.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O Programa de Segurança Alimentar e Proteção Jurídico Sanitária dos Consumidores (PSA) visa, primordialmente, implementar a efetiva tutela do direito fundamental a informação dos consumidores para a segurança alimentar, consoante os ditames constitucionais e legais que os protegem.

Ressalte-se que, no presente projeto a atuação dos membros do MPE/TO deve consistir na instauração de Inquéritos Cíveis e/ou Procedimentos Administrativos visando a garantia do regular funcionamento dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM), bem como a implantação e estruturação dos serviços de vigilâncias sanitárias nos 139 (cento e trinta e nove) municípios do Estado do Tocantins.

A Resolução CSMP/001/2012 no seu art.19, IV prescreve que, o Promotor de Justiça enviará relatórios de sua atuação extrajudicial ou judicial ao Caocon, no prazo de 01 ano, a contar de novembro de 2017. Após o recebimento dos relatórios de atuação dos promotores de justiça, o Caocon enviará o resumo do monitoramento das atuações à Corregedoria Geral do MPE/TO. No relatório de monitoramento do Projeto Especial foi pontuada a necessidade de que o prazo em questão fosse prorrogado por mais 1 ano.

Em 29 de novembro de 2018 foi enviado relatório do monitoramento do Projeto Especial para o Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O Consumidor Vencedor é um sítio do MPE/TO, que dá ao cidadão acesso as informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores. Em 2013, o MPE/TO assinou Termo de Cooperação Técnica com o MP/RJ viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisórias ou definitivas e termos de ajustamento de conduta obtidos na atuação do MPE/TO na defesa do consumidor. No ano de 2014, quando o sítio foi ao ar no estado do Tocantins, as informações foram disponibilizadas no endereço [www.consumidorvencedor.mp.br](http://www.consumidorvencedor.mp.br) mantido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MP/RJ) para acesso do público em geral.

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica foi renovado, dada a relevância que ele possui, não só para os consumidores, mas também para os Promotores de Justiça que terão suas medidas divulgadas e conhecidas por um número muito maior de consumidores. A partir do ano 2016, depois de passar por uma modificação para facilitar o acesso, o sítio encontra-se



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

funcionando perfeitamente, com várias ações propostas e lançadas no endereço eletrônico, que ficam à disposição de qualquer pessoa que queira acessar e ver as medidas propostas e decisão, dispostas em assuntos variados.

Em dezembro de 2017 foi realizada uma reestruturação do sítio do Consumidor Vencedor, tendo passado por uma reformulação para facilitar o seu uso, inclusive deixando mais simples a consulta pelo celular.

O Consumidor Vencedor no decorrer do ano de 2018 foi extremamente útil, no que se refere a divulgação da atuação do Ministério Público Brasileiro, na área do consumidor.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) desenvolve um trabalho importante para a população, no ano de 2017 foi divulgado o relatório de atividades da VISA no monitoramento feito entre os anos de 2013 a 2015, em alimentos de origem vegetais distribuídas em 24 culturas diferentes, totalizando a coleta de 463 amostras analisadas com o objetivo de verificar resíduos agrotóxicos nesses alimentos. Segundo o relatório foram pesquisados até 232 agrotóxicos diferentes nas amostras monitoradas. Durante o monitoramento, o relatório observou que 84% dos resultados das amostras pesquisadas foram considerados satisfatórios, porém, alguns alimentos apresentaram resultados insatisfatórios com a detecção de resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação vigente<sup>3</sup>.

O PARA passou por uma reestruturação no ano de 2017, tendo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em conjunto com as vigilâncias sanitárias dos estados e municípios, reiniciado as coletas de alimentos em novo formato.

Dentre as novidades, verificam-se as seguintes:

- a) o programa ampliou o número de alimentos monitorados de 25 para 36, que representa 80% do consumo de alimentos de origem vegetal dos brasileiros, de acordo com os dados do IBGE. Os alimentos serão monitorados nos próximos três anos, dentro de um plano plurianual;
- b) A quantidade de amostras monitoradas também será aumentada, com números proporcionais ao consumo de cada alimento por Unidade Federativa. Esse

---

<sup>3</sup> Publicado pela Anvisa – em 21/09/2017.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

aumento possibilitou a expansão da quantidade de municípios de coleta, que passou de 30 para mais de 70 locais.

c) inclusão de novos agrotóxicos na listagem de substâncias pesquisadas, como o 2,4-D e glifosato, dois dos produtos mais comercializados no país.

O PARA é resultado de uma ação entre Anvisa, vigilâncias sanitárias locais e Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen), que tem como objetivo monitorar resíduos de agrotóxicos nos alimentos que chegam à mesa do consumidor, visando reduzir eventuais riscos à saúde. Os resultados levantados pelo PARA subsidiam medidas a serem tomadas quanto às irregularidades encontradas e possibilitam a avaliação e mapeamento das situações em que os resíduos de agrotóxicos nos alimentos possam representar risco à saúde da população brasileira.

Durante o ano de 2018, a VISA enviou ao MPE/TO as informações sobre os alimentos que não preenchem os parâmetros estabelecidos na legislação vigente.

Nos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2018, esteve presente as ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo, grande quantidade de produtos foram encontrados nestas condições, sendo retirados imediatamente das gôndolas, pelos parceiros responsáveis pela fiscalização desses produtos. Os que estão à venda sem procedência, sem informações dos órgãos de fiscalização (SIF, SIE e SIM) são apreendidos e descartados em local próprio, sendo que, para segurança sanitária são soterrados ou incinerados.

Durante as operações, muitas orientações são feitas aos comerciantes e aos consumidores sobre os riscos de se adquirir produtos impróprios para o consumo e/ou sem procedência.

Em abril, maio e agosto do corrente ano, o Caocon participou de reuniões promovidas pelo Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Tocantins (SINDIPOSTO), nas cidades de Gurupi, Araguaína e Palmas, respectivamente. As pautas das reuniões foram as fiscalizações e os preços dos combustíveis.

As reuniões tiveram como público-alvo, empresários do ramo, administradores, contadores, advogados e órgãos de defesa do consumidor, os debates possibilitaram uma interação entre as instituições participantes e as revendedoras de combustíveis, tendo por objetivo fortalecer discussões permanentes acerca de ações de fiscalização e formulação de preços dos combustíveis.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Participaram das discussões, além do Caocon, os órgãos integrantes do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC): MPE/TO, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/TO), Defensoria Pública Estadual (DPE-TO), Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON-TO).

No dia 15 de junho de 2018 foi realizada a Palestra de Segurança Alimentar promovida pelo Caocon e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), que contou com a presença da Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Santa Catarina, com o tema “Solidariedade Institucional para Garantia da Segurança dos Alimentos”.

A palestrante relatou a sua experiência como coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Santa Catarina, bem como apresentou os projetos desenvolvidos naquele Estado, como o alimento seguro e projeto de fortalecimento das vigilâncias sanitárias municipais. Por fim, enfatizou a importância do trabalho em rede com demais órgãos ligados à saúde.

A Coordenadora do Caocon explicou que foi realizado um diagnóstico preliminar, por meio do qual se verificou que até o ano de 2017, 46 municípios sequer dispunham de legislação sanitária. E explicou que, “com base nesse diagnóstico, o Caocon elaborou um kit com os dados de cada um dos municípios e os principais modelos para atuação dos Promotores de Justiça, o procedimento administrativo instaurado pelo Caocon em 2016, já deu ensejo a dezenas de procedimentos extrajudiciais nas diversas Promotorias de Justiça do Consumidor do Estado”.

Na palestra estavam presentes, além de Promotores de Justiça, entidades governamentais e não governamentais, como as Vigilâncias Sanitária Municipal e Estadual, além de representantes da Associação Brasileira de Alimentos e Serviços de Inspeção Estadual e Municipal. O evento foi parte do conjunto de ações integrantes do Projeto Especial de Segurança Alimentar e Proteção Jurídico Sanitária do Consumidor idealizado pelo Caocon.

Em decorrência da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, o MPE/TO e o PROCON Tocantins atuaram de forma articulada, com intuito de coibir possíveis abusos contra o consumidor. A coordenadora do Caocon, solicitou que o PROCON realizasse



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

o monitoramento do preço dos combustíveis, gás de cozinha e produtos alimentícios, no Estado do Tocantins, a fim de evitar excessiva onerosidade.

A coordenadora do Caocon participou, como representante do MPE/TO, do Encontro entre Anatel e Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON) em Brasília, no dia 17/09/2018. Na oportunidade foi informado que a partir do dia 23/09/2018, começaria a vigorar o projeto “Celular Legal”, tendo como objetivo o combate a celulares adulterados, roubados ou extraviados, que não tenham o certificado da Anatel. O projeto abrange o Tocantins e mais 09 (nove) estados.

No dia 03/10/2018, o CAOCON participou do III Encontro Brasileiro de Farmacêuticos e Operadores do Direito que atuam na Judicialização da Saúde. O evento foi organizado pelos Conselhos Federal e Regional de Farmácia, tendo reunido especialistas de diversas áreas, com objetivo de debater a saúde pública no Brasil.

O Caocon, representando o MPE/TO, participa como convidado das discussões do Grupo de Trabalho Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária composto pelos seguintes órgãos: Secretaria de Saúde, por meio da Visa Estadual (Visa-TO), Agência de Defesa Agropecuária (Adapec), Secretaria Estadual da Agricultura (Seagro), Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e Instituto Rural do Tocantins (Ruraltins).

O Grupo de Trabalho foi instituído por meio da Portaria 264/2017 e tem por finalidade, além da discussão sobre inclusão social e produtiva com segurança sanitária, visa racionalizar, simplificar e padronizar os procedimentos e requisitos de registros dos estabelecimentos, produtos e sua rotulagem.

Em 2018, o Caocon participou de 01 reunião, em que se discutiu Construção do Decreto regulamentação produtos de origem vegetal.

O Projeto de Lei nº 49/2018 foi aprovado com substitutivo pela Comissão de Constituição e Justiça, o referido projeto abrange de forma a geral os requisitos necessários para a produção dos pequenos empreendimentos tais como: microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário.

O Caocon, representando o MPE/TO, compõe o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC), criado no Estado do Tocantins no ano de 2015. Visando estabelecer regras quanto ao funcionamento, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 7 de



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

novembro de 2017, o Decreto nº. 5.727/2017 que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC). O decreto visa estabelecer as normas gerais das relações de consumo, de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal 8.078/1990, que é o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O Sistema é organizado com base na Constituição Federal, com a finalidade de proporcionar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, e legislação pertinente à orientação, proteção e fiscalização das relações de consumo.

Conforme o Decreto, caberá aos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa do consumidor desenvolver as seguintes atividades: receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas; mediar soluções negociadas entre fornecedores e consumidores; concitar os fornecedores a aperfeiçoarem os seus serviços de atendimento aos clientes; encaminhar denúncias aos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor; firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e outras providências necessárias ao funcionamento integrado dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor- SEDC e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC; realizar audiências públicas e consultas públicas; criar grupos de trabalho técnicos, temáticos e estratégicos, para a realização de estudos e ações especializadas; exercer outras atividades correlatas.

De acordo com a publicação, esses órgãos têm a competência de incentivar, inclusive com recursos financeiros e programas especiais, a criação de órgãos públicos municipais de defesa do consumidor, e a formação, pelos cidadãos, de entidades com esse mesmo objetivo e estimular o desenvolvimento de campanhas educativas que visem ao aprimoramento das relações de consumo e ao exercício da cidadania, e outras.

Ainda de acordo com o decreto, dentre as diretrizes a serem tomadas, estão a realização de reuniões trimestrais para o planejamento de suas ações, bem como publicação e divulgação ampla de relatório anual das atividades realizadas.

Vários órgãos compõem o SEDC no Tocantins: Secretaria de Cidadania e Justiça; Conselho de Gestão do Fundo para as Relações de Consumo; Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon); Procons Municipais; Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Tocantins; MPE/TO; o Ministério Público Federal; Defensoria



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Pública Estadual; Delegacia Especializada na Repressão aos Crimes Contra o Consumidor e a Economia Popular (Dercon); Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins (OAB-TO); as unidades de Vigilância Sanitária do Estado e dos Municípios e Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins (AEM-TO).

Em sua atuação no Estado, no ano de 2018, foram realizadas três reuniões ordinárias, sendo discutida a necessidade e importância da regulamentação do SEDC e da composição de uma diretoria eleita com mandato definido, ocasião em que foi sugerida a criação de uma comissão para elaboração de minuta do Regimento Interno, que foi composta pelos seguintes órgãos: Caocon-MPE/TO, Visa/TO, Nudecon/DPE, Procon/TO e OAB/TO.

Nas reuniões que se seguiram, foi: a) realizada a eleição da nova coordenação; b) aprovado o Regimento Interno; c) eleito o sr. Walter Nunes Viana Júnior como novo coordenador do SEDC; d) definida a composição de grupos setoriais temáticos (serviços públicos, combustíveis e alimentos).

Nas reuniões, os membros discutiram assuntos temáticos, como: 1) explanação da ATR sobre questões relativas aos serviços de Saneamento Básico no âmbito do Estado do Tocantins; 2) a comercialização irregular de produtos de origem animal e vegetal no Estado do Tocantins. O Sistema de Defesa do Consumidor votou pela aprovação da criação do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, que deverá prestar consultoria aos municípios; 3) tratou-se ainda sobre Audiência Pública online que estava sendo realizada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

No dia 29/05/2018, em razão da greve dos caminhoneiros, os representantes do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor elaboraram uma nota técnica endereçada para as Associações representativas de setores comerciais com orientação sobre práticas abusivas e comportamentos ilegais, tendo em vista o desabastecimento que ocorreu no País, em razão da greve dos caminhoneiros.

A coordenadora do Caocon participou do 2º Encontro Regional do Planejamento Estratégico Nacional, realizado em Manaus, nos dias 03/10/2018 e 04/10/2018. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tendo como tema a representação do Planejamento Estratégico Nacional (PEN-MP) de 2020 a 2029.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Nos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2018, durante as ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo, foi encontrada grande quantidade de produtos nestas condições, sendo retirados imediatamente das gôndolas pelos parceiros responsáveis pela fiscalização. Os produtos que estão à venda sem procedência, sem informações dos órgãos de fiscalização SIF, SIE e SIM, são apreendidos e descartados para segurança sanitária, soterrados ou incinerados.

Como resultados das ações do Caocon no período de 2012 a 2018, podemos destacar os seguintes:

Tabela 5.7.1.1 – Estabelecimentos Visitados Área Consumidor, nos anos de 2012/2018

Estabelecimentos Inspeccionados/Vistoriados	Ano, em Quantidade					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Supermercados	18	59 <sup>4</sup>	20	36	01	24
Panificadoras	07	08	19	07	00	06
Açougues	37	25	06	22	00	11
Postos de Combustíveis	01	06	07	69	08	-
Revendedores de GLP	30	68	07	08	38	-
Restaurantes, lanchonetes, panificadoras, Conveniências e Sorveterias	-	-	-	-	-	04
Outros	39	06 <sup>b</sup>	04	08	01	10
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>172</b>	<b>60</b>	<b>150</b>	<b>48</b>	<b>54</b>

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 5.7.1.2. – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2018

Apreensões	Ano, em Quantidade					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal e Procon <sup>6</sup>	1.089	5.271	1.525	2.089	125	4.133
Carnes, frios e laticínios <sup>7</sup>	5,9	4,6	0,67	0,97	0,05	0,98

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

<sup>4</sup> Vários supermercados fiscalizados também possuíam açougue e/ou panificadora

<sup>5</sup> Neste item estão incluídos em 2014 os abatedouros e os laticínios

<sup>6</sup> Em Unidades

<sup>7</sup> Em Toneladas.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.1.3 – Demonstrativo das Ações por Parceiros do Caocon, em 2018

Órgãos Parceiros	Quantidade			
	Notificações	Autos de Infração	Interdições	Autos de apreensão
ADAPEC	08	-	-	-
Procon	30	13	-	13
Vigilância Sanitária Municipal	24	21	06	19
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros	-	-	-	-
AEM	-	-	-	-
ANP	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>34</b>	<b>06</b>	<b>32</b>

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

A seguir, demonstrativo das realizações do Caocon no período 2010 a 2018.

Tabela 5.7.1.4 – Realizações do Caocon, Período de 2010/2018

Atividades finalísticas	Ano, em Quantidade								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pareceres	-	-	-	01	01	04	03	05	10 <sup>8</sup>
Processos de acompanhamento <sup>9</sup>	07	13	06	12	09	10	01	01	10
Relatórios	03	05	04	08	15	06	06	06	10
Vistorias	114	309	160	128	172	63	63	07	54
Recomendações	-	04	5	-	-	-	22	-	-
Pesquisa de Peças, doutrinas e Jurisprudência	-	-	-	-	-	13	22	20	26
<b>Promoção de eventos</b>									
Seminário	-	01	-	02	02	-	-	-	05
Oficinas	-	-	-	-	04	-	01	-	01
Pesquisas	-	-	-	18	-	-	-	-	26
<b>Participações em eventos</b>									
Audiências públicas	-	02	-	12	-	01	-	04	-
Cursos	-	-	-	04	02	05	01	03	03
Oficinas	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Reuniões	19	19	9	18	04	06	21	18	19
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-	02	01	04	-	03	05

8 Em 2016, separou-se parecer de modelo de peça jurídica, doutrina e jurisprudência, ficando estas em campos próprios.

9 A partir da orientação do CNMP, os procedimentos passaram a ser autuados como Procedimentos Administrativos.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.1.4 – Realizações do Caocon, Período de 2010/2018

Atividades finalísticas	Ano, em Quantidade								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Visitas em Hospitais, IML e Delegacias de Polícia	-	-	-	-	-	28	-	-	-
<b>Atividade meio</b>									
Ofícios e Memorandos									
Expedidos	142	369	164	82	137	220	136	79	264 <sup>10</sup>
Recebidos	61	85	55	113	100	798	15	56	84
Circulares	-	-	-	-	-	15	03	02	10
<b>E-mail</b>									
Expedidos	18	39	42	154	850	290	850	445	-
Recebidos	-	-	61	235	700	758	400	815	980 <sup>11</sup>
<b>Outros (Convite, comunicado, portarias, etc.....)</b>									
Expedidos	-	-	-	15	04	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	08	03	-	-	06	-

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

### 5.7.2. Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid)

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid) é o mais recente dos Caops do MPE/TO. Foi instituído pelo Ato nº 46/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado no dia 28 de abril de 2014, sendo o mesmo resultado da decisão do Colégio de Procuradores de Justiça, que promoveu a fusão de três Caops já existentes, o Caop da Cidadania, o dos Direitos Humanos e o da Mulher.

Nesse sentido, a atividade do CAOCID permeia diversas questões relativas ao cidadão, sendo exemplos de direitos subsidiados por este Centro de Apoio o direito à saúde, à assistência social, à não discriminação racial, à orientação sexual, direitos dos idosos, direitos das pessoas com deficiência, proteção da mulher, dentre várias outras.

Destaca-se notadamente pela defesa dos direitos e garantias das minorias, das populações em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivos essenciais a inclusão

<sup>10</sup> A maior parte das comunicações é feita por e-mail ou e-doc.

<sup>11</sup> Quantidade aproximada, devido aos backups.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

social, a cidadania, a prevenção e o combate à tortura e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos nela assegurados.

Tem por finalidade, de acordo com o Ato nº 46/2014 do PGJ, promover a integração, o intercâmbio e, respeitada a independência funcional, a uniformização dos procedimentos entre os órgãos de execução do MPE/TO, além de fomentar a execução das estratégias ministeriais pelos órgãos de execução do MPE/TO, por meio de atividades indutoras das políticas institucionais e das ferramentas de planejamento e, por fim, apoiar, mediante provocação, os órgãos de execução do MPE/TO.

Atualmente, contamos com uma equipe formada por uma analista ministerial com especialização em saúde pública, uma técnica ministerial e uma assistente dos órgãos auxiliares com formação na área do Direito que realiza apoio técnico nesta área.

No decorrer de 2018, realizamos um trabalho operacional padrão que consiste basicamente em: atendimentos a membros e ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de Pareceres Técnicos sem caráter vinculativo aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios, memorandos e circulares; participação em eventos em geral; alimentação do site institucional; emissão de minutas de recomendações e atos normativos e estímulo a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns, bem como a execução dos projetos devidamente aprovados.

Nesta perspectiva, estão em andamento 06 projetos-padrão no âmbito do Caocid e 01 no Núcleo Maria da Penha (NMP) com o intuito de reconhecer a importância e ampliar a visibilidade dos direitos tutelados pelos órgãos mencionados, quais sejam: “Proteção à Pessoa Idosa: Fiscalização das ILPIs”; “Vistorias em Comunidades Terapêuticas e Centro de Tratamento para Dependentes Químicos”; “Vistorias em Casas de passagem para população em situação de Rua”; “Saúde Básica”; “Defesa do Direito Fundamental à Saúde” e “Cartilhas Institucionais”.

Ainda em andamento no âmbito do Caocid, temos 03 projetos-iniciativa, quais sejam: “Rodas de Conversa”, “Procedimento Operacional Padrão para Solicitação de Apoio Técnico” e o “Projeto Calendário Anual de Datas Cidadãs Comemorativas”.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Temos ainda, também ligado ao Caocid, Projeto da Ação Nacional de Promoção da Igualdade de iniciativa do CNMP que possui 14 metas previstas que devem ser trabalhadas em todos os Ministérios Públicos da Federação, no qual a grande maioria de metas exige expertise, sendo de grande valia a presença de um profissional na área da psicologia, para auxílio principalmente nas metas e vistorias que devem ser realizadas.

Como parte da execução dos Projetos em Defesa da Saúde, obtivemos junto à Diretoria de Atenção Primária da Secretaria de Estado da Saúde os monitoramentos e resultados de supervisões das ações de saúde referentes aos 139 municípios tocaninenses, material que está em análise pela equipe técnica do Caocid, a fim de ser encaminhado aos respectivos Promotores de Justiça como instrumento de atuação proativa na fiscalização das Políticas Públicas de Saúde a partir das realidades e situações de saúde de cada município.

A partir da percepção da necessidade de fomentar a atuação deste MPE/TO na organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), realizamos no início do segundo semestre de 2018 uma Roda de Conversa dirigida a membros e servidores, com tema: “Ministério Público e Saúde Mental: desafios e soluções para o fortalecimento da rede nos municípios tocaninenses”.

Executamos um trabalho voltado para o fortalecimento da atuação em Saúde Mental, oferecendo aos Promotores de Justiça diversos materiais teóricos normativos, bem como a interlocução de informações acerca do quadro analítico e das deficiências dessa rede. Além disso, encaminhamos “kits” para a atuação a partir dos relatórios de monitoramento de todos os CAPS do Estado do Tocantins, produzidos pela área técnica da saúde mental da SESA, que contribuiu com esse processo.

Desempenhamos atividades interinstitucionais em projetos externos como a participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial, COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso – COPEPDI, ambas do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais-CNPG), CPVID - Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica, Comissão Estadual de Diversidade Sexual - criada para elaborar o Conselho Estadual de Diversidade Sexual, Núcleo de Prevenção

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

de Violência e Acidentes e Promoção da Saúde - NUPAV, CEMAS – Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins, Conselho Estadual de Saúde e Comissão Intergestores Bipartite.

Além disso, é de grande relevância lembrar que participamos e apoiamos muitos eventos, cursos, seminários, oficinas, conferências, projetos e fóruns, todas devidamente registrados no site, para fins de divulgação, prestação de contas e disseminação da informação, conforme tabela apresentada a seguir:

Quadro 5.7.2.1 – Participação em Eventos, em 2018

Item	Evento	Data	Local
1	Reunião Comissão para criação do ambulatório "T"	09/01/2018	SEMUS
2	Reunião CEDIPI	25/01/2018	Casa do Conselho
3	Reunião Conselho Estadual de Saúde	25/01/2018	SESAU
4	Reunião do CEDDH	02/02/2018	Casa dos Conselhos
5	III Conferência Estadual de promoção da Igualdade Racial	06/02/2018	CUICA - UFT
6	Encontro Interinstitucional - Superintendência de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde/Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador	08/02/2018	SESAU/ANEXO I
7	Reunião Conselho Estadual de Saúde	08/02/2018	SESAU
8	Reunião CEDIPI	22/02/2018	Casa dos Conselhos
9	Reunião do CEDDH	22/02/2018	Casa dos Conselhos
10	Reunião DAP/SESAU	05/03/2018	Anexo VII
11	Encontro de Gestores/Financiamento do SUS	05/03/2018	ATM
12	Reunião COSEMS	06/03/2018	MPE/TO
13	Reunião CIB	06/03/2018	MPE/TO
14	III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial	06/03/2018	CUICA-UFT
15	Saúde Mental e Judicialização da Saúde	06/03/2018	UFT
17	Reunião Conselho Estadual de Saúde	08/03/2018	SESAU
18	Seminário da Mulher	08/03/2018	MPE/TO
19	Posse da nova diretoria do Coede	09/03/2018	PROCON
20	Reunião dos Conselhos estaduais	13/03/2018	PROCON
21	Fórum da Mulher da Floresta do Campo e das Águas	14/03/2018	PROCON
22	Reunião CEMAS	14/03/2018	Fórum de Palmas
23	Reunião Saúde Mental	16/03/2018	DPE
24	Reunião do CEDDH	22/03/2018	PROCON
25	Reunião MS/ Saúde Mental	03/04/2018	SEMUS
26	Fórum Permanente de Saúde Mental	03/04/2018	ULBRA
27	Reunião NUPAV	05/04/2018	SEMUS

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.2.1 – Participação em Eventos, em 2018

Item	Evento	Data	Local
28	Oficina MPE/TO- Elaboração de Projetos	09/04/2018	MPE/TO
29	Reunião – GIVIS (óbitos)	10/04/2018	SESAU – anexo I
30	Reunião Conselho Estadual de Saúde	12/04/2018	SESAU
31	Reunião Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDIPI	12/04/2018	Casa dos Conselhos
32	Reunião – Planejamento - CIR	12/04/2018	SESAU
33	Reunião DAP/SESAU - monitoramentos	16/04/2018	Anexo VII
34	Planejamento – Municípios – descumprimento de prazos	16/04/2018	SESAU
35	Seminário Internacional O Futuro dos Sistemas Universais de Saúde	24 a 25/04/2018	Brasília
36	Reunião CEDIPI	26/04/2018	Casa dos Conselhos
37	Comissão de Combate à Tortura	26/04/2018	Fórum de Palmas
38	Reunião CEDDH	27/04/2018	Casa dos Conselhos
39	CONATINS – Congresso de autismo do Tocantins	27 a 28/04/2018	Auditório CUICA da UFT
40	Reunião CDDDH Reunião COEDE	04/05/2018	Casa dos Conselhos
41	Reunião do CES Oficina: Formação e Organização p/o fortalecimento dos D.H.	10/05/2018	SESAU – Sede Auditório Hotel Estrela
42	Seminário CGU – Financiamento do SUS	10/05/2018	CGU
43	Oficina: Formação e organização para o fortalecimento dos sujeitos e das lutas por D.H. no Brasil	11 a 12/05/2018	Auditório do Hotel Estrela
44	Reunião COSEMS Reunião CIM	18/05/2018	SESAU
45	Reunião CEPPIR	18/05/2018	Casa dos Conselhos
46	Vistoria Hospital Regional de Colinas	22 a 23/05/2018	Colinas
47	Reunião CIT	24/05/2018	Brasília
48	Reunião Extraord. CES	04/06/2018	SESAU
49	Reunião CEDDH	06/06/2018	Casa dos Conselhos
50	Reunião CIDIPI	08/06/2018	Casa dos Conselhos
51	Reunião CES	14/06/2018	SESAU
52	Reunião COSENS e CIB	21/06/2018	SESAU
53	Reunião do CEMAS	23/07/2018	SESAU
54	Seminário A Pessoa Idosa na perspectiva do Envelhecimento ativo e saudável	24/08/2018	MPE/TO
55	Roda de Conversa tema “Saúde Mental”	28/08/2018	MPE/TO

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, cujo comparativo detalhamos a seguir:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.2.1 – Realizações Caocid, em 2014/2018

Especificação	Ano, em Quantidade				
	2014	2015	2016	2017	2018
Atendimentos a membros	10	43	19	49	45
Atendimentos ao público	45	60	52	22	20
Artigos publicados	-	-	02		-
Atividades em projetos externos	-	-	13	34	25
Coleta de exames para DNA	11	25	15	-	-
Gravação na Rádio da UFT: Programa MP Explica	-	-	02	-	-
Minuta de Recomendação e ato normativo emitidos	-	-	-	2	-
Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências e outros	03	19	21	43	18
Participações em Reuniões	02	22	29	42	56
Pareceres Técnicos emitidos	02	11	03	20	09
Palestras	01	04	04	06	05
Projetos em execução*	-	01	04	06	13
Recomendações emitidas	-	-	02	-	-
Reuniões realizadas	07	03	03	05	04
Ofícios/Memorandos/Circulares	78	181	119	146	235
Vistorias/Inspeções realizadas	-	-	-	01	02
Movimentações pelo E-doc	-	-	-	-	3.395
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>372</b>	<b>288</b>	<b>376</b>	<b>3.827</b>

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

Criado em 2012, as ações do Núcleo Maria da Penha (NMP) visam combater a problemática da violência doméstica e familiar, por meio de várias ações e estratégias baseadas no escopo das mais variadas origens da violência doméstica e a desconstrução cultural do machismo, que ainda é visível e latente em nossa sociedade.

Nesse sentido, de acordo com o artigo 2º do Regimento Interno, são desenvolvidas atividades relativas ao atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o intercâmbio de informações, manutenção dos cadastros atualizados sobre os órgãos e instituições que integram a Rede da Mulher, elaboração das propostas de projetos, eventos e ações diversas, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados e realização de convênios, acordos e instrumentos de cooperação mútua entre o MPE/TO e outras entidades públicas e privadas, e acompanhar a execução dos já firmados.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Destaca-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar para realização dessas competências, atualmente contamos com equipe de uma psicopedagoga e uma assistente dos órgãos auxiliares com formação na área do Direito.

No decorrer de 2018, deu-se continuidade aos 03 projetos-padrões já aprovados no ano de 2017, quais sejam: “Anjos da Guarda”, “Uma Parceria rumo à Paz”, “S.O.S Mulher”. Foram ainda aprovados junto a CPGE-MPE/TO mais 02 projetos-padrões que estão em fase de planejamento e serão desenvolvidos no ano de 2019, quais sejam: “13 Anos da Lei Maria da Penha” e “Desconstruindo o Mito de ‘Amélia’: práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar”.

Participamos e damos apoio a reuniões e comissões, representando o MPE/TO, como o CEDIM - Conselho Estadual da Mulher, COPEVID – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar, CPVID – Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica, Comissão da Mulher e Comissão NUPAV – Revitalização da Rede da Mulher.

Além das atividades descritas acima, é relevante citarmos a participação e apoio a Eventos, Cursos, Seminários, Oficinas, Projetos, todos devidamente registrados no nosso site e Instagram, para fins de divulgação, prestação de contas e transmissão de informação, quais sejam:

Quadro 5.7.2.2 – Participação em Eventos, em 2018

Item	Evento	Data	Local
1	Reunião do CPVID.	02/03/2018	TJ/TO
2	Apresentação do Projeto “Anjos da Guarda” a diretores das escolas de Palmas.	06/03/2018	Escola de Tempo Integral Almirante Tamandaré – Palmas/TO
3	Participação em Seminário da Mulher.	08/03/2018	Auditório do Térreo do MPE/TO
4	Palestra Informativa na ETI Almirante Tamandaré.	12/03/2018	Escola de Tempo Integral Almirante Tamandaré – Palmas/TO
5	Fórum do Campo, da Floresta e das Águas.	14/03/2018	Auditório do PROCON Palmas/TO
6	Roda de Conversa no Cras 407 Norte – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	21/03/2018	CRAS Quadra 407 Norte Palmas/TO
7	Roda de Conversa no Cras de Buritirana – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	22/03/2018	CRAS Distrito de Buritirana Palmas/TO
8	Roda de Conversa no Parque do Idoso – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	27/03/2018	Parque do Idoso Palmas/TO

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.2.2 – Participação em Eventos, em 2018

Item	Evento	Data	Local
9	Roda de Conversa no CRAS de Taquari – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	28/03/2018	CRAS Quadra Taquari Palmas/TO
10	Reunião da Comissão NUPAV – Revitalização da Rede de Atendimento a Mulher em Situação de Violência.	05/04/2018	Auditório da SEMUS Palmas/TO
11	I Jornada de Direito das Famílias.	16/04/2018	Auditório do CEULP/ULBRA Palmas/TO
12	Equipe do Núcleo Maria da Penha ministra palestra sobre o papel dos policiais militares na efetivação da Lei Maria da Penha.	02/05/2018	Comando-Geral da Polícia Militar Palmas/TO
13	Reunião da Comissão NUPAV – Revitalização da Rede de Atendimento a Mulher em Situação de Violência.	05/06/2018	Auditório da SEMUS Palmas/TO
14	Palestra Informativa na ETI Almirante Tamandaré.	08/06/2018	Escola de Tempo Integral Almirante Tamandaré – Palmas/TO
15	Reunião para apresentação do projeto Desconstruindo Amélia.	15/06/2018	Fórum de Palmas/TO
17	Apresentação do Projeto Ronda Maria da Penha com palestra sobre violência doméstica.	20/06/2018	Comando-Geral da Polícia Militar Palmas/TO
18	Roda de Conversa CRAS de Taquaruçu – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	28/06/2018	CRAS do Distrito Taquaruçu Palmas/TO
19	Apresentação do Projeto Desconstruindo “Amélia” para a Rede de Atendimento à Mulher.	29/06/2018	MPE/TO Palmas/TO
20	Seminário 12 anos da Lei Maria da Penha.	07/08/2018	MPE/TO Palmas/TO
21	MPE/TO leva informações sobre a Lei Maria da Penha a adolescentes do Programa Jovem Empreendedor – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	24/08/2018	Faculdade Católica do Tocantins Palmas/TO
22	Palestra informativa na Escola Aurélio Buarque de Holanda – Projeto “Anjos da Guarda”.	04/09/2018	Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda Palmas/TO
23	Palestra informativa na Escola Aurélio Buarque de Holanda – Projeto “Anjos da Guarda”.	05/09/2018	Escola Municipal Aurélio Buarque de Holanda Palmas/TO
24	Palestra informativa na Escola Antônio Carlos Jobim – Projeto “Anjos da Guarda”.	06/09/2018	Escola Municipal Antônio Carlos Jobim Palmas/TO
25	Palestra informativa na Escola Municipal Crispim Pereira Alencar	06/09/2018	Escola Municipal Crispim Pereira Alencar Palmas/TO
26	Seminário “Desafios da Prevenção e Combate à Alienação Parental”.	28/09/2018	MPE/TO Palmas/TO
27	Construção de Projeto para concorrer a premiação do 1º Prêmio Cesaf do MPE/TO com o tema “Diluindo Problemas e Transformando Realidades”	08/10/2018 a 11/10/2018	Núcleo Maria da Penha

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.2.2 – Participação em Eventos, em 2018

Item	Evento	Data	Local
28	Roda de Conversa CRAS de Santa Bárbara – Projeto “Uma Parceria rumo à paz”.	21/10/2018	CRAS Quadra Santa Bárbara Palmas/TO
29	Apresentação do Núcleo Maria da Penha no Curso de Preparação para a carreira do MPE/TO.	18/10/2018	MPE/TO Palmas/TO
30	Reunião da Comissão NUPAV – Revitalização da Rede de Atendimento a Mulher em Situação de Violência.	01/11/2018	Auditório da SEMUS Palmas/TO
31	Participação em curso para implementação da Patrulha Maria da Penha: apresentação do regimento interno e das ações desenvolvidas pelo Núcleo Maria da Penha.	07/11/2018	Polícia Civil Palmas/TO
32	Campanha “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” com o objetivo de conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra as meninas e mulheres em todo o mundo.	20/11/2018	MPE/TO Palmas/TO
33	Campanha do Laço Branco: Todos pelo fim da violência contra as mulheres.	06/12/2018	MPE/TO Palmas/TO
34	Participação mensal nas reuniões da Comissão da Mulher	Mensalmente	Câmara Municipal de Palmas/TO
35	Atendimento jurídico especializado e pedagógico as mulheres vítimas dos diversos tipos de violência. Em 2018 foram realizados 45 atendimentos.	Ações permanentes	Núcleo Maria da Penha
36	Triagem dos casos que são verificados a necessidade de intervenção jurídica, entre outras, e também oferecimento de cursos profissionalizantes para as mulheres em situação de violência que desejam se capacitar, conforme o Termo de Cooperação Técnica existente assinado com o SENAC e SENAI.	Ações permanentes	Núcleo Maria da Penha
37	Confecção de material didático (slides) para divulgação da Lei Maria da Penha como suporte a outras Promotorias, quando solicitado.	Ações permanentes	Núcleo Maria da Penha
38	Visitas de apresentação dos projetos para assinatura dos Termos de Cooperação nas Secretarias.	Junho a outubro	Núcleo Maria da Penha

Fonte: Núcleo Maria da Penha

Ressaltamos ainda a realização do Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Defensoria Pública do Estado Do Tocantins, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, Secretaria Municipal de Governo e Relações Político Sociais, Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça e o MPE/TO, com o objetivo de executar no âmbito do município de Palmas o Projeto “S.O.S

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Mulher – MPE/TO de Portas Abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”, do Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Secretaria Municipal de Educação e o MPE/TO, com o objetivo de executar no âmbito das escolas municipais de Palmas o Projeto “Rompimento do Ciclo da Violência Doméstica através da Conscientização das crianças do Ensino Fundamental – MPE/TO divulgando a Lei Maria da Penha via palestras educativas” (Anjos da Guarda).

O NMP busca transformar a população feminina de Palmas por meio das ações permanentes, projeto de orientação e serviço jurídico conjuntamente ao atendimento psicopedagógico, proporcionando a sociedade mais informações sobre a necessidade de combater a violência doméstica e familiar.

As mulheres atendidas, recebem esclarecimentos e são conscientizadas sobre a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) sobre seus direitos, sua autoestima e dignidade. De modo, que elas compreendam e saibam dizer não à violência psíquica, moral, material, física e sexual.

Ressaltamos que também se realiza um relevante trabalho educacional nas escolas da Rede Municipal de Palmas através de rodas de conversas e palestras educativas que estimulam o conhecimento crítico, a partir de discussão e situação-problema apresentada pelos alunos.

Como a violência contra a mulher é também um fenômeno social e histórico por abranger uma complexidade de questões, entre elas as questões de poder, gênero, alcoolismo e transmissão de padrões abusivos de relação através das gerações, a quebra do ciclo de violência tem de se dar a partir de uma rede complexa de educação informativa e de prevenção.

O ano de 2018 representou um importante período de conquistas e desafios para o MPE/TO, através do Núcleo Maria da Penha, no tocante ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher para a efetivação da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha. Apesar dos avanços, é certo que existem ainda desafios e ações urgentes a serem implementadas em 2019, para obtermos um maior intercâmbio de informações entre a Rede de Atendimento à Mulher e a sociedade e o trabalho por certo, continuará.

### 5.7.3. Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac)



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal tem como objetivo primordial a orientação dos Órgãos de Execução – Promotores e Promotorias de Justiça – com atribuições na área de defesa do patrimônio público em todo o Estado do Tocantins.

Compete ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal:

- a) prestar assessoramento técnico nos casos encaminhados pelos órgãos oficiais, por profissional habilitado na área específica, principalmente quanto a auditoria em contas e inspeção em obras;
- b) opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo improbidade administrativa e corrupção;
- c) analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do MPE/TO na defesa da probidade e da lisura na Administração Pública;
- d) subsidiar a formulação de política institucional em relação ao combate à improbidade e à corrupção.

A seguir, demonstrativo das realizações do Caopac no período 2010 a 2018.

Tabela 5.7.3.1 – Realizações Caopac, 2013 a 2018

Atividades Finalísticas	Quantidade por Ano					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	4.690	9.752	5.155	7.130	7.872	8.054
Processos de acompanhamentos	02	02	-	-	-	-
Relatórios técnicos	41	25	28	41	57	85
Pesquisas / atendimentos	67	98	-	8	15	46
Vistorias	06	04	04	04	15	01
Sistema de pesquisa	03	06	-	04	07	08
Promoção de Eventos	-	-	01	01	01	02
Reuniões	02	02	04	17	10	06
Audiências Públicas	2	-	-	-	-	-
Seminários/ Mesa Redonda	06	02	-	01	03	01
Cursos	01	03	-	04	07	06
<b>Atividade-meio</b>						

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.3.1 – Realizações Caopac, 2013 a 2018

Atividades Finalísticas	Quantidade por Ano					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ofícios Expedidos	91	98	34	80	41	37
Ofícios Recebidos/E-DOC	46	51	42	211	244	184
Memorandos Expedidos	-	-	45	32	59	30
Memorandos Recebidos	-	-	17	28	04	21
E-mails Expedidos	186	202	469	218	287	152
E-mails Recebidos	252	266	318	119	313	178

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

### 5.7.4. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopije)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (Caopije) é o órgão responsável por prestar suporte ao trabalho dos Promotores de Justiça com atribuição na área em todo o Estado, realizando pesquisas, estudos e pareceres. Além disso, estimula a integração e o intercâmbio entre órgãos do Sistema de Garantias dos Direitos de Crianças e Adolescentes, como Judiciário, Conselhos Tutelares e Gestores Municipais.

Quadro 5.7.4.1 – Realizações CAOPIJE, em 2018.

Tipo de Atividade	Quantidade
Notas Técnicas	1
Pareceres	12
Relatórios (encaminhados aos Promotores de Justiça)	14
Vistorias na rede Municipal de Educação/unidades escolares	87
Inspeção na rede acolhimento(entidades públicas e da sociedade civil organizada)	6
Inspeção no sistema socioeducativo	0
Inspeção nos Centros de Referência da Assistência Social	7
Promoção de eventos	10
Seminário/Encontro	1
Pesquisas	1
Participações em Eventos	10
Audiências públicas	4
Atividades meio	
Ofícios	
Expedidos	215
Recebidos	143

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação – Caopije

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.4.2 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do CAOPIJE

Item	Assunto	Descrição
1	Pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios tocantinenses	Para nortear seus trabalhos das Promotorias na área da educação, o CAOPIJE realizou uma pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios tocantinenses.
2	Realização do 8º Encontro Operacional com os Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação do MPE-TO	Realizado em dezembro de 2018, o 8º Encontro Operacional de Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação reuniu 23 (vinte e cinco) promotores em Palmas. Foram discutidos aspectos da legislação e apresentados subsídios aos membros com informações técnicas que contribuem para a garantia dos direitos da criança e do adolescente nas diferentes comarcas do Estado.
3	Realização do Seminário “Lei da Escuta e atenção integrada às crianças e adolescentes em situação de violência sexual”	O Seminário foi realizado, pelo Cento de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Juventude e Educação (CAOPIJE) em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), na sede do Ministério Público Estadual, em Palmas.
4	Realização do Dia D do Transporte Escolar em Dianópolis e Mateiros	A mobilização ocorreu no dia 30 de outubro em Dianópolis e 8 de novembro em Mateiros. Foi apresentado à comunidade o diagnóstico das vistorias educacionais do Detran e o selo que identifica os veículos aprovados.
5	Abertura de 06 (seis) Novos Procedimentos Administrativos por áreas de atuação	06 (seis) novos procedimentos sob acompanhamento da equipe e da coordenação do CAOPIJE, perfazendo assim um total de 37 PADs em desenvolvimento.
6	Realização de Vistorias Educacionais	Atendendo às solicitações dos Promotores de Justiça, a equipe do CAOPIJE realizou vistoria educacional nos municípios de Talismã, Alvorada, Lajeado, Tocantinópolis, Dois Irmãos, Palmas.
7	Nota Técnica Contrária à aplicação da regra da Desvinculação das Receitas da União ao FIA (Minuta para Caopije) (DRU)	Trata da ilegalidade de aplicação das regras da Desvinculação de Receitas da União, Estados e Municípios ao FIA.
8	Parecer sobre possíveis irregularidades na oferta da educação infantil em Porto Nacional.	Foi elaborado a partir da análise das diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação de Porto Nacional e dados oficiais sobre a oferta, nos autos do Processo 2017.0001555, da 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional – TO.
9	Parecer Técnico sobre documentos apresentados pela Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, em resposta ao Ofício CAOPIJE nº 91, de 04 de agosto de 2017 – nos autos do Procedimento Administrativo nº 17 – Escolarização e Profissionalização no Sistema Socioeducativo.	Foram analisados os seguintes documentos: 1) Projeto Político Pedagógico das Escolas; 2) Regimento Escolar; 3) Quadro de profissionais das escolas; 4) Relatórios das atividades e projetos desenvolvidos com suas evidências; 5) Capacitações dos Profissionais da Educação; 6) relatórios das atividades desenvolvidas através do Programa Mais Educação; 7) Atas das reuniões de colegiado 2016/2017; 9) Matriz Curricular dos diferentes níveis (E.F; E.M. EJA); 10. Plano de Assessoramento das unidades que atendem aos Centros de Internação.
10	Parecer sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Eleições, Suplente. Limitação Quantitativa.	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi, cuja finalidade é a análise da legalidade da convocação da 11ª classificada nas eleições 2015 para Conselheiro Tutelar de Gurupi.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.4.2 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do CAOPIJE

Item	Assunto	Descrição
11	Parecer sobre Lar Batista – atendimento, projeto político pedagógico, regimento, interno, PIA. LAR BATISTA. ATENDIMENTO. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. REGIMENTO INTERNO. PIA.	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 14ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, cuja finalidade é a análise da legalidade do atendimento ofertado a crianças e adolescentes acolhidos/as no Lar Batista.
12	Parecer sobre Abrigo Tio Messias atendimento, projeto político pedagógico, regimento, interno, PIA.	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 14ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, cuja finalidade é a análise da legalidade do atendimento ofertado a crianças e adolescentes acolhidos/as no abrigo institucional Tia Messias.
13	Parecer sobre o Plano Municipal de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes do Município de Palmas	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 21ª Promotoria de Justiça de Palmas, cuja finalidade é a análise do referido plano à luz da Resolução Conjunta n. 01/2009 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.
14	Parecer sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Nova Olinda	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguaína, cuja finalidade é a análise do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Nova Olinda.
15	Parecer sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Palmeiras	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tocantinópolis, cuja finalidade é a análise do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Palmeiras do Tocantins
16	Parecer sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Tocantinópolis	Trata-se de Parecer elaborado a pedido da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tocantinópolis, cuja finalidade é a análise do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Tocantinópolis-TO.
17	Parecer sobre critérios para matrícula na Educação Infantil	Trata-se de consulta formulada pela 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis em resposta a solicitação feita via EDOC, com o fim de proceder a análise técnica quanto aos critérios estabelecidos, em decreto do gestor municipal, para a escolha das crianças a serem matriculadas na Educação Infantil.
18	Parecer sobre greve geral da educação no Estado do Tocantins	Trata-se de consulta formulada pela 21ª Promotoria de Justiça da Capital, com o fim de fornecer apoio técnico especializado para análise de documentação apresentada pela Secretaria de Estado da Educação.
19	Parecer Técnico sobre oferta da Educação Indígena	Trata-se de Parecer acerca de pleito de instalação de uma escola de Educação Básica na Aldeia São Raimundo, município de Tocantinópolis-TO - Terra Indígena Apinayé.
20	Parecer sobre ofícios nº 2485, nº 946 e nº 1076 da PRM-Gurupi – TO recebido do MPF – declínio de competência	Trata-se de Parecer sobre o Relatório de sobre a ineficiência na prestação do ensino fundamental nos municípios do Estado do Tocantins, e às irregularidades relacionadas à falta de critérios na disponibilização de vagas para o ensino fundamental.
21	Kits Operacionais	A equipe do CAOPIJE formatou Kits Operacionais destinados a atuação do Promotor de Justiça nas áreas elencadas como prioritárias: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Educação e Conselhos de Direitos. Cada Kit operacional dispõe de, pelo menos, quatro





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.4.2 - Atuação produção técnica elaborada pela equipe do CAOPIJE

Item	Assunto	Descrição
		modelos de peças processuais: Notificação Recomendatória, Portaria de Instauração de Inquérito Civil, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública.
22	Site do CAOPIJE	Foi estruturada a partir da Política de Atendimento da Criança e Adolescente, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, são disponibilizadas notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências, doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do CAOPIJ.

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação – Caopije

### 5.7.5. Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) foi instituído pelo ATO nº 046 de 2014. O Centro de Apoio assumiu as atividades que já vinham sendo realizadas desde 1997 e acrescentou as suas ações novas obrigações nas áreas de urbanismo e habitação.

As principais atribuições do Caoma instituídas pelo ATO nº 046/2014 são:

- a) acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal fixadas para a defesa urbanística, da habitação e do meio ambiente;
- b) propor alteração legislativa ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito;
- c) prestar auxílio aos órgãos de execução do MPE/TO na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;
- d) receber representações ou expedientes reclamatórios e encaminhá-los aos órgãos de execução para as medidas adequadas;
- e) desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho;
- f) contribuir para a fiscalização de políticas e programas de preservação do meio ambiente do estado e promover o controle preventivo dos mecanismos de governança ambiental. Esses são os principais objetivos do Caoma, que também tem o papel de oferecer suporte técnico e jurídico na atuação dos promotores.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O Caoma tem ainda a função de proteger o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e promover a tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos de natureza ambiental, atuando nas esferas cível, criminal e administrativa.

Na área de habitação e urbanismo, o centro de apoio trata de questões relacionadas à justiça social urbana e à proteção do direito à moradia digna e contribui com a fiscalização da qualidade de vida nas cidades e do exercício do direito ao desenvolvimento urbano, com participação democrática. Atua, também, dentre outras iniciativas, na melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, na proteção do patrimônio histórico e cultural, na formulação de políticas públicas de transporte e mobilidade, na universalização do acesso ao saneamento básico e na prevenção, mediação e resolução pacífica de conflitos fundiários.

Quadro 5.7.5.1 – Realizações do Caoma no período 2010 a 2018.

Atividades Finalísticas	Ano, em Quantidade								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Vistorias	132	123	65	54	59	28	81	55	54
Viagens	-	-	-	-	28	09	26	19	24
Relatórios	90	179	45	75	49	47	62	89	57
Pareceres	11	15	10	31	30	56	52	89	78
Mapas e Croquis	135	262	68	119	127	50	193	274	194
Processos de Acompanhamento	144	98	60	23	-	-	-	-	-
Demandas de Loteamentos	-	-	-	-	21	-	-	-	-
Solicitações Promotorias de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	196
<b>Promoção de Eventos</b>									
Seminário	02	-	-	34	-	-	01	01	22
Oficinas	04	01	02	11	-	-	-	-	-
Cursos	-	-	01	02	01	-	01	01	11
Pesquisas	04	-	01	02	-	-	-	-	-
Reuniões	-	-	-	-	26	32	22	24	-
Palestras	-	-	-	-	-	-	-	-	02
<b>Participação em Eventos</b>									
Audiências Públicas	04	02	04	15	04	02	01	02	61
Reuniões	110	79	25	287	62	-	27	02	86
Cursos	02	05	6	192	03	-	-	02	-
Oficinas	02	02	00	21	02	02	-	-	-
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	14	13	2	20	12	6	03	02	61
Ofícios Expedidos	181	231	175	93	171	-	129	194	65
Ofícios Recebidos	218	199	158	25	220	-	191	120	62
Ofícios Circulares Expedidos	-	-	-	-	8	-	16	01	05
Ofícios Circulares Recebidos	-	-	-	-	29	-	16	121	11
Memorandos Expedidos	130	122	113	93	94	-	111	159	259

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.5.1 – Realizações do Caoma no período 2010 a 2018.

Atividades Finalísticas	Ano, em Quantidade								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Memorandos Recebidos	22	28	26	25	23	-	58	121	90
E-mails Expedidos	225	271	849	354	489	-	318	295	255
E-mails Recebidos	428	587	605	695	834	-	350	305	443

Fonte: Centro de Apoio operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente – Caoma

### 5.7.6. Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, foi instituído pela Resolução nº 004/2015/CPJ, em 24 de abril de 2015.

As atividades da Coordenação do NIS que se destacaram, em 2018, foram as seguintes:

- a) Cartilha de Segurança Institucional, em alusão à 1ª Semana Nacional de Segurança Institucional;
- b) Renovação da contratação de prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) do Sistema Guardião – Solução Tecnológica em interceptação telemática legal.
- c) Elaboração de minuta de termo de cooperação, com a finalidade de realizar rondas periódicas diárias nas proximidades das Unidades do MPE/TO, a ser firmado com o Estado do Tocantins, por intermédio da Polícia Militar.
- d) Apresentação de Módulo de Segurança Institucional, no Curso de Preparação para a carreira do MPE/TO, no ano de 2018.
- e) Elaboração de Projeto “Soluções de Contraineligência – Varredura eletrônica e inspeção ambiental;
- f) Elaboração de Projeto “Semana de Segurança Institucional do MPE/TO – 2019;
- g) Elaboração de Projeto Iniciativa: Semana da Segurança Institucional – 2018.
- h) Minuta do Ato que institui o Regimento Interno do Comitê Gestor de Segurança Institucional;

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

i) Projeto pedagógico para realização de curso de Defesa Pessoal aos integrantes do MPE/TO;

Assim, diversas atividades foram executadas no período em referência, as quais se encontram consolidadas nos quadros dispostos a seguir:

Tabela 5.7.6.1 – Atividades do NIS, em 2017.

Item	Atividades	Quantidade
1	Viagens Institucionais	10
2	Reuniões Institucionais	31
3	Processos Administrativos Instaurados	75
4	Processos Administrativos Arquivados	163
5	Procedimento de Resposta a Incidente de Segurança - PRIS	05
6	Ofícios Expedidos	20
7	Memorandos Expedidos	308
8	Despachos e Pareceres	141

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

A Diretoria de Inteligência é dirigida pelo Promotor de Justiça Nilomar dos Santos Farias, e dentre as principais atividades realizadas no ano de 2018, apontam-se:

Tabela 5.7.6.2 - Atividades do Guardião, em 2018

Item	Procedimentos	Quantidade
1	Processos (Operações)	07
2	Relatórios Circunstanciais	26
3	Relatórios CNMP	11
4	Relatórios diversos	04
5	Ofícios Expedidos	63
6	Memorandos Expedidos	15

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Registra-se, oportunamente, que a Diretoria de Inteligência iniciou, em 2018, a atualização do relatório de levantamento de risco nas instalações das Promotorias de Justiça de Almas, Alvorada, Araguaçu, Arraias, Aurora, Cristalândia, Dianópolis, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Natividade, Novo Acordo, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Ponte Alta, Porto Nacional, Pium, Paraíso do Tocantins e Taguatinga.

Departamento de Análise de Dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO. As principais atividades desenvolvidas no ano de 2018 foram compiladas e demonstradas abaixo:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.6.3 - Atividades Desenvolvidas LAB- LD/TO

Item	Descrição de atividades	Total
1	Pedido de Cooperação Técnica	11
2	Relatórios de Análise	80
3	Relatório de Pesquisas	144
4	Pesquisas Realizadas	3.930
5	Relatório técnico – Tecnologia da Informação	01
6	Ordem de missão	19
7	Relatório de Missão	17

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Tabela 5.7.6.4 - Capacitações da Equipe Técnica

Item	Assunto	Servidores
1	XII Encontro Nacional da Rede Nacional de Laboratórios Contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB, realizado em Florianópolis/SC, em 18 e 19 de setembro de 2018.	Célio de Sousa Rocha Nilomar dos Santos Farias
2	IV Seminário RED-LAB, realizado pelo Ministério Público de Rondônia, nos dias 18 e 19 setembro-2018.	Flaviano Nogueira da Fonseca
3	Lançamento do Projeto de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, realizado em Brasília-DF, no dia 28/02/2018.	Célio Sousa Rocha
4	Capacitação “Produção do Conhecimento – SISBIN/TO, ofertado pela Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Palmas/TO, nos dias 18 e 19 de setembro de 2018.	Caroline da Silva Mendes, Claison Amorim e Flaviano Nogueira da Fonseca

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Tabela 5.7.6.5 - Atividades do Departamento de Operações e Segurança Institucional

Item	Atividades	Quantidade
1	Ordem de missão <sup>12</sup>	30
2	Relatório de Missão	24

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Quadro 5.7.6.1 Atividades da Assessoria Jurídico-Administrativa

Item	Atividades	Servidores
1	Capacitação “Produção do Conhecimento – SISBIN/TO, ofertado pela Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em Palmas/TO, nos dias 18 e 19 de setembro de 2018.	Lígia Sumaya Carvalho Ferreira Trindade e Paula Cristina de Moura Silva
2	Curso de Noções sobre Segurança para Oficiais do MPE/TO, ofertado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, no mês de Agosto de 2018.	Lígia Sumaya Carvalho Ferreira Trindade e Paula Cristina de Moura Silva

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

### 5.7.7. Assessoria de Comunicação

<sup>12</sup> As Ordens de Missão resultaram em diligência, sendo 08 (oito) nesta Capital e (01) uma no interior do Estado do Tocantins. Ao final de cada diligência foi confeccionado Relatório de Missão contendo as informações solicitadas. Foram produzidos diversos meios de provas como fotos, dados jurídicos, operacionais de empresas entre outros.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Vinculada ao gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, a Assessoria de Comunicação (Ascom) do MPE/TO desenvolveu, no ano de 2018, uma série de atividades alinhadas ao Planejamento Estratégico, que visam contribuir para que o MPE/TO alcance seu objetivo estratégico de “ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais”.

Além das ações de comunicação externa, voltadas aos cidadãos tocantinenses, destinatários do trabalho do MPE/TO, também foi desenvolvido um conjunto de ações de comunicação interna. Estas são direcionadas aos integrantes da instituição e visam contribuir para a melhoria do clima organizacional e para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho.

No início de 2018, cinco jornalistas integravam a equipe da Ascom. No decorrer do ano, em razão das dificuldades financeiras que afetam a Instituição, o quadro sofreu a redução de um profissional. Com isso, alguns trabalhos restaram prejudicados, a exemplo do programa de rádio “Nosso Direito”, desenvolvido em parceria com a UFT FM; do programa interno de rádio “Dia a Dia MPE”, que passou a ter edições esporádicas; da produção audiovisual (VTs) e da atualização das redes sociais.

Com a redução de pessoal, a Ascom passou a priorizar a produção de releases para comunicações externas e internas, a cobertura jornalística dos eventos do MPE/TO e o atendimento aos veículos de imprensa. A equipe de jornalismo redigiu 1.064 textos (releases) e 54 notas oficiais ao longo do ano.

Esta divulgação contribuiu para que a instituição obtivesse 9.489 citações diretas e indiretas na mídia, sendo cerca de 99% destas menções positivas, o que colaborou significativamente para a formação de uma imagem favorável do MPE/TO por parte da opinião pública.

A divulgação de releases também gerou uma média de 100 atendimentos mensais à imprensa, referentes a pedidos de entrevistas e de informações complementares.

Tabela 5.7.7.1 - Atividades Jornalísticas da Ascom

<b>Produção</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Textos produzidos pela Ascom	774	1.064
Cobertura de eventos (fotografia e/ou reportagem)	348	499

Fonte: Ascom



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.7.2 - Total de Citações ao MPE/TO na mídia

Item	Tipo de mídia	2017	2018
1	Matérias publicadas na TV	936	1.071
2	Matérias publicadas no rádio	592	626
3	Matérias publicadas na web	4.801	7.130
4	Matérias publicadas em jornal impresso	1.178	662
<b>Total</b>		<b>7.507</b>	<b>9.489</b>

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.7.7.3 - Citações ao MPE por Área de Atuação

Área de atuação	2017					2018				
	Web	Jornais	TV	Rádios	Total	Web	Jornais	TV	Rádios	Total
Controle externo	-	-	-	-	-	117	123	32	9	171
Cidadania	502	70	83	66	721	148	29	56	27	260
Consumidor	432	562	81	42	1117	380	16	36	25	457
Criminal	440	49	87	47	623	869	85	224	106	1284
Educação	280	26	72	40	418	226	8	21	14	269
Eleitoral	261	8	22	16	307	224	34	45	30	333
Execução penal	207	32	45	22	306	163	27	28	7	225
Infância e juventude	323	45	62	44	474	113	10	10	6	139
Institucionais	502	83	93	54	732	782	56	37	44	919
Meio ambiente	355	49	87	46	537	757	84	131	68	1040
Patrimônio público	610	122	135	125	992	2266	231	303	204	3004
Saúde	431	54	80	44	609	986	67	140	81	1274
Outros	458	78	89	46	671	99	2	8	5	114
<b>Total</b>	<b>4801</b>	<b>1178</b>	<b>936</b>	<b>592</b>	<b>7507</b>	<b>7013</b>	<b>649</b>	<b>1039</b>	<b>617</b>	<b>9489</b>

Fonte: Assessoria de Comunicação

A partir do mês de junho, a Ascom voltou a produzir o informativo impresso “Comunica MP”, de periodicidade quinzenal, que traz um resumo das principais atividades da Instituição. No total, 14 edições foram publicadas, incluindo duas edições especiais, referentes à entrega do 3º Prêmio MPE/TO de Jornalismo e à posse do Procurador-Geral de Justiça.

No tocante ao relacionamento com a imprensa, foi realizada em 2018 o 3º Prêmio MPE/TO de Jornalismo, iniciativa que tem como objetivo estimular e valorizar a produção jornalística voltada à defesa da cidadania que faça referência ao MPE como agente de proteção dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Ao todo, 42 trabalhos concorreram ao prêmio, que teve a solenidade de premiação prestigiada pela jornalista Cristina Serra.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Com o objetivo de preparar membros do MPE para o relacionamento com os profissionais de imprensa, visando uma comunicação eficiente e apta para as situações de crise de imagem, foi oferecido um minicurso de media training, composto por palestra e por treinamentos práticos. Participaram da capacitação 23 membros. A atividade foi ministrada pelo jornalista e consultor em estratégias digitais Fábio Gusmão, que possui duas décadas de atuação na imprensa nacional e foi ganhador de diversos prêmios jornalísticos.

Produzido pela Ascom do MPE com uma linguagem popular e objetiva, o programa "Nosso Direito" levou aos cidadãos tocantinenses uma série de informações e esclarecimentos sobre os seus direitos. A cada semana, um tema diferente era abordado, o que incluía explicações e comentários por parte de procuradores e promotores de Justiça. O programa foi veiculado na rádio UFT FM. Quanto as veiculações foram 15 (quinze) edições em 2017 e 09 (nove) no decorrer de 2018, respectivamente.

Produzido pela Ascom e veiculado no sistema interno de som da Procuradoria-Geral de Justiça, o programa “Dia a Dia MPE” oferece informações diárias relacionadas à dinâmica de trabalho da Instituição, além de notícias gerais de interesse dos membros e servidores. Em relação às veiculações, em 2017 foram 185 (cento e oitenta e cinco), e 124 (cento e vinte e quatro) no decorrer de 2018.

Voltado ao público interno, o jornal mural “Expresso MP” é disponibilizado para leitura nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça, contendo informações de caráter institucional e social, relacionadas ao cotidiano dos membros, servidores e estagiários. O informativo tem periodicidade quinzenal, sendo afixado um exemplar em cada pavimento da sede do MPE/TO. Quanto à produção deste periódico, foram 10 (dez) edições, referentes aos anos de 2017 e 2018, respectivamente.

A Ascom instituiu em 2018 a lista da transmissão “WhatsMP”, destinada a levar informações administrativas aos membros e servidores do MPE/TO, por meio de mensagens instantâneas. As informações chegam diretamente nos smartphones daqueles que fizeram a opção por integrar a lista, em seus aplicativos de WhatsApp. Um modo prático e ágil de comunicação, tanto para quem envia a informação quanto para quem a recebe. Até dezembro de 2018, 185 pessoas estavam cadastradas na lista de transmissão.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Não possuindo recursos orçamentários para a contratação de serviços publicitários, a Ascom produz campanhas publicitárias internamente, utilizando-se dos recursos humanos de sua própria estrutura. Nesse sentido, alcançou uma expressiva produção de peças gráficas em 2018, como se observa a seguir.

No ano de 2018, foram produzidas campanhas alusivas à “Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher” e ao “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, bem como as peças gráficas relacionadas ao 3º Prêmio MPE/TO de Jornalismo, ao Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e ao II Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do MPE/TO, entre outros temas.

Com a contribuição da Ascom, foram formatadas em 2018 publicações de teor significativo para a instituição, a exemplo da Carta de Serviços ao Cidadão, da cartilha “Bem-Vindo ao MPE” e da cartilha de segurança institucional “MP Protegido”.

Quadro 5.7.7.1 - Publicações Formatadas pela Ascom em 2018

Item	Campanha	Peças
01	3º Prêmio MPE/TO de Jornalismo	Logomarca, cartaz, folder, troféu, anúncio, backdrop, banners site, certificado dos jurados, cheque-premiação, convites: impresso e virtual
02	3ª Corrida da Justiça	Adaptação do cartaz, posts para internet
03	4º Fórum Permanente de Saúde Mental	Post para internet
04	8º Encontro Operacional com Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação	Adesivo e banner digital
05	9ª Semana da Saúde – Você é único	Logomarca, cartões de agradecimentos, cartão para lembrancinhas, cartaz-programação, panfleto-programação
06	16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres – Laço branco	Posts para internet
07	30 Anos do MPE/TO	Agenda (arquivada) Posts para internet
08	Aniversário de 11 municípios do Tocantins	Post para internet
09	Campanha Dia da Mulher	Cartaz, post e cartão para lembrancinhas
10	Campanha Dia das Mães	Cartão para lembrancinhas
11	Campanha Dia dos Pais	Cartão para lembrancinhas
12	Dia da Internet Segura	Cartaz e posts
13	Antes e depois – Promotorias de Justiça	Posts
14	Doações ao Hospital de Amor do Tocantins	Cartaz impresso e banners digitais
15	Setembro Amarelo	Posts para internet
16	Projeto Cultura MP	Logomarca, cartaz, 2 banners impressos, flyer, convite
17	Dicas para Eleições 2018	Posts
18	Maio Amarelo	Posts
19	Caocon: Semana do Consumidor	Posts
20	Ouvidoria	Anúncio (readaptação de formato), posts
21	Boas práticas para uso do elevador	Cartaz
22	Campanha Direitos Humanos do CNMP	Adaptação das peças para banners digitais
23	Caocid: Apresentação	Cartilha virtual
24	Caocid: Roda de Conversa	Banner em lona
25	Caoma: Curso Sobre Regularização Fundiária Urbana – Lei nº 13.465/2017	Banners digitais

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.7.1 - Publicações Formatadas pela Ascom em 2018

Item	Campanha	Peças
26	Caoma: Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Cartaz, pasta, programação, banner digital
27	Caoma: Recicla MP	Adaptação da logomarca, adesivos para lixeiras, camiseta, animação para VT, etiquetas
28	Caoma: Semana do Meio Ambiente	Cartaz, etiqueta para pasta, posts, save the date
29	Caopije	Cartão de vacinação
30	Caopije: Semana de Combate à Violência Sexual Infanto Juvenil	Cartaz
31	Caopije: FIA	Camiseta, folder e post
32	Caopije: Transporte Escolar Seguro	Adesivo, cartaz e folder
33	Dep. de Recursos Humanos e Folha de Pagamento: eSocial	Banners digitais Infográfico: Passo a passo para recadastramento
34	Dep. de Recursos Humanos e Folha de Pagamento: Cartilha Bem-Vindo ao MPE	Cartilha
35	Dep. de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Carteiras funcionais de membros e servidores
36	Dep. de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Certificados para voluntários
37	Administrativo: Desafios e estratégias para o uso seguro da internet	Cartaz, banners para site e TV indoor
38	Administrativo: Objetivos setoriais	Cartazes
39	Administrativo: Missões setoriais	Cartazes
40	Caopac: evento em comemoração ao Dia Internacional contra a Corrupção	Cartaz-programação, convite virtual, banners digitais
41	PGJ: Mais com Menos	Logomarca, cartazes, posts, banners digitais
42	PGJ: Manual de Redação Oficial	Editoração e diagramação
43	NIS: Cartilha de Segurança Institucional	Editoração e diagramação
44	Planejamento: Carta de Serviços ao Cidadão	Editoração e diagramação
45	Cesaf: A Atuação do Ministério Público Eleitoral nas eleições 2018	Cartaz, banners para site e TV indoor
46	Cesaf: A Pessoa Idosa na Perspectiva do Envelhecimento Ativo e Saudável – Uma Política Pública Internacional	Cartaz, banners para site e TV indoor
47	Cesaf: Alienação Parental	Cartaz, banners para site e TV indoor
48	Cesaf: Aplicação da Psicologia Investigativa na Resolução de Crimes	Cartaz, banners para site e TV indoor
49	Cesaf: Capacitando Porta-Vozes	Cartaz, banners para site e TV indoor
50	Cesaf: Curso de Capacitação para Oficiais de Diligências do MPE	Cartaz, banners para site e TV indoor
51	Cesaf: Direito da Pessoa Idosa	Cartaz, banners para site e TV indoor
52	Cesaf: Frente Ampla de Execução Penal – Individualização para além da pena	Cartaz, banners para site e TV indoor
53	Cesaf: Inquérito Civil na Tutela da Probidade Administrativa – Questões práticas atuais	Cartaz, banners para site e TV indoor
54	Cesaf: Minicurso Promotorias de Projeto	Cartaz, banners para site e TV indoor
55	Cesaf: Negociação, Mediação e Conciliação para o MPE/TO	Cartaz, banners para site e TV indoor
56	Cesaf: Neurolinguística Forense	Cartaz, banners para site e TV indoor
57	Cesaf: O Poder da Autorresponsabilidade	Cartaz, banners para site e TV indoor
58	Cesaf: Estágio Supervisionado	Anúncio, banners para site
59	Cesaf: Os Projetos Sociais como Instrumento de Atuação do MPE/TO	Cartaz, banners para site e TV indoor
60	Cesaf: Combate à Corrupção – panorama atual e atuação interinstitucional	Cartaz, banners para site e TV indoor
61	Cesaf: Seminário da Mulher	Cartaz, banners para site e TV indoor
62	Cesaf: Seminário Lei nº 13.431/2017 – Atenção integrada às crianças e adolescentes em situação de violência sexual	Cartaz, banners para site e TV indoor

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.7.1 - Publicações Formatadas pela Ascom em 2018

Item	Campanha	Peças
63	Cesaf: Solidariedade Institucional para Garantia da Segurança dos Alimentos	Cartaz, banners para site e TV indoor
64	Cesaf: Workshop Sistemas de Informações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas	Cartaz, banners para site e TV indoor
65	Cesaf: Prêmio Cesaf 2018	Troféus (arquivados) e banners digitais
67	Cesaf: Revista Jurídica	Editoração e diagramação
68	Corregedoria-Geral: Encontro Regional de Membros em Estágio Probatório	Placa de homenagem, convite e banner impresso

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.7.7.2 - Outros Serviços de Arte Final Realizados pela Ascom

Item	Unidade Organizacional	Serviço
01	9ª Promotoria de Justiça	Etiquetas para organização de processos
02	Almoxarifado	Placas de localização
03	Atendimento ao Cidadão	Placas informativas
04	Caocon	Dois edições de informativo digital
05	Assessoria de Cerimonial: Coral MP Em Canto	Camiseta e logomarca
06	Clipagem – relatório de análise crítica	Capa de relatório de análise crítica
07	Dia do Ministério Público	Posts para internet
08	DMTI	Papel de parede 3D
09	PGJ	Cartão de aniversário com envelope
10	PGJ	Convite para Encontro Regional de Membros em Estágio Probatório
11	PGJ	Convite para posse do Corregedor-Geral
12	PGJ	Convite para posse do Procurador-Geral
13	PGJ	Convite para posse de promotores de Justiça
14	PGJ	Eleição para PGJ (banner digital)
15	PGJ	Jornal mural (edições quinzenais)
16	PGJ	Capa e diagramação do Relatório de Gestão 2017
17	PGJ: Servidor Destaque 2018	Certificado
18	Corregedoria-Geral	Revista da Corregedoria-Geral (2014 – 2018)
19	Planejamento	Capa para Relatório de Monitoramento de Projetos Estratégicos do MPTO
20	Planejamento: Escritório de Projetos	Cartaz
21	Núcleo Maria da Penha	Logomarca do projeto Desconstruindo o Mito da Amélia
22	Núcleo Maria da Penha	Adesivo para carro
23	Núcleo Maria da Penha: Anjos da Guarda	Certificados
24	Administrativo	Etiqueta patrimonial
25	Administrativo	Placa inaugural das Promotorias de Araguatins
26	Administrativo	Placa inaugural das Promotorias de Ponte Alta
27	Recursos Humanos	Atualização do organograma
28	NIS	Placa de monitoramento

Fonte: Assessoria de Comunicação

A cobertura jornalística e a produção de conteúdo para publicidade e para redes sociais, bem como a elaboração de conteúdo para a comunicação interna, contaram com suporte nas áreas de fotografia, cinegrafia e edição audiovisual.

Quadro 5.7.7.3 - Cobertura Jornalística da Equipe da Ascom, em 2018

Item	Tipo de produção	Quantidade
1	Registros e produções fotográficas	499
2	Filmagens e produções de vídeo	31



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.7.3 - Cobertura Jornalística da Equipe da Ascom, em 2018

Item	Tipo de produção	Quantidade
3	Produções de rádio	138*
<b>Total</b>		<b>668</b>

\* 124 programas "Dia a Dia MPE", 09 programas "Nosso Direito" e 05 programas "MP Protegido"  
Fonte: Assessoria de Comunicação

A comunicação com o público externo também se efetivou por meio das redes sociais da internet, que já eram compostas por perfis oficiais do MPE no Facebook, Twitter, Flickr e Youtube. A estas, somou-se mais recentemente uma conta no Instagram.

O Comitê de Políticas de Comunicação do Fórum Nacional de Gestão, órgão vinculado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), divulgou um balanço dos indicadores nacionais de Comunicação Social durante sua 3ª reunião ordinária, realizada em dezembro de 2018, em Brasília (DF). O MPE/TO foi destaque por sua atuação nas redes sociais e pela produção do conteúdo jornalístico que consta em seu portal institucional.

A página do MPE/TO no Facebook possui o maior número de seguidores dentre as demais unidades do Ministério Público brasileiro, considerando-se a proporção entre a população dos estados e a quantidade de seguidores das respectivas páginas. O perfil da instituição no Facebook também é, proporcionalmente, o terceiro colocado em termos de alcance das publicações, o que comprova a eficácia da ferramenta na comunicação com a sociedade.

Já a conta do MPE no Twitter figura na segunda colocação nacional em termos de audiência, por possuir como seguidores cerca de 4% do total da população que possui acesso à internet.

A mais recente conta criada pela Ascom nas redes sociais também está entre as mais influentes do país. O perfil oficial no Instagram ([instagram.com/MPETocantins](https://www.instagram.com/MPETocantins)), criado há dois anos, é o terceiro perfil mais seguido entre as unidades do MP brasileiro, tendo-se como base a relação população/seguidores.

Além de utilizar as redes sociais para informar o público externo sobre as atividades ministeriais de interesse público, a Ascom também aproveita seus perfis para esclarecer os cidadãos sobre seus direitos e deveres. E realiza estas comunicações por meio de postagens gráficas atrativas e de vídeos, o que garante o maior alcance das publicações.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.7.4 - Interações do MPE/TO nas Redes sociais - Facebook

Item	2017	2018
Curtidas	3.010	3.484
Alcance	1.221 pessoas por dia	711 pessoas por dia
Picos de acesso	3.054 pessoas (13/08/2017)	20.520 pessoas (15/07/2018)
Perfil do usuário		
Item	2017	2018
Sexo	56% mulheres e 44% homens	57% mulheres e 43% homens
Faixa etária	41% – 25 a 34 anos 28% – 35 a 44 anos 17% – 18 a 24 anos 14% – outros	41% – 25 a 34 anos 29% – 35 a 44 anos 14% – 18 a 24 anos 10% – 45 a 54 anos 6% – outros
Localização (origem das curtidas)	Palmas – 1.211 Araguaína – 279 Gurupi – 180 Goiânia – 98 Porto Nacional – 91	Palmas – 1.369 Araguaína – 312 Gurupi – 199 Goiânia (GO) – 96 Porto Nacional – 88 Paraíso – 77 Brasília (DF) – 66 São Paulo (SP) – 59 Imperatriz (MA) – 49

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.7.7.5 Interações do MPE/TO nas Redes sociais – Twitter

Item	2017	2018
Seguidores	5.868	7.039
Visualizações	942 (média diária)	1.200 (média diária)
Perfil do usuário		
Sexo	61% homens e 39% mulheres	60% homens e 40% mulheres
Faixa etária	52% – 25 a 34 anos 28% – 35 a 44 anos 11% – 18 a 24 anos 5% – 45 a 54 anos	54% – 25 a 34 anos 22% – 35 a 44 anos 14% – 18 a 24 anos 6% – 45 a 54 anos
Localização (origem das curtidas)	TO – 55% SP – 15% RJ – 5% DF – 5% GO – 5% MG – 3%	TO – 60% SP – 6% DF – 6% RJ – 4% GO – 4% MG – 2%

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.7.7.6 - Interações do MPE/TO nas Redes sociais – Instagram

Item	2017	2018
Seguidores	1.082	2.490
Posts publicados	570	804

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.7.6 - Interações do MPE/TO nas Redes sociais – Instagram

Item	2017	2018
Impressões	4.388	28.050
Perfil do usuário		
Sexo	60% mulheres e 40% homens	43% homens e 57% mulheres
Faixa etária	40% – 25 a 34 anos 32% – 35 a 44 anos 13% – 18 a 24 anos 5% – 45 a 54 anos	41% – 25 a 34 anos 28% – 35 a 44 anos 18% – 18 a 24 anos 8% – 45 a 54 anos

Fonte: Assessoria de Comunicação

Quadro 5.7.7.7 Portal do MPE: quantidade de visualizações

2017	2018
786.238	871.760

Fonte: Assessoria de Comunicação, Google Analytics

Seguindo diretriz do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Ascom elaborou em 2018 a Política de Comunicação Social do MPE/TO. O documento regulamenta a comunicação social da instituição, com o objetivo de garantir o alinhamento aos princípios constitucionais da administração pública e ao Planejamento Estratégico Nacional. Nele, ficou normatizada a comunicação interna e externa, o uso das mídias digitais, a publicidade e a identidade visual da instituição. A Política de Comunicação Social foi instituída por meio da Resolução nº 005/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça, publicada em 08 de maio de 2018.

Em 2018 foi concluída a elaboração do Manual de Redação Oficial do MPE/TO, que tem por objetivo contribuir para uniformizar e simplificar o processo de redação de documentos oficiais, orientando membros e servidores sobre a natureza e finalidade, bem como sobre a estrutura formal desses textos. O manual foi aprovado em sessão do Colégio de Procuradores de Justiça.

Em 2018, a Ascom contribuiu com a realização do curso de preparação para a carreira dos promotores de justiça substitutos, recém-ingressados na instituição. Na atividade de qualificação, realizada no mês de maio, a Ascom proferiu um módulo com duração de 2 horas, por meio do qual conscientizou os novos membros sobre a importância da divulgação das atividades desenvolvidas pelas promotorias de Justiça. Também os orientou sobre como proceder para esta divulgação e apresentou as ferramentas utilizadas pela Assessoria de Comunicação e os produtos desenvolvidos por ela.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

### 5.7.8. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) é órgão auxiliar do MPE/TO, e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição (art. 50, Lei nº 51/2008).

O Cesaf promove atividades de cunho educativo e formacional, nas modalidades presencial e a distância, de maneira autônoma ou em cooperação com instituições parceiras. Publica ainda, como forma de incentivo à produção e difusão do conhecimento científico, a Revista Jurídica do MPE/TO. Pioneira no Estado, fomenta o debate acerca de temas de relevante interesse institucional, para a comunidade jurídica e a sociedade em geral.

O Centro de Estudos procurou seguir os princípios básicos da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) aplicada no MPE/TO para gestão institucional. Para tanto, dentre outras, o Cesaf realizou as atividades educativas formacionais, com base na comunicação estratégica institucional, na reconfiguração e atualização dos processos pedagógicos visando ao aprimoramento contínuo dos integrantes do MPE/TO.

Com os recursos humanos e materiais disponíveis para o ano de 2018, foi possível ao Cesaf organizar, intermediar e/ou realizar diretamente ou por meio das estratégias acima delineadas as seguintes atividades:

Tabela 5.7.8.1 – Atividades Consolidadas do Cesaf, em 2018

Item	Descrição das atividades	Quantidade
1	Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf	12
2	Eventos presenciais de parceiros do MPE/TO compartilhados com o Cesaf	14
3	Eventos presenciais do Cesaf compartilhados com parceiros externos	05
4	Eventos a distância realizados pelo Cesaf	26
5	Eventos externos de parceiros com participação de integrantes do Cesaf	05
6	Cursos presenciais externos com a participação de integrantes do MPE/TO	04
7	Cursos à distância em parceria com o Cesaf com participação de integrantes	26
8	Atividades institucionais do MPE/TO realizadas com a participação do Cesaf	42
9	Declarações/Certificados expedidos	2.036
10	Editais publicados	03
11	Planos de cursos elaborados para aprovação pelo CSMP	05
12	Pareceres emitidos	24
13	Ofícios expedidos	105
14	Ofícios Circulares expedidos	01
15	Memorandos expedidos	38

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.8.1 – Atividades Consolidadas do Cesaf, em 2018

Item	Descrição das atividades	Quantidade
16	Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf	-
17	Acordos de Cooperação firmados	-
18	Propostas de alterações normativas	02
19	Ações de estruturação	-
20	Publicações (Revista Jurídica do MPE/TO)	01
21	Cursos a distância	05
<b>Total</b>		<b>2.354</b>

Fonte: Cesaf

Tabela 5.7.8.2 – Eventos Presenciais sob Direta Responsabilidade do Cesaf, em 2018.

Item	Atividade	Objetivo	Inscritos	Carga Horária	Período
1	Seminário da mulher	Promover a divulgação do conhecimento, reflexão profissional sobre “Reprodução assistida e suas repercussões nos direitos de família e sucessão”, “Alterações na lei Maria da Penha e os desafios para implementá-las” e “Saúde da Mulher”.	123	07	08/03/2018
2	Palestra: Modelo de Excelência na gestão pública	Contribuir com conteúdos formativos e educativos no formato de palestras para a melhoria do clima organizacional e continuidade de formação continuada com integrantes do MP.	70	03	13/03/2018
3	Minicurso: Projetos Sociais como instrumento de atuação do MPE/TO	Aprofundar conhecimentos teóricos, técnicos e possibilidades de desenvolvimento de projetos sociais como instrumento de atuação.	55	03	16/03/2018
4	Oficina: Prática sobre instauração, procedimento e Instrução de Inquérito Civil Público	Capacitar os participantes na teoria e prática do Inquérito Civil, a partir do exame dos principais aspectos que permeiam esse procedimento investigatório, desde a instauração até a sua conclusão.	90	04	13/04/2018
5	Minicurso: Frente ampla de execução penal – individualização para além da penal	Apresentar e discutir, com os integrantes do MPE/TO, os principais aspectos e instrumentos relacionados a individualização das penas e temas sobre a execução penal.	91	03	27/04/2018
6	Minicurso: Promotorias de Projetos	Aprofundar conhecimentos teóricos, técnicos e possibilidades de desenvolvimento das Promotorias de Projetos na atuação ministerial.	53	03	18/05/2018
7	Curso de Capacitação para Oficiais de Diligências	Atualizar e aperfeiçoar os oficiais de diligências de acordo com as normas aplicáveis, visando capacitá-lo, tendo em vista uma execução mais segura e profissional na sua área de atuação.	21	07	29/06/2018
8	Palestra: O poder da autorresponsabilidade	Contribuir com conteúdos formativos e educativos no formato de palestras para a melhoria do clima organizacional e	48	03	17/08/2018



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.8.2 – Eventos Presenciais sob Direta Responsabilidade do Cesaf , em 2018.

Item	Atividade	Objetivo	Inscritos	Carga Horária	Período
		continuidade de formação continuada com integrantes do MP.			
9	Curso: Aplicação da Psicologia Investigativa em resolução de crimes e Psicopatia	Aprofundar conhecimentos teóricos sobre a Psicopatia e conhecimentos técnicos e possibilidades de utilização da Psicologia Investigativa em resolução de crime.	114	07	24/08/2018
10	Curso de Preparação a carreira do MPE/TO	Proporcionar as bases iniciais do processo de formação continuada à carreira de Promotor de Justiça no MPE/TO.	03	137	01 a 31/10/2018
11	Prêmio Cesaf	Identificar e disseminar práticas bem-sucedidas, diante de problemas sociais na localidade de atuação dos Promotores de Justiça do MPE/TO.	09	-	06/03 a 07/12/2018
12	Curso de Neurolinguística Forense	Apresentar e discutir, com os integrantes do MPE/TO, os principais aspectos e possibilidades de diferentes instrumentos da neurolinguística para a atuação do MPE/TO.	Em andamento	07	13/12/2018

Fonte: Cesaf

Tabela 5.7.8.3 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf, em 2018.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Palestra: Desafios e Estratégias para o uso seguro da internet	Cesaf e Setor Administrativo	50	03	06/02/2018
2	Minicurso: Capacitando Porta-Vozes	Cesaf e Ascom	30	08	06/04/2018
3	Ciclo de Oficinas: Construindo equipes mais fortes e engajadas na elaboração de projetos no MPE/TO (1ª parte)	Cesaf e CPGE	74	03	09/04/2018
4	Seminário sobre a Lei nº 13.431/2017 e a garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência sexual no estado do Tocantins	Cesaf e Caopije	223	07	26/04/2018
5	Ciclo de Oficinas: Construindo equipes mais fortes e engajadas na elaboração de projetos no MPE/TO (2ª parte)	Cesaf e CPGE	40	-	21/05/2018
6	Semana do Meio Ambiente Oficinas de atuação extrajudicial e judicial do MPE/TO na defesa do Meio Ambiente	Cesaf e Caoma	52	07	08/06/2018
7	Fórum de combate de Agrotóxicos	Cesaf e Caoma	75	07	14/06/2018

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.8.3 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf, em 2018.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
8	Palestra: Solidariedade Institucional para garantia da segurança dos alimentos	Cesaf e Caocon	38	03	15/06/2018
9	Curso de Governança e COBIT	Cesaf, DG e DTI	20	21	08 a 10/08/2018
10	Seminário 12 Anos da Lei Maria da Penha: “Avanços, Crítica e Autocrítica”	Cesaf, Caocid e Núcleo Maria da Penha	137	07	07/08/2018
11	Curso sobre a regularização fundiária na Lei nº 13.465/2017: os desafios da REURB e suas implicações sociais, urbanísticas e ambientais	Cesaf e Caoma	136	07	15/08/2018
12	Seminário de combate à corrupção: Panorama atual e atuação interinstitucional	Cesaf e Caopac	51	07	03/10/2018
13	Dia do Servidor	Cesaf e Cerimonial	156		26/10/2018
14	8º Encontro Operacional dos Promotores de Justiça da Área da Infância, Juventude e Educação	Cesaf e Caopije	Em andamento	07	03/12/2018

Fonte: Cesaf

Tabela 5.7.8.4 – Eventos à Distância Realizados pelo Cesaf, em 2018.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Curso de Libras	Cesaf	Em andamento	60	01/07 a 10/12/2018
2	Relações Interpessoais: Módulo I	Cesaf/ Sebrae-TO	04	10	01/07 a 30/09/2018
3	Educação Financeira	Cesaf/ Sebrae-TO	06	08	01/07 a 30/09/2018
4	Curso de Atendimento ao público: Recepcionistas	Cesaf/ Sebrae-TO	Em andamento	16	12/11 a 12/12/2018
5	Curso de Atendimento ao público: Analistas Ministeriais	Cesaf/Sebrae-TO	09	16	01/07 a 30/09/2018
6	Curso de Atendimento ao público: Motoristas	Cesaf/Sebrae-TO	Em andamento	16	12/11 a 12/12/2018

Fonte: Cesaf

Tabela 5.7.8.5 – Cursos Presenciais Externos com Participação de Integrantes do MPE/TO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Pós-Graduação Lato Sensu em Estado de Direito e combate à corrupção	Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat)	01	364	30/08/2016 a 27/11/2017

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.8.5 – Cursos Presenciais Externos com Participação de Integrantes do MPE/TO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
2	Curso de Direito Administrativo para gerentes no setor público	Instituto Legislativo Brasileiro	01	35	15/02/2018 a 22/03/2018
3	Curso: SIAFE	Logus: Tecnologia	01	16	21 a 24/11/2017
4	Pós-Graduação Latu Sensu em Administração Pública	Centro Universitário Cesumar- UniCesumar	01	390	23/02/2017 a 03/08/2018

Fonte: Cesaf

Tabela 5.7.8.6 – Atividades Institucionais do MPE/TO com Participação do Cesaf.

Item	Evento	Atuação Cesaf	Quantidade	Carga Horária
1	Sessões Ordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça	Gravação e Transmissão (art. 21, Res CNMP 089/2012)	11	20
2	Sessões Ordinárias do Conselho Superior	Gravação e Transmissão (art. 21, Res CNMP 089/2012)	11	23
3	Sessões extraordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça	Gravação e Transmissão (art. 21, Res CNMP 089/2012)	07	5:13
5	Sessões extraordinárias do Conselho Superior	Gravação e Transmissão (art. 21, Res CNMP 089/2012)	05	5:14
6	Sessões Solenes de Posse Colégio de Procuradores de Justiça	Gravação e Transmissão (art. 21, Res CNMP 089/2012)	05	15
7	Curso de Capacitação no Modelo de Excelência da Gestão – 21ª Edição® (MEG)	Apoio técnico-operacional e pedagógico	02	32

Fonte: Cesaf

O Cesaf assumiu como uma constante na execução de suas atividades a elaboração dos projetos pedagógicos dos eventos, como forma de registro documental e comprobatório do órgão e para fortalecer a criação da Escola Superior do MPE/TO perante as instituições, com vistas ao seu reconhecimento no âmbito educacional normativo como o Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), Conselho Nacional de Educação (CNE), agências de regulação e fomento para pesquisas e demais entidades representativas e fiscalizadoras no âmbito jurídico.

A produção de conteúdos pedagógicos para formação inicial e continuada de membros e servidores está consolidada, pois mesmo diante do exíguo número de servidores técnicos, trabalha-se com diferentes formatos de cursos livres e mediados por tutoria,



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

videoconferências e workshops, além da captação e transmissão das sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.

O engajamento dos membros e servidores nos eventos promovidos pelo Cesaf também é um ponto de destaque, em que tivemos a participação efetiva do nosso quadro de pessoal ministrando atividades educativas, enquanto instrutores, em suas áreas de maior conhecimentos e domínio no Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público. No ano de 2018, o referido curso foi ofertado para 3 (três) Promotores de Justiça Substitutos, no período de 1 a 31 de outubro, perfazendo um total de 137 horas de atividades.

O planejamento da prática do Cesaf se faz presente, conforme está expresso no Formulário I da Proposta Setorial de Custeio/Exercício de 2018, elaborado em 2017 e no Formulário I da Proposta Setorial de Custeio/Exercício de 2019, elaborado em 2018 pela Coordenação da unidade. Em ambos os formulários, está expressa a importância da realização de mais cursos, palestras e treinamentos direcionados a membros e servidores.

O Cesaf busca compartilhamento de conhecimentos nos encontros que sua coordenadora participa nos âmbitos regional e nacionalmente, seja no Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público – CDEMP, seja na rede de contatos interinstitucionais estabelecidos local, regional e nacionalmente com o Tribunal de Justiça do Tocantins, Escola Tocantinense de Magistratura, Defensoria Pública do Tocantins, Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto Brasileiro de Direito da Família – IBDFAM, órgãos representantes do executivo e de categorias profissionais, instituições de ensino superior e institutos e associações da sociedade civil organizada.

Além da atuação da coordenação, também os conteúdos temáticos são encaminhados pelas unidades e setores da Instituição solicitando o apoio do Cesaf em suas respectivas realizações quando se trata de oficinas pedagógicas, audiências públicas com transmissão online e capacitação e aperfeiçoamento no formato de minicursos e workshops. As unidades e setores com maior demanda junto ao Cesaf são: o Caoma, Caopije, Caocid, Caopac, Caocon, DTI e Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

No ano de 2018, o Centro de Estudos consolidou seu aprendizado para acompanhar o Programa de Estágios do MPE/TO, implantado em dezembro de 2016. Em 2018, dois processos de seleção ocorreram com a oferta total de 44 vagas, além da formação de



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

cadastro de reserva. Para melhor instruir o Programa de Estágio, o Cesaf disponibilizou um programa de vídeos intitulado “Estagiário Saiba mais” que ainda está em andamento. O Cesaf inscreveu o MPE/TO no Prêmio IEL de Estágio, e já nesta primeira participação no prêmio, a instituição alcançou o 2º lugar na categoria Empresa de Grande Porte.

Com uma jornada de estágio de 20 horas semanais, distribuídas em 04 horas diárias, os estudantes não têm prejuízo nas atividades acadêmicas. É concedido um auxílio bolsa no valor de R\$ 700 mensais, além de auxílio-transporte correspondente ao valor da tarifa de transporte coletivo urbano cobrada no local em que estiver lotado e em quantidade proporcional aos dias estagiados no mês.

As vagas do programa de estágio do MPE/TO são fixadas por meio de portaria e, atualmente, estão distribuídas conforme tabela abaixo:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.8.1 – Distribuição Vagas de Estagiários, em 2018

Item	Localidade	Lotação	Especialidade	Quantidade	
1	Alvorada	Promotoria de Justiça	Direito	01	
2	Araguaina	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
3		2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
4		3ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
5		4ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
6		5ª Promotoria de Justiça	Direito	02	
7		6ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
8		7ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
9		8ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
10		9ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
11		10ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
12		11ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
13		12ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
14		13ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
15		14ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
16	Araguatins	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
17		2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
18	Augustinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
19		2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
20	Axixá do Tocantins	Promotoria de Justiça	Direito	01	
21	Colinas do Tocantins	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
22		2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
23		3ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
24		4ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
25	Colmeia	Promotoria de Justiça	Direito	01	
26	Cristalândia	Promotoria de Justiça	Direito	01	
27	Dianópolis	Promotoria de Justiça	Direito	02	
28	Formoso do Araguaia	Promotoria de Justiça	Direito	01	
26	Guaraí	Promotoria de Justiça	Direito	02	
27	Gurupi	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
28		3ª Promotoria de Justiça	Direito	02	
29		4ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
30		5ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
31		6ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
32		8ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
33		9ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
34		Miracema do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01
35		Miranorte	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01
36	Novo Acordo	Promotoria de Justiça	Direito	01	
37	Palmas	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
38		3ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
39		4ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
40		5ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
41		9ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
42		14ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
43		15ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
44		17ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
45		20ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
46		21ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
47		22ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
48		23ª Promotoria de Justiça	Direito	02	
49		26ª Promotoria de Justiça	Direito	02	
50		28ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
51		Caoma	Administração	01	
52		Caoma	Arquitetura e Urbanismo	01	
53		Caoma	Ciências da Computação	01	
54		Caoma	Direito	01	
55	Caoma	Engenharia Ambiental	01		



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.7.8.1 – Distribuição Vagas de Estagiários, em 2018

Item	Localidade	Lotação	Especialidade	Quantidade	
56		Caopij	Serviço Social	01	
57		Cartório da Assessoria	Direito	02	
58		Conselho Superior	Direito	01	
59		Departamento Administrativo	Administração	02	
60		Departamento de Planejamento e Gestão	Engenharia de Produção	01	
61		Departamento Finanças e Contabilidade		02	
62		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Técnico em Informática	02	
63		Diretoria de Expediente	Direito	01	
64		Diretoria de Expediente	Direito	01	
65		Suporte de Sistema	Direito	01	
66		Palmeirópolis	Promotoria de Justiça	Direito	01
67		Paraíso do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01
68		Paraíso do Tocantins	4ª Promotoria de Justiça	Direito	01
69		Pedro Afonso	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01
70		Pedro Afonso	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01
71	Peixe	Promotoria de Justiça	Direito	01	
72	Pium	Promotoria de Justiça	Direito	01	
73	Porto Nacional	1ª Promotoria de Justiça	Direito	02	
74	Porto Nacional	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
75	Porto Nacional	3ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
76	Porto Nacional	4ª Promotoria de Justiça	Direito	02	
77	Porto Nacional	5ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
78	Porto Nacional	6ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
79	Porto Nacional	7ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
80	Taguatinga	Promotoria de Justiça	Direito	01	
81	Tocantínia	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
82	Tocantinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
83	Tocantinópolis	2ª Promotoria de Justiça	Direito	01	
84	Xambioá	Promotoria de Justiça	Direito	01	
<b>Total</b>				<b>98</b>	

Fonte: Cesaf

O “Prêmio Cesaf” é uma iniciativa do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional para prestigiar, divulgar e disseminar práticas desenvolvidas pelos membros do MPTO, com comprovada contribuição para superação dos problemas sociais, modificando a realidade negativa encontrada na localidade de sua atuação.

A 1ª edição Prêmio Cesaf teve como tema “Diluindo Problemas e Transformando Realidades”. Nove trabalhos foram inscritos, relacionados a diversas áreas de atuação como Meio Ambiente, Infância e Juventude, Patrimônio Público, Consumidor, Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Saúde e Criminal etc. Os trabalhos inscritos foram avaliados por Comissão Própria formada por membros e servidores, de distintas áreas de atuação profissional no Parquet.

Nos termos do regulamento integrante do Edital do Prêmio Cesaf – 1ª edição, publicado no DO-e do MPE/TO, edição nº 473, de 6.03.2018, p. 7/9, os projetos vencedores



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

são: “A implementação de UTI pediátrica: o Ministério Público e o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) salvando vidas”, de autoria de Dra. Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D’Alessandro e Dr. Sidney Fiori Júnior, e, “Defesa da Bacia do Rio Formoso”, de Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, respectivamente 1º e 2º lugar.

### 5.7.9. Cartório de Distribuição

O Cartório de Distribuição das Promotorias de Justiça tem por objetivo primordial dar apoio técnico e administrativo aos membros na execução de notificações e encaminhamentos de documentos oriundos do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça, Centros de Apoio Operacional e, atualmente, no caso do Cartório de 1ª Instância, documentos da área administrativa.

O trabalho é regulamentado por meio do Ato nº 082/2013, que dispõe sobre autuação, movimentação e conclusão dos processos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

No final do ano de 2016, foi criado o Sistema E-Ext, que inovou na movimentação dos processos extrajudiciais eletronicamente, não apenas na Capital, mas com atuação nas comarcas do interior do estado, facilitando o registro, a distribuição e encaminhamento dos referidos autos, facilitando o acompanhamento da parte interessada, via web.

Iniciou-se com a criação da Notícia de Fato distribuídas apenas na Capital para que, na sua fase de adaptação, fosse observada a necessidade de ajustes e melhorias, pela equipe de trabalho do cartório de 1ª instância, por ser o setor de triagem dos documentos e criação das mesmas, tramitando à promotoria que tenha atribuição para o feito e relatando a equipe de desenvolvimento dos referidos sistemas, as necessidades de ajustes.

Após esse período de adaptação, foi apontado pelo cartório, a necessidade de incluir no sistema, as cartas precatórias, pois as mesmas chegavam via protocolo geral, por meio físico, e com a extinção do Sistema Arquimedes, esta tramitação passaria a ser no novo sistema. Foi então que passou a ser criada e tramitada a carta precatória pelo novo sistema E-Ext, às devidas promotorias de justiça.

O antigo sistema Arquimedes encontra-se ativo apenas para as distribuições dos autos judiciais oriundos do SEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania,





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

que são encaminhados ao MPE/TO pelo Sistema E-Proc e distribuídos entre as promotorias de justiça que atuam na área da família na capital, o que já foi apontado, verbalmente, a responsável pelo suporte dos sistemas, essa necessidade da criação de um distribuidor dentro do E-Ext.

O sistema Arquimedes também é utilizado nos encaminhamentos de autos extrajudiciais físicos, que após análise do titular da promotoria, são distribuídos atendendo ao despacho do promotor, e realizada uma nova distribuição entre as promotorias que tem atribuição na matéria. Vale salientar que, praticamente, não há mais autos extrajudiciais físicos, para tal finalidade.

No mesmo sistema E-Ext, foi criado o gestor de diligências, onde toda solicitação e encaminhamento de tais diligências oriundas das promotorias de justiça de todas as comarcas, relacionadas aos autos extrajudiciais criados no sistema, são encaminhadas ao cartório de 1ª instância, distribuídas entre os oficiais de diligências para a efetivação das mesmas, dando cumprimento às notificações, recomendações, juntando o respectivo mandado, certificando o cumprimento ou alguma razão que impossibilitou a efetivação.

A devolução à promotoria de justiça, é realizada via sistema E-Ext, pelo oficial que executou tal diligência, para a devida vinculação nos autos. Lembrando que os documentos oficiais da Instituição também são encaminhados ao setor que, após registro em uma planilha interna, são dirigidos aos oficiais para efetivar a entrega nos órgãos indicados.

Atualmente o quadro de servidores lotados no cartório de 1ª instância, com a finalidade de dar suporte as demandas encaminhadas ao setor é de 03 técnicos administrativos, 06 oficiais de diligências, 02 servidores que ficam na sala de apoio aos membros localizada no Fórum da Capital, e a Chefe de Cartório coordenando os trabalhos desenvolvidos no setor, atuando conjuntamente, dando suporte na execução dos mesmos.

Apesar da criação dos sistemas informatizados, no biênio de 2017/2018, houve a necessidade de redistribuição e encaminhamento de autos extrajudiciais físicos, os chamados “amarelinhos” pela cor padronizada de sua capa.

Os servidores, após a referida distribuição, retornaram ao setor para sua autuação, determinada pelo promotor de justiça titular, sendo estas autuações executadas manualmente pelas 03 técnicas lotadas no setor, dando suporte também às demandas vindas via sistemas E-Proc e E-Ext.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

A seguir o quadro abaixo, indicando o número de diligências realizadas e o valor total pago no mês, referente as indenizações, dos anos 2017/2018.

Tabela 5.7.9.1 - Diligências Primeira Instância Realizadas, em 2018

Item	Mês	Total de Diligências	Valor Mensal, em (R\$)
1	Janeiro	480	6.131,30
2	Fevereiro	570	5.625,05
3	Março	716	8.325,08
4	Abril	397	5.793,80
5	Maio	474	8.268,82
6	Junho	461	7.314,12
7	Julho	333	4.136,67
8	Agosto	444	7.493,97
9	Setembro	355	3.776,96
10	Outubro	323	4.016,77
11	Novembro	457	4.376,48
12	Dezembro	194	2.937,64
<b>Total</b>		<b>5.204</b>	<b>64.419,70</b>

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância da Capital

Tabela 5.7.9.2 - Diligências Segunda Instância Realizadas, em 2018

Item	Mês	Total de Diligências	Valor Mensal, em (R\$)
1	Janeiro	313	4.496,39
2	Fevereiro	294	6.234,99
3	Março	276	4.736,19
4	Abril	366	7.374,07
5	Maio	404	6.414,84
6	Junho	372	5.935,23
7	Julho	589	4.895,42
8	Agosto	637	7.343,13
9	Setembro	477	7.893,81
10	Outubro	446	5.752,10
11	Novembro	569	5.813,31
12	Dezembro	374	3.365,60
<b>Total</b>		<b>5.117</b>	<b>63.840,24</b>

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância da Capital

Apresenta-se, a seguir, tabela com o quantitativo de documentos extrajudiciais físicos e a tramitações via sistema Arquimedes referente ao biênio 2017/2018:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.7.9.3 - Autos Extrajudiciais Sistema Arquimedes Biênio 2017/2018

Item	Tipo de Autuação	Ano, Em Quantidade	
		2017	2018
1	Procedimento Preparatório	181	34
2	Procedimento Preparatório – CSMP	-	02
3	Inquérito Civil	377	26
4	Carta Precatória	05	
5	Inquérito Civil - CSMP	01	
6	Denúncia Web	02	01
7	Documento	58	64
8	Peça de Informação – GAECO	01	
9	Procedimento Investigação – Criminal GECOC	-	03
10	Notícia de Fato	-	18
11	Peça de Informação	07	-
12	Procedimento Administrativo	09	-
13	Sae - Diversos	01	
14	Sae – Improbidade Administrativa	03	-
15	Sae – Administrativo/MPE/TO	-	01
16	Sae – Conflito Negativo	-	10
17	Sae - Notícia Crime	07	05
18	Sae - Representação	01	
19	Sae - Ofícios	-	03
20	Sae – Procedimento Preparatório	-	02
<b>Total</b>		<b>653</b>	<b>169</b>

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância

A seguir tabela com o quantitativo de documentos extrajudiciais autuados no sistema E-Ext no biênio 2017/2018, pelo Cartório de 1ª Instância.

Tabela 5.7.9.4 - Autos Extrajudiciais Sistema E-Ext Biênio 2017/2018

Item	Tipo de Autuação	Ano, Em Quantidade	
		2017	2018
1	Carta Precatória	10	10
2	Notícia De Fato	402	876
<b>Total</b>		<b>412</b>	<b>886</b>

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância

As denúncias feitas através da Web/Portal do Cidadão têm como o destino o cartório para a análise e o devido encaminhamento à Promotoria de Justiça da capital ou de outra comarca, transformando-a em Notícia de Fato no Sistema E-Ext e encaminhando à devida

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Promotoria com atribuição na matéria. A Ouvidoria também é um dos nossos principais canais para receberem as denúncias Web.

O quadro abaixo aponta o quantitativo referente ao biênio 2017/2018, de denúncias Web que aportaram no setor:

Tabela 5.7.9.5 - Denúncias Web – Portal do Cidadão, em 2017/2018

Item	Tipo de Autuação	Ano, Em Quantidade	
		2017	2018
1	Carta Precatória	114	196

Fonte: Cartório de Distribuição - 1ª Instância

Tabela 5.7.9.5 - Atividades do Cartório de Distribuição de 2ª Instância 2016/2018

Item	Atividades	Ano, em Quantidade		
		2016	2017	2018
1	Certidões	-	1	-
2	Memorandos	133	81	121
3	Relatórios Processuais	273	273	281
4	Pautas Cíveis e Criminais	171	179	180
5	Pautas da 1ª e 2ª Turmas Recursais	68	73	43
6	Pareceres Impressos das Pautas Cíveis e Criminais	12.959	8.050	8.445
7	Processos Analisados nas Pautas Cíveis e Criminais	-	21.639	25.615
8	Pareceres Impressos das Pautas da 1ª e 2ª Turmas Recursais	-	203	131
9	Pareceres Analisados nas Pautas da 1ª e 2ª Turmas Recursais	-	-	5.493
10	Processos com e sem distribuição no Arquimedes	24.180	24.882	28.530
11	Processos Vinculados aos Procuradores em Substituição	1.205	1.991	3030
12	Distribuição de números de Pareceres Cíveis	7.665	8.147	5.900
13	Distribuição de números de Pareceres Criminais	4.700	4.499	4.400
14	E-mails enviados aos Procuradores	1.271	-	-
15	Guias de Tramitação	-	41	75
16	Processos Distribuídos no Plantão			
<b>Total</b>		<b>52.625</b>	<b>70.018</b>	<b>82.169</b>

Fonte: Cartório de Distribuição - 2ª Instância

### 5.8. Procuradoria-Geral de Justiça (Diretoria-Geral)

Compete ao Procurador-Geral de Justiça ou a seu substituto legal praticar, todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme disposto na Lei Orgânica do MPE/TO.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Nesta perspectiva, além das funções de órgão de execução, a Procuradoria-Geral de Justiça possui atribuições administrativas, dentre as quais a de executar a política de gestão da Instituição, de coordenar a elaboração da proposta orçamentária, dentre outras. Atualmente, a maior parte dessas funções são exercidas através da Diretoria-Geral, cuja a estrutura compreende:

- I – Gabinete da Diretoria-Geral;
- II – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;
- III – Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia;
- IV – Departamento de Licitações;
- V – Departamento de Planejamento e Gestão;
- VI – Departamento de Finanças e Contabilidade;
- VII – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento;
- VIII – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação;
- IX – Departamento Administrativo;

### 5.8.1. Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Nos últimos anos, o MPE/TO vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades institucionais. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram outra realidade às atividades ministeriais. Em vez de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do MPE/TO agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

Nesse sentido, seguem abaixo as tabelas com o detalhamento de investimentos em obras e reformas, com seus custos principais:

Quadro 5.8.2.1 – Situação de Obra do Anexo I

Obra:	Construção do prédio sede do Anexo-I da Procuradoria-Geral de Justiça
Processo nº:	113/2018-61
Licitação:	Concorrência nº 001/2018
Contrato nº:	Nº 062/2018

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.2.1 – Situação de Obra do Anexo I

Estrutura:	Área do terreno: 2.070,00 m <sup>2</sup> Área construída: 813,29 m <sup>2</sup> Área urbanizada*: 1.622,59 m <sup>2</sup> Salão para armazenagem do arquivo geral da instituição Depósitos para as Áreas de Almoarifado, Patrimônio, Manutenção, Informática e Transporte; Sanitários acessíveis; Sala de apoio Duas salas para a Área de Transportes; Estacionamento privativo para os veículos oficiais.		
Inauguração:	11/02/2019		Percentual de execução (%)
Valor inicial do contrato	R\$ 1.329.000,00	Valor Aditivado 146.100,48	
Valor Total da Obra	1.475.100,48		100,0
Valor Medido	1.444.109,33		97,90
Valor Pago	1.444.109,33		97,90
Valor Final por metro quadrado construído	1.813,74		-
Execução no exercício 2018	1.444.109,33		97,90
Execução no exercício 2019	30.991,15		2,10

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Quadro 5.8.2.2 – Situação da reforma e adequação dos espaços internos da PGJ.

Obra:	Reforma e adequação dos espaços internos da Procuradoria-Geral de Justiça		
Processo nº:	202/2018-83		
Licitação:	Pregão presencial nº 022/2018		
Contrato nº:	Nº 072/2018		
Estrutura:	Adequação nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na cidade de Palmas-TO, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.		
Inauguração:	31/12/2018		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 148.000,00	Valor Aditivado 14.986,42	
Valor Total da Obra	162.986,42		100,00
Valor Medido	155.558,01		95,44
Valor Pago	155.558,01		95,44
Valor Final por metro quadrado construído	-		-
Execução no exercício 2018	155.558,01		95,44
Execução no exercício 2019	7.428,41		4,56

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

As reformas realizadas têm por objetivo promover a melhoria das instalações existentes e adequar os espaços tanto para o cidadão usuário quanto para os membros e servidores do MPE/TO. Em virtude do crescimento operacional da Instituição e consequente aumento no número de servidores, tornou-se necessária a otimização dos espaços no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Sendo assim, foram elaborados Projetos de Arquitetura de Modificação e Layout para adequação de espaços, cuja execução foi feita com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.

Quadro 5.8.2.2 – Promotoria/Área Reestruturados

Item	Local	Tipo de Serviços
1	Promotorias de Justiça de Araguacema-TO	Instalação de pontos de rede e elétricos e portão eletrônico; mudança dos mobiliários, processos e pintura geral.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.2.2 – Promotoria/Área Reestruturados

Item	Local	Tipo de Serviços
2	Promotorias de Justiça de Araguaína	O prédio de 1.200 m <sup>2</sup> de área, foi revitalizado com a realização de pintura de todos os ambientes. As instalações elétricas e hidráulicas também passaram por manutenção. Na área externa, além da restauração da calçada, a segurança foi reforçada por meio da instalação de grades e portões.
3	Promotorias de Justiça de Alvorada	Restauração de Quadro elétrico
4	Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins	Pintura de muro
5	Promotorias de Justiça de Araguatins	Limpeza geral de todos equipamento de ar condicionado, pinturas, manutenção hidráulica e elétrica, troca de lâmpadas, retirada de goteiras e outros serviços correlatos.
6	Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins	
7	Promotorias de Justiça de Miranorte	
8	Promotoria de Justiça de Wanderlândia	
9	Promotoria de Justiça de Tocantínia	
10	Promotoria de Justiça de Taguatinga	Pintura de Portão e Grades
11	Promotorias de Justiça de Gurupi	Restauração e reforma de telhado
12	Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Reforma de muro
13	Procuradoria – Geral de Justiça	Restauração de forro – Auditório

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia, citando Área de Manutenção/Departamento Administrativo.

### 5.8.2. Departamento de Licitações

O Departamento de Licitações constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados à área de licitação. Compete ao departamento coordenar, planejar, controlar, orientar e executar as atividades relativas ao processo licitatório e a área de contratos.

Desta forma, o Departamento de Licitação possui a seguinte estrutura:

- a) Comissão de Licitação;
- b) Assessoria Técnica em Licitação;
- c) Área de Contratos.

Em 2018, foram processados 48 procedimentos licitatórios e 01 procedimento de credenciamento por meio de chamamento público (concluído). Dos procedimentos licitatórios, 37 foram homologados, 02 foram declarados desertos, 01 foi revogado, 03 encontram-se em andamento, 03 encontram-se em fase de homologação e 02 encontram-se em fase de divulgação do Edital, a seguir classificados por modalidade:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.2.1– Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Ano					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Concorrência	02	02	02	02	02	02
Concurso	-	-	-	-	01	01
Pregão Presencial – Tradicional	15	24	05	19	12	09
Pregão Presencial – SRP	26	24	27	27	21	26
Pregão Eletrônico – Tradicional	07	08	02	04	01	02
Pregão Eletrônico – SRP	01	02	03	02	09	08
Dispensa de Licitação	76	56	47	65	62	42
Inexigibilidades	17	15	06	10	13	18
Suprimento de Fundos	04	04	05	04	06	06
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>135</b>	<b>97</b>	<b>133</b>	<b>127</b>	<b>112</b>

Fonte: Departamento de Licitações

Quadro 5.8.2.1– Procedimento(s) de Credenciamento 2018

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Quantidade
Chamamento Público nº 001/18	0159/17	Habilitação de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis sem fins lucrativos para coleta dos resíduos descartados passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, após os procedimentos legais de avaliação, seleção e destinação, que estão sob a guarda da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.	01
<b>Total</b>			<b>01</b>

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

A tabela abaixo detalha os procedimentos licitatórios de 2018, retratando o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Tabela 5.8.2.2 – Detalhamento dos Procedimentos Licitatórios 2018

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PE 001/18	0502/17	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática - tóneres.	61.597,50	33.227,90	46,06%
PP 002/18	0530/17	Contratação de empresa para prestação de serviços de produção de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo de temas de interesse do MPE/TO.	60.948,00	58.800,00	3,52%
PP 003/18	0555/17	Contratação de empresa especializada para recuperação de área de preservação permanente adjacente ao prédio sede das Promotorias de Justiça de Araguaína.	21.527,23	21.500,00	0,13%
PP 004/18	0478/17	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	243.497,55	149.077,10	38,78%
PE 005/18	0532/17	Aquisição de equipamentos de Informática – Convênio nº	127.672,93	110.185,76	13,70%



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.2.2 – Detalhamento dos Procedimentos Licitatórios 2018

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		320/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ.			
PP 006/18	0221/17	Registro de Preços para aquisição de equipamentos destinados ao desenvolvimento das atividades no âmbito do projeto Reciclamp.	36.125,90	29.417,19	18,57%
PP 007/18	467/17	Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não duráveis.	37.087,75	34.857,82	6,01%
PP 008/18	531/17	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	116.847,50	114.898,90	1,67%
PP 009/18	0072/18	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	388.325,55	385.200,00	0,80%
PE 010/18	0532/17	Aquisição de equipamentos de Informática (monitores) – Convênio nº 320/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ.	8.957,84	6.682,96	25,40%
PE 011/18	0044/18	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de peças e serviços de reposição para o sistema de refrigeração central, Chiller, do prédio-sede da PGJ-TO.	768.405,54	670.399,91	12,75%
PP 012/18	0109/17	Contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de centralização e processamento da folha de pagamento, ressarcimentos e outras indenizações aos servidores e membros da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.	1.675.842,10 (Licitação do Tipo Maior Oferta)	Deserta	Deserta
PP 013/18	0138/18	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	120.604,50	118.930,00	1,39%
PP 014/18	0114/18	Registro de Preços para aquisição de poltronas.	559.928,78	Revogada	Revogada
PP 015/18	0139/18	Registro de Preços para aquisição de equipamentos destinados ao Circuito Fechado de Televisão - CFTV.	65.498,58	62.875,00	4,01%
PP 016/18	0192/18	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	145.455,90	140.024,20	3,73%

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.2.2 – Detalhamento dos Procedimentos Licitatórios 2018

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PP 017/18	0142/18	Registro de Preços para aquisição de materiais de manutenção.	111.224,82	90.378,55	18,74%
PE 018/18	0169/18	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres e acessórios.	451.484,25	310.051,20	31,33%
PE 019/18	0182/18	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática.	216.865,60	122.458,95	43,53%
PP 020/18	0204/18	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	144.637,14	142.564,00	1,43%
PE 021/18	0163/18	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática.	3.246.139,00	2.514.141,00	22,55%
PP 022/18	0202/18	Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na cidade de Palmas-TO, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.	179.515,68	148.000,00	17,56%
PP 023/18	0179/18	Registro de Preços para aquisição de materiais e ferramentas de manutenção elétrica.	123.002,64	108.880,05	11,48%
PP 024/18	0230/18	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação de assentos, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	199.800,00 25% de desconto sobre o valor da tarifa de passagens nacionais e internacionais, excluída a taxa de embarque).		
			1,83%	25,00%	23,17%
P.P 025/18	0281/18	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	19.637,90	18.445,00	6,07%
PP 026/18	0295/18	Registro de Preços para aquisição de poltronas.	459.687,78	365.662,00	20,45%
PP 027/18	0251/18	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, confecção de materiais gráficos e comunicação visual.	216.547,00	196.414,00	9,30%
PP 028/18	0183/18	Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para o setor de saúde.	23.332,33	22.570,30	3,27%
PP 029/18	0302/18	Contratação de empresa especializada na prestação de	266.836,20	226.800,00	15,00%

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.2.2 – Detalhamento dos Procedimentos Licitatórios 2018

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		serviços continuados de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, e operacionalização diária do sistema de ar-condicionado central e seus aparelhos integrantes e dos demais aparelhos condicionadores de ar do tipo split.			
PP 030/18	0358/18	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	104.664,15	92.646,54	11,48%
PP 031/18	0370/18	Aquisição de aparelhos telefônicos headset.	1.716,70	1.645,00	4,18%
PP 032/18	0383/18	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	8.230,00	8.200,00	0,36%
PP 033/18	0337/18	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e ensino.	81.435,19	78.189,94	3,99%
PP 034/18	0394/18	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	29.752,30	18.899,80	36,48%
PP 035/18	0406/18	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	942.725,52	887.249,04	5,88%
PP 036/18	0372/18	Registro de Preços para aquisição de tapetes capachos personalizados e vulcanizados.	25.508,30	Deserta	Deserta
PE 037/18	0316/18	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	4.736.830,24	Em andamento	Em andamento
PE 038/18	0310/18	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e materiais de Informática.	885.028,93	Em andamento	Em andamento
PP 039/18	0418/18	Registro de Preços para aquisição de filtros/refis para purificadores de água.	13.897,30	8.050,00	42,08%
PE 040/18	0375/18	Registro de Preços para aquisição de licenças de softwares.	61.872,40	Em andamento	Em andamento
PP 041/18	0318/18	Contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços de processamento dos pagamentos de salários e similares aos integrantes da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins (PGJ) e seus dependentes.	45.731,40	Deserta	Deserta
PP 042/18	0396/18	Contratação de empresa para prestação de serviços de produção de clipping jornalístico online, com	78.063,96	59.880,00	23,29%

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.2.2 – Detalhamento dos Procedimentos Licitatórios 2018

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo de temas de interesse do MPE/TO.			
PP 043/18	0339/18	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	16.848,99	16.630,00	1,30%
PP 044/18	0458/18	Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos.	21.969,40	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 17/12/18
PP 045/18	0459/18	Registro de Preços para aquisição de lixeiras externas.	5.635,00	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 17/12/18
<b>Concorrências</b>					
CC 001/18	0113/18	Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do prédio sede do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas – TO.	1.388.353,83	1.329.000,00	4,28%
CC 002/18	0451/18	Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da cobertura do estacionamento do prédio sede do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas – TO.	92.026,80	86.023,40	6,52%
<b>Concursos</b>					
RG 001/18	0133/18	3º Prêmio MPE/TO de Jornalismo, por meio da seleção técnica de trabalhos inscritos em cinco categorias: Jornalismo Impresso, Radiojornalismo, Telejornalismo, Webjornalismo e Fotojornalismo.	Valor Total da Premiação		
					24.000,00

Legenda: PP – Pregão Presencial; PE – Pregão Eletrônico; CC – Concorrência; RG – Regulamento  
Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Dessa forma, o volume licitado referente ao exercício 2018 é de aproximadamente 14.723.991,48, considerando os valores estimados dos pregões que se encontram em fase de divulgação do Edital.

Tabela 5.8.2.3 – Montante Licitado 2018, em (R\$)

Modalidade	Valor licitado (R\$)	Valor a licitar (R\$)	Total (R\$)
Concorrência	1.415.023,40	-	1.415.023,40
Pregão Presencial - Tradicional	533.255,00	-	533.255,00
Pregão Presencial - SRP	3.273.229,43	27.604,40	3.300.833,83



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Pregão Eletrônico - Tradicional	116.868,72	-	116.868,72
Pregão Eletrônico - SRP	3.650.278,96	5.683.731,57	9.334.010,53
Concurso	24.000,00	-	24.000,00
<b>Total</b>	<b>9.012.655,51</b>	<b>5.711.335,97</b>	<b>14.723.991,48</b>

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2018 foram formalizadas 83 Atas de Registro de Preços objetivando: serviços de passagens aéreas; aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de placas em geral; aquisição de tokens USB e emissão de certificados digitais; aquisição de tóneres e acessórios; aquisição de materiais de expediente; aquisição de persianas; aquisição de materiais odontológicos; aquisição de condicionadores de ar; aquisição de materiais para o Projeto Recicla MP; aquisição de peças e serviços para o sistema de refrigeração central; serviços de buffet; equipamentos de CFTV; aquisição de equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; aquisição de materiais de manutenção em geral; aquisição de equipamentos, softwares e materiais de Informática; aquisição de aparelhos telefônicos; aquisição de materiais e equipamentos para o setor de saúde; serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual; aquisição de mobiliários; aquisição de tintas e materiais para pintura; serviços de hospedagem e alimentação; e aquisição de purificadores de água e filtros/refis.

Em 2018, a PGJ/TO realizou 01 adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) para aquisição de dois notebooks: ARP do Pregão Eletrônico nº 066/2018, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, gerenciada pela Superintendência de Compras e Central de Licitações da Secretaria da Fazenda. Em contrapartida, autorizou 35 pedidos de adesão “caronas” às ARPs, solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Quadro 5.8.2.2 – Autorizações de adesão às Atas de Registro de Preços (ARP), em 2018

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
01	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 054/2017	Secretaria Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Jaboatão dos Guararapes – PE
02	0092/17	Aquisição de veículos.	ARP nº 019/2017	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe
03	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 052/2017	Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO
04	0488/16	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais	ARP nº 008/2017	Agência Tocantinense de Saneamento – ATS

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.2.2 – Autorizações de adesão às Atas de Registro de Preços (ARP), em 2018

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
		serviços de estrutura e acabamentos.		
05	0171/17	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 073/2017	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
06	0488/16	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	ARP nº 008/2017	Câmara Municipal de Palmas – TO
07	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 054/2017	Ministério Público do Estado de Rondônia
08	0426/17	Prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	ARP nº 091/2017	Fundação Municipal da Infância e Juventude de Palmas – TO
09	0427/17	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	ARP nº 001/2018	Controladoria Geral do Estado do Tocantins – CGE
10	0391/17	Aquisição de materiais de higiene/limpeza e materiais para copa cozinha.	ARP nº 002/2018	Subprefeitura da Região Sul do Município de Palmas – TO
11	0171/17	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 073/2017	Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins – SESA
12	0427/17	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	ARP nº 001/2018	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
13	0185/17	Prestação de serviços de buffet.	ARP nº 021/2017	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
14	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 053/2017	Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís/MA – IPAM
15	0466/17	Aquisição de placas de identificação em pvc.	ARP nº 004/2018	Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO
16	0466/17	Aquisição de placas em alumínio, placas em inox escovado, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, mastros, entre outros.	ARP nº 006/2018	Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Tocantins – DETRAN/TO
17	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 053/2017	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV
18	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 052/2017	SANEAGO
19	0103/17	Aquisição de mobiliários – poltronas.	ARP nº 018/2017	Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS
20	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 053/2017	Instituto de Previdência e Assistência do Município de São Luís/MA – IPAM
21	0427/17	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	ARP nº 001/2018	Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TERRAPALMAS
22	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 054/2017	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
23	0245/17	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	ARP nº 048/2017	Secretaria Municipal de Finanças de Palmas – TO
24	0245/17	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	ARP nº 049/2017	Secretaria Municipal de Finanças de Palmas – TO
25	0245/17	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	ARP nº 050/2017	Secretaria Municipal de Finanças de Palmas – TO
26	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 052/2017	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.2.2 – Autorizações de adesão às Atas de Registro de Preços (ARP), em 2018

Item	Nº Processo	Objeto	Nº ARP	Órgão Adeso
27	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 053/2017	Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe – ITPS
28	0171/17	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 073/2017	Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins – SESAU
29	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 056/2017	Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – SECAD
30	0427/17	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	ARP nº 001/2018	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura do Estado do Tocantins
31	0253/17	Aquisição de suprimentos de Informática.	ARP nº 081/2017	Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT
32	0194/17	Aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	ARP nº 053/2017	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE
33	0171/17	Aquisição de mobiliários.	ARP nº 073/2017	Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins – SESAU
34	0163/18	Aquisição de equipamentos de Informática.	ARP nº 067/2018	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais
35	0142/18	Aquisição de materiais de manutenção.	ARP nº 032/2018	Secretaria-Geral de Governo do Tocantins

Fonte: Departamento de Licitações

Tabela 5.8.2.4 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP em 2018

Tipo	Quantidade
Atas de Registro de Preços (ARP)	83
Adesões a ARP	01
Caronas cedidas de ARP	35

Fonte: Departamento de Licitações

Tabela 5.8.2.5 – Contratos e Termos Aditivos Firmados 2018

Tipo	Quantidade
Contratos firmados	126
Termos aditivos	52

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2018, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 132 contratos vigentes, dos quais 126 foram firmados em 2018, bem como das 178 Atas de Registro de Preços vigentes, das quais 83 foram firmadas em 2018. Enfatiza-se que em 2018 foram ajustados 52 aditivos, incluídos neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sedes de Promotorias no Interior. Atribuições estas a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos, cujos pagamentos são mensais.

A Tabela 5.8.2.6 relaciona os 22 contratos de locação de imóveis 2018 que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, com exceção do contrato de aluguel do depósito em Palmas-TO, sendo despendido, no exercício, o valor total mensal de R\$ 36.890,88.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.2.6 – Contratos de locação de imóveis 2018, em (R\$)

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor Mensal (R\$)
1	010/2008	Formoso do Araguaia-TO	1.142,61
2	021/2008	Colméia-TO	1.162,97
3	004/2009	Wanderlândia-TO	1.351,05
4	024/2009	Cristalândia-TO	1.973,10
5	033/2009	Itaguatins-TO	1.476,56
6	038/2009	Ponte Alta do Tocantins-TO	1.350,77
7	039/2009	Tocantínia-TO	1.371,72
8	003/2010	Araguaçu-TO	1.613,37
9	010/2010	Novo Acordo-TO	1.201,69
10	021/2010	Xambioá-TO	1.220,47
11	022/2011	Arapoema-TO	1.133,09
12	103/2013	Ananás-TO	1.840,47
13	022/2015	Axixá-TO	1.747,95
14	026/2015	Itacajá-TO	1.188,27
15	042/2015	Palmas-TO (Depósito)	5.479,67
16	044/2015	Goiatins-TO	1.193,36
17	009/2016	Almas-TO	924,62
18	046/2016	Aurora-TO	1.007,82
19	012/2017	Alvorada-TO	2.104,20
20	011/2018	Araguacema-TO	1.000,00
21	040/2017	Pium-TO	1.407,12
22	061/2018	Araguatins-TO	4.000,00
<b>Total</b>			<b>36.890,88</b>

Fonte: Departamento de Licitações

### 5.8.3. Departamento de Planejamento e Gestão

O Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) é responsável por elaborar, planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e gestão orçamentária, no âmbito do MPE/TO. Ao Deplan compete, também, acompanhar e controlar a execução dos projetos e convênios, com suas respectivas prestações de contas, sendo responsável ainda por planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento de planos, programas e projetos, de duração anual e plurianual.

Quadro 5.8.3.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2018

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
1	Segundo Termo Aditivo – Prorrogação de Prazo. Implementar um laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro no MPE/TO nos moldes dos laboratórios desenvolvidos pelo DRCI/SNJ (LAB-LD), mediante a capacitação e treinamento de servidores e colaboradores lotados no MPE/TO.	Combater a criminalidade	01/01/17	31/12/19	Ministério da Justiça



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.3.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2018

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Convenente
2	Segundo Termo Aditivo de Prazo – Prorrogar por 12 meses	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	30/09/18	30/09/19	Ministério Público Estadual do RJ
3	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	01/01/16	01/01/21	Governo do Estado de Goiás
4	Dotar o MPE/TO de infraestrutura necessária para o suporte ao processo de virtualização e modernização, bem como melhorar o processo de segurança da informação.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	30/12/16	28/12/18	Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
5	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	20/06/18	19/06/23	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins LTDA – COOPERAN.
6	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, pelo PERMITENTE, em favor do PERMISSIONÁRIO, da área de 26,77 m², exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, localizada no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Avenida LO-04, Conj. 01, lotes 5/6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, em Palmas/TO.	Garantir estrutura física adequada	12/12/18	11/12/23	Banco Bradesco S/A.
7	A Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por Associações e Organizações criminosas.	Combater a criminalidade	04/04/18	03/04/21	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
8	1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Operacional de Intercâmbio Científico, Educacional, Cultural e Tecnológico visando	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	09/08/18	08/08/21	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
9	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MPE/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	08/02/18	07/02/20	Defensoria Pública do Estado do Amazonas

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.3.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2018

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
10	Estabelecer parcerias entre os órgãos e Instituições signatárias, objetivando o desenvolvimento de estratégias e ações para oportunizar a oferta de programas de aprendizagem e qualificação profissional com vista ao desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que estejam em acolhimento institucional e familiar, em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos e em situação de trabalho infantil, em todo o Estado do Tocantins.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	10/05/18	09/05/20	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Ministério Público do Trabalho do Tocantins, Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça, Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do TO, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do TO, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – DR/TO, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do TO, Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), Centro de Integração Empresa–Escola (CIEE) da Unidade de Palmas/TO
11	Adesão do MPE/TO ao Acordo de Cooperação celebrado entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MPE/TO	Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	18/05/18	17/05/23	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR
12	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	11/04/18	10/04/23	Prefeitura Municipal de Campos Lindos
13	Autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do servidor/membro, relativo à contribuição voluntária a título de doação, em favor da FUNDAÇÃO PIO XII - HOSPITAL DE AMOR - FILIAL PALMAS - TO, destinada exclusivamente a auxiliar na construção do Hospital de Amor, reconhecido nacionalmente no tratamento de câncer (Hospital do Câncer de Barretos), nesta cidade de Palmas-TO.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	19/06/18	18/06/21	Fundação Pio XII - Hospital de Câncer de Barretos – Filial Palmas

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.3.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2018

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Convenente
14	Estreitamento do relacionamento institucional, de modo a oportunizar o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência suplementar à saúde, com a finalidade de identificação de problemas do mercado de saúde suplementar, a ampla cooperação técnica e científica, no âmbito do mercado de assistência suplementar à saúde, promover uma atuação integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, estimulando a resolução de conflitos de forma amigável e o intercâmbio de informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória pela ANS e reduzir demandas judiciais relacionadas à saúde suplementar, e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e regulação do mercado de saúde suplementar, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei 8.666/93.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	25/05/18	24/05/20	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
15	Implementação do Projeto Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Reforma Política e Democracia no Estado do Tocantins	Exigir o respeito aos direitos humanos residuais	09/04/18	08/12/19	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA/TO
16	Termo de Cessão de Uso do Sistema Guardião e outros bens moveis da Polícia Militar do Estado do TO ao MPE/TO	Garantir a segurança institucional	17/05/18	16/05/20	Polícia Militar do Estado do TO
17	Regulamentar a cessão em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias	Ampliar parcerias estratégicas	17/04/18	16/04/23	Assembleia Legislativa do Estado do TO
18	Concessão de empréstimos e financiamentos pela Financeira Alfa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (FINANCEIRA), aos Membros e Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ - TO), mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.	Ampliar parcerias estratégicas	05/07/18	04/07/23	Financeira ALFA S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.3.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2018

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
19	Utilizar o Sistema VIABILLIZE.	Ampliar parcerias estratégicas	30/05/18	29/05/19	Mota.Com Informática e Sistemas Ltda.
20	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MPE/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	18/05/18	17/05/20	Câmara Municipal de Palmas
21	Conjugar esforços visando dar efetividade na implantação da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	07/06/18	06/06/20	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, MPE/TO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Natureza do Tocantins, Associação Tocantinense de Município, União dos vereadores do Estado do Tocantins.
22	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Ampliar parcerias estratégicas	14/06/18	13/06/19	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, MPE/TO, Justiça Federal de Primeiro Grau no Tocantins.
23	Adesão do MPE/TO ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, visando ao estabelecimento da Cooperação entre o MMA, tendo o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	16/11/18	Indeterminada	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
24	Elaboração de estudos, pareceres, relatórios, propostas técnicas e atividades de capacitação em parceria, associados às áreas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Energia e Tecnologia da Informação em processos de elevado interesse público.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	13/12/18	12/12/20	UFT



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.3.1- Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2018

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
25	Cessão de software Athenas, criado pelo MPE/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	03/12/18	02/12/23	Prefeitura Municipal de Gurupi – TO
26	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/18	01/12/23	Ministério Público do Estado do Goiás
27	Incluir o MPE/TO como entidade concedente de aprendizagem prática, além da Prefeitura de Porto Nacional.	Atuar na defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente	06/11/18	Indeterminada	RENAPSI /TABOCAS.SA

Fonte: Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias|Convênios / Departamento de Planejamento e Gestão.

### 5.8.4. Departamento de Finanças e Contabilidade

O Departamento de Finanças e Contabilidade é responsável por coordenar, orientar e supervisionar a execução orçamentaria, financeira e efetuar os registros contábeis da Procuradoria-Geral de Justiça, fornecendo informações para a tomada de decisões e controle, por parte da direção da Instituição.

O Departamento de Finanças e Contabilidade compreende:

- a) Área de Execução Orçamentária/Financeira; e
- b) Área de Contabilidade.

Abaixo, os valores da execução orçamentária de 2018, por modalidade.

Tabela 5.8.4.1 – Execução Orçamentária, por Modalidade de Despesa, em 2018, em (R\$).

Modalidade	Valor
Concorrência	1.456.124,95
Concurso	24.000,00
Pregão	13.628.820,24
Dispensa de Licitação	1.722.826,94
Inexigibilidades	232.558,94
Suprimento de Fundos	30.357,86
Não se aplica	177.646.421,81
<b>Total</b>	<b>194.741.110,74</b>

Fonte: Siafe-TO

### 5.8.5. Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.5.1 – Carreira de Apoio do MPE/TO, em 31/12/2018

Nível Funcional	Existente 2017*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**	Existente 2018*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**	Var (%)***
AME – Analista Ministerial Especializado	64	55	63	58	5,45
AMI – Analista Ministerial	153	141	148	136	-3,55
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	17	18	17	0,0
AXM – Auxiliar Ministerial	12	11	12	11	0,0
MOP – Motorista Profissional	20	20	20	20	0,0
MOT - Motorista	06	05	06	05	0,0
OFD – Oficial de Diligências	29	29	29	29	0,0
TCM – Técnico Ministerial	134	121	130	120	-1,47
TME – Técnico Ministerial Especializado	33	31	32	31	0,0
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>430</b>	<b>458</b>	<b>427</b>	<b>-0,70</b>

\* Considerados todos os servidores do quadro.

\*\* Excluídos servidores cedidos, afastados e licenciados, exceto por motivo de saúde, maternidade e doença na família.

\*\*\* Comparando-se o quadro de existentes.

Legenda: AMI – Analista Ministerial; AME – Analista Ministerial Especializado; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial; TME – Técnico Ministerial Especializado.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

O Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento tem a finalidade de coordenar, supervisionar, orientar e executar as atividades de registro funcional e folhas de pagamento, promover e assistir à saúde, valorizar pessoas e prestar atendimento previdenciário a membros e servidores, inclusive seus dependentes e executar atividades inerentes à gestão de pessoal no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça.

O Departamento é dividido em cinco áreas:

- a) Área de Processamento de Folha de Pagamento;
- b) Área de Registro Funcional;
- c) Área de Valorização de Pessoas;
- d) Área de Promoção e Assistência à Saúde; e,
- e) Área Previdenciária.

O Quadro de Pessoal dos Órgãos Auxiliares do MPE/TO é composto pelos cargos de provimento efetivo, demonstrados nas tabelas a seguir, que detalha as situações que alteram a força de trabalho desta Instituição.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

A tabela 5.8.5.1 demonstra, ao final do exercício de 2018, que o MPE/TO contava com 427, servidores lotados nas áreas de apoio e finalística. Além de servidores efetivos, a força de trabalho é composta por servidores comissionados e requisitados de outros órgãos da administração pública.

O Quadro de Pessoal do MPE/TO, como pode ser notado, é ainda heterogêneo, uma vez que é composto por servidores de carreira vinculados ao órgão, servidores requisitados de outros órgãos e esferas, além de servidores sem vínculo com a Administração.

Em relação à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; via cargo em comissão; via cessão e as baixas, por exoneração ou inatividade, comprovam a redução na força de trabalho do MPE/TO, com um saldo negativo de 19 integrantes, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.8.5.2 – Movimentação de membros e servidores, em 2018.

Nível Funcional	Existente 31/12/2017	Movimentação					Existente 31/12/2018
		Nomeado	Exonerado	Aposentado/ Falecido	Promovido	Cedido/ Licenc.	
Procuradores	12	-	-	01	01	01	12
Promotores	109	03	01	01	-	01	110
Servidores	469	-	06	04	-	31	458
Comissionados	80	17	21	-	-	-	76
Requisitados	62	07	12	-	-	-	57
<b>Total</b>	<b>732</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>06</b>	<b>01</b>	<b>33</b>	<b>713</b>

\* Incluídos os Cedidos/Licenciados

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Assim, a movimentação e rotatividade dos servidores do MPE/TO é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: *turn over*. Ele mede a entrada e saída dos servidores da Instituição por quaisquer motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal, o MPE/TO tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio de valorização de seu quadro de pessoal, o que tem apresentado excelentes resultados, como pode ser observado na tabela a seguir, que detalha a movimentação de servidores e membros no período de 2010 e 2018:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.5.3 – Comparativo de movimentação de servidores e membros 2009 – 2018.

Descrição	Ano, em Quantidade								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Posse	102	22	63	33	39	16	28	04	04
Exoneração/Inatividade*	27	17	20	25	27	12	07	05	13
Turn over**	12,67	3,79	7,48	5,17	5,76	2,59	2,93	0,76	1,47
<b>Total de Servidores</b>	<b>509</b>	<b>514</b>	<b>555</b>	<b>561</b>	<b>545</b>	<b>541</b>	<b>597</b>	<b>590</b>	<b>580</b>

\* Consideradas as exonerações, aposentadorias e falecimentos.

\*\* A fórmula de Turn over utilizada é: ((Admissões + Desligamentos) / 2) / n° membros e servidores efetivos desligados.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Quanto ao grau de escolaridade e formação, os dados apresentados ao longo da tabela 5.8.5.4 indicam um amadurecimento do MPE/TO. O atual quadro da Instituição indica uma evolução no sentido da profissionalização do serviço público, em que os servidores são mais escolarizados.

Tabela 5.8.5.4 – Distribuição de Servidores Efetivos Existentes, por Nível de Escolaridade 2010 – 2018

Nível de Escolaridade	Ano, em Quantidade								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Fundamental	37	37	37	37	37	37	37	36	36
Médio	158	152	180	190	197	199	218	216	211
Superior Completo	192	202	220	221	221	218	221	217	211
<b>Total</b>	<b>387</b>	<b>391</b>	<b>437</b>	<b>448</b>	<b>455</b>	<b>454</b>	<b>476</b>	<b>469</b>	<b>459</b>

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Por outro lado, ainda há desafios a serem superados no plano da gestão de recursos humanos, tais como a implantação da gestão por competências no âmbito do MPE/TO. Muitos órgãos adotam a gestão por competências com o objetivo de melhorar a eficiência, eficácia, qualidade dos serviços prestados, desenvolvimento permanente e melhora da qualidade de vida dos servidores.

Em relação à remuneração dos servidores, observa-se que, nos últimos anos, o MPE/TO tem concedido reajustes salariais anuais, visando evitar perdas em decorrência da inflação e proporcionar também ganhos reais aos integrantes do quadro auxiliar.

Nessa perspectiva, foi enviada e aprovada a proposta de reajuste na ordem de 2,07%, percentual correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre os meses de janeiro e dezembro de 2017.





## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Apresenta-se, abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2010 a 2018, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.8.5.5 – Reajustes Anuais dos Servidores de 2010 a 2018 (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2010	Maio	5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67
2016		11,08	11,08
2017		6,58	6,57
2018		2,07	2,07

\* Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

\*\* Aprovação do novo PCCR.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Segue, abaixo, o comparativo de despesa com pessoal versus receita corrente líquida relativo aos anos de 2010 a 2018:

Tabela 5.8.5.6 – Evolução de Despesa de Pessoal 2010-2018.

Ano	Valor da Folha, em (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2010	67.867	-	1,75
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.110	16,62	1,63
2015	119.040	13,12	1,83
2016	121.161	1,78	1,66
2017	134.679	11,16	1,87
2018	139.589	3,65	1,94

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, citando Departamento Contabilidade e Finanças.

A Área de Saúde do MPE/TO realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionada ao trabalho. As atividades realizadas em prol da saúde dos servidores e membros do MPE/TO visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Este conjunto de ações vem atender ao objetivo estratégico “Garantir Clima Organizacional Favorável”, visando promover um ambiente seguro e saudável para membros e servidores, além de incentivar e oportunizar a participação em atividades que atendem a este objetivo.

Dessa forma, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MPE/TO.

As ações relacionadas à prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde implementadas no período de 2012 a 2018 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 5.8.5.7 – Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2012/2018 (em unid.)

Tipo	Ano, em Quantidade						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Acupuntura	06	-	-	-	602	-	-
Aferição de pressão arterial	109	238	394	438	189	202	183
Análise do ambiente de trabalho	-	140	108	5	15	21	51
Atividades enfermagem prevenção/DST	-	1.178	1.625	1.879	1.800	1.008	1.203
Atividades odontológicas de prevenção	278	-	-	-	153	-	-
Balance	-	-	07	-	-	-	-
Bioimpedância	-	-	-	-	-	202	-
Cálculo de índice de massa corpórea	109	206	305	263	149	202	174
Cuidados faciais	56	41	85	119	43	26	37
Dança – Zumba	10	-	06	-	-	-	-
Curso Educação Alimentar (Cozinha Brasil)	-	-	-	56	-	-	-
Demonstração de alimentação saudável	-	-	-	200	250	-	-
Dinâmica de relaxamento	13	10	10	-	20	-	-
Exercícios	-	30	-	-	-	-	-
Frequência cardíaca	-	-	-	-	-	202	-
Ginástica Laboral/ Grupo de Vivências Corporais	2.560	2.048	-	26	373	544	448
Imunização-Vacinas	-	353	360	358	24	223	210
Ioga	12	22	22	-	25	-	-
Jump	05	-	-	-	-	-	-
Maquiagem	51	-	-	-	10	-	11

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.5.7 – Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2012/2018 (em unid.)

Tipo	Ano, em Quantidade						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Massagem corporal	51	44	82	90	34	49	64
Medidas da circunferência abdominal	109	206	305	62	149	202	91
Muay Thai	09	-	-	-	-	-	-
Oficinas e palestras	-	-	-	-	-	358	286 <sup>13</sup>
Orientações com nutricionista	33	-	-	-	-	-	-
Orientação ergonômica	-	-	108	5	15	21	65
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12	-	-	-	-	-	-
Pilates	-	16	-	-	-	-	-
Saturação de oxigênio	-	-	-	-	-	202	-
Shiatsu terapia	22	-	-	-	-	-	-
Verificação de glicemia	109	220	389	403	147	202	345
Workshop	-	-	97	35	66	-	-
<b>Total</b>	<b>3.554</b>	<b>4.726</b>	<b>3.903</b>	<b>3.939</b>	<b>3.911</b>	<b>3.664</b>	<b>3.168</b>

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

As ações desenvolvidas na área de saúde amparam-se em abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de produção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades.

No decorrer de 2018, foram realizadas diversas ações para a promoção da saúde do servidor, mediante oferta de serviços como verificação de pressão arterial, dosagem de glicemia capilar, medida do índice de biomassa corporal (IMC), peso, altura e Bioimpedância. A seguir, um comparativo de atendimentos relativos aos anos de 2012 a 2018:

Tabela 5.8.5.8 – Comparativo de Atendimentos – 2012/2018, em (unid.)

Especialidade/Ação	Ano, em Quantidade						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Enfermagem	1.357	1.586	1.347	1.689	3.007	1.449	1.774
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	-	45	39	123	82	41	39
Fisioterapia	1.260	1.322	646	1.180	1.209	1.181	1.134
Médica	962	1.487	1.058	1.064	1.053	1.025	976
Odontologia	805	785	631	909	701	662	955

<sup>13</sup> Participantes

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.5.8 – Comparativo de Atendimentos – 2012/2018, em (unid.)

Especialidade/Ação	Ano, em Quantidade						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Psicologia	29	45	19	82	74	254	345
Visitas técnicas – Enfermagem	10	02	01	-	-	-	8
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	03	-	-	-	01
Visitas técnicas – Médica	08	75	02	-	-	-	-
Visitas técnicas – Psicologia	17	-	02	06	01	-	16
Perícias médicas	04	06	-	05	-	-	09
Pareceres médicos	04	96	-	-	-	-	411
Pareceres Fisioterapêuticos	-	-	-	-	03	-	-
Atendimento em Grupo - Psicologia	-	-	-	-	22	69	-
Junta Médica Oficial do Estado – Perícias Médicas – a partir de abril de 2016.	-	-	-	-	241	474	-
<b>Total</b>	<b>4.456</b>	<b>5.426</b>	<b>3.748</b>	<b>5.058</b>	<b>6.393</b>	<b>5.155</b>	<b>5.668</b>

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

A abertura da Semana da Saúde marcou a estreia do coral MP emCanto, que une as vozes de 36 integrantes do MPE/TO, sob a regência da maestrina Valéria Mitt. A iniciativa de implantar o coral foi da Assessoria de Cerimonial, com o objetivo de valorizar os membros e servidores do MPE/TO. O grupo, que iniciou os ensaios em maio de 2018, cantou três músicas nesta apresentação inicial: A Orquestra (domínio público); Canten Señores Cantores (folclore argentino); e Agradeço a Ti, Senhor (melodia tradicional alemã).

A primeira atividade da Semana da Saúde foi a palestra proferida pelo Procurador-Geral de Justiça, de caráter motivacional. Ele falou de sua trajetória profissional para exemplificar que com planejamento, esforço e qualificação, é possível se diferenciar no ambiente de trabalho e superar desafios. Apresenta-se, a seguir, a programação da 9ª Semana da Saúde.

Quadro 5.8.5.1 - Programação da 9ª Semana da Saúde

Item	Atividades	Data
1	*Abertura: Palestra: Você é Único - José Omar de Almeida Junior	15/10/2018
	Pressão arterial, Glicemia, massagem, orientações – Farmácias Pague Menos	
	Cuidados faciais – Bioage - 10 vagas	
	Massagem relaxante (CEULP/ULBRA) - 20 vagas	
	Tai chi chuan	

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.5.1 - Programação da 9ª Semana da Saúde

Item	Atividades	Data
2	Vacinação (Febre amarela, dT, Hep B, Tríplice viral) Trazer cartão de vacina	16/10/2018
	Avaliação Postural e Funcional - 9 vagas	
	Workshop: Você, sua individualidade, trabalho e família - Virna Valéria	
	SPA dos pés – Nova cosméticos - Prioridade para os homens - 12 vagas	
	Workshop: Suporte Básico de Vida – Karlla de Sousa Luz – Enfermeira Socorrista - SAMU	
	Cuidados faciais – Bioage/ CEULP/ULBRA - 30 vagas	
3	Avaliação Postural e Funcional - 9 vagas	17/10/2018
	Oficina: Um polvo por amor	
	Pressão arterial, Glicemia, massagem, orientações – Farmácias Pague Menos	
	Workshop: AVC como se prevenir Marcio Antônio Sousa Figueiredo - Neurocirurgião	
	Cuidados faciais – Bioage - 10 vagas	
4	Avaliação Postural e Funcional - 9 vagas	18/10/2018
	Workshop: A Gestão Estratégica e o indivíduo: em busca da Qualidade de Vida no Trabalho – Juliano Correa da Silva – Psicólogo MPE/TO	
	Bioimpedância	
	Workshop: Oficina – Auto maquiagem – Nova cosméticos	
	Cuidados faciais – Bioage - 10 vagas	
5	*Palestra: O poder do entusiasmo e a valorização no serviço público - Adriana Magna Sousa da Silva Ramalho - Consultora empresarial na área de Gestão de Pessoas e Personal de Oratória	19/10/2018

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

### 5.8.6. Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

Para a consecução dos resultados para a sociedade e dos resultados institucionais contemplados pelo planejamento estratégico do MPE/TO, foram reservados no respectivo mapa estratégico dois campos especialmente destinados ao Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, norteado pelas seguintes metas: a) aprimorar e informatizar as rotinas administrativas; b) fortalecer o controle interno; c) aprimorar os processos de planejamento e gestão; d) aprimorar e informatizar as rotinas da área finalística; e) fornecer infraestrutura adequada para realização das atividades; e f) ter sistemas de tecnologia da informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas, que auxiliem no controle e na tomada de decisões.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.6.1 - Recursos humanos de TI no MPE/TO

Departamento / Área	Sigla	Tipo de contratação	Localidade	Quantidade
Chefia do Departamento de TI.	DMTI	Efetivo/Comissionado	Palmas	01
Área de Controle de Equipamento, Manutenção e Atendimento	ACEMA	Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	06
		Efetivo	Gurupi	01
		Efetivo	Araguaína	01
		Terceirizado	Palmas	00
Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas	ADS	Comissionado	Palmas	03
		Efetivos	Palmas	04
		À disposição	Palmas e TJTO	02
		Efetivo	TJTO	01
Área de Banco de Dados	ABD	Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	00
Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação	RTSI	Efetivo/Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	02
		À Disposição	Palmas	00
Área de Modernização e Inovação de TI	MITI	À Disposição	Palmas	01
<b>Total de Servidores em TI</b>				<b>25</b>
<b>Total de Servidores no DMTI</b>				<b>23</b>

Obs.: Os técnicos de TI de Araguaína e Gurupi não pertencem ao quadro do DMTI, os mesmos são lotados nas referidas comarcas e subordinados aos coordenadores de cada localidade.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI.

Tabela 5.8.6.1 - Processos, Contratos e Documentos Emitidos

Item	Descrição	Ano, em Quantidade			
		2015	2016	2017	2018
1	E-doc	785	1754	2482	3290
2	Memorandos	350	824	915	94
3	Ofícios	180	123	117	34
4	Despacho	137	110	170	53
5	Processos Administrativos	38	48	57	74
6	Contratos em vigência	25	34	41	47
7	Processos e Estudos	34	28	37	31
<b>Total</b>		<b>3.564</b>	<b>4.937</b>	<b>5.836</b>	<b>5.641</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.8.6.2 - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, em Quantidade							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
01	Computadores	83	80	189	75	04	106	16	52

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.6.2 - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, em Quantidade							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
02	Monitor LCD	82	80	378	174	-	216	32	104
03	Nobreaks	80	80	259	105	-	126	32	52
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01	-	-	-	-	-	-
05	Notebooks	0	120	0	0	0	0	0	120
06	Estabilizadores	60	40	68	40	-	11	10	25
07	Impressora a laser	41	03	-	-	-	-	-	25
08	Impressora multifuncional	10	-	58	50	-	11	10	-
09	Scanner profissional	08	24	15	10	-	08	04	05
10	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02	-	-	04	02	04	10
11	Suporte monitor	-	-	264	100	-	-	-	-
12	Datashow	08	-	-	-	-	-	-	-
13	Servidores de rede	-	-	-	03	-	01	01	02
14	Servidores microtorre	-	-	-	12	-	-	-	-
15	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	-	01	-	-	01	-
16	Token	40	130	-	-	-	-	12	-
17	Unidade de backup robotizada	-	-	-	01	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>414</b>	<b>440</b>	<b>1231</b>	<b>571</b>	<b>8</b>	<b>481</b>	<b>122</b>	<b>395</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.8.6.3 - Situação Atual do Parque Tecnológico do MPE/TO

Item	Tipo de Equipamento	Tempo de Uso, em ano								Total
		0	1	2	3	4	5	6	> 6	
1	Multifuncionais	25	11	50	40	0	8	0	44	178
2	Computadores	52	70	98	100	115	107	18	199	759
3	Escâneres	5	8	11	16	0	30	8	21	99
4	Estabilizadores	25	11	39	93	0	82	0	180	430
5	Impressoras	0	4	0	8	10	43	13	192	270
6	Micros servidores	0	0	0	0	12	0	0	0	12
7	Monitores	104	216	178	257	130	110	2	335	1.332
8	Nobreaks	52	130	106	149	133	0	77	86	733
9	Notebooks	120	5	3	0	0	134	1	50	313
10	Projeter de imagem	0	3	0	0	0	0	1	9	13

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.6.3 - Situação Atual do Parque Tecnológico do MPE/TO

Item	Tipo de Equipamento	Tempo de Uso, em ano								Total
		0	1	2	3	4	5	6	> 6	
11	Servidores	3	0	3	0	1	0	0	7	14
12	Outros	0	0	0	5	0	69	9	150	233
13	Switches	10	13	22	3	4	0	6	50	108
<b>Total</b>		<b>396</b>	<b>471</b>	<b>510</b>	<b>671</b>	<b>405</b>	<b>583</b>	<b>135</b>	<b>1323</b>	<b>4.494</b>
<b>Percentual (%)</b>		<b>8,81</b>	<b>10,48</b>	<b>11,35</b>	<b>14,93</b>	<b>9,01</b>	<b>12,97</b>	<b>3,00</b>	<b>29,44</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI, Área de Patrimônio/Departamento Administrativo.

Tabela 5.8.6.4 - Principais Equipamentos Enviados para Baixa Patrimonial

Item	Descrição	Ano, em Quantidade	
		2017	2018
1	Computador	66	95
2	Monitor	68	126
3	Impressoras	22	41
4	Nobreaks	44	70
5	Notebooks	08	03
6	Escâner	10	08
<b>Total</b>		<b>218</b>	<b>343</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI, Área de Patrimônio/Departamento Administrativo.

Tabela 5.8.6.5 - Movimentações de equipamentos realizadas

Item	Descrição	Ano, em Quantidade	
		2017	2018
1	Computador	296	308
2	Monitor	473	493
3	Impressoras	134	152
4	Nobreaks	638	507
5	Notebooks	15	18
6	Escâner	34	31
<b>Total</b>		<b>1.590</b>	<b>1.509</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.8.6.5 - Quantitativo de atendimentos realizados

Ano, em Quantidade						
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2.815	3.069	3.121	3.233	3.809	3.748	4.547

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

O MPE/TO dispõe de diversos sistemas de informação que apoiam as suas atividades-fim e meio. Os sistemas de informação amparam a operação dos diversos órgãos da Instituição e frequentemente passam por melhorias, sejam evolutivas ou corretivas. Segue a lista dos sistemas e serviços, assim como sua finalidade, linguagem e banco de dados:

Quadro 5.8.6.2 - Principais Atividades de Análise e Desenvolvimento de Softwares

Item	Tipo	Descrição
1	Configurações	Atividades relacionadas à preparação de ambientes e servidores para suportar as aplicações desenvolvidas / implantadas pela Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados.
2	Estudos	Atividades relacionadas a estudos ligados a novos projetos ou implementações de alto impacto em nossos sistemas.
3	Funcionalidades	Atividades desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades disponibilizadas para nossos clientes.
4	Módulos	Atividades relacionadas à implementação de novos módulos de sistema.
5	Problemas	Atividades relacionadas à correção de problemas, de relatório ou de funcionalidade que esteja ocorrendo em nossos sistemas.
6	Processos	Atividades realizadas que possuem um fluxo e uma frequência já definida, tendo, esta, seu ciclo de vida estimado.
7	Relatórios	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes.
8	Reuniões	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes.
9	Suportes	Atividades relacionadas a suporte ao usuário, na utilização dos sistemas ou atualizações simples apresentadas como demandas pelos mesmos.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.8.6.6 - Atividades Realizadas em Desenvolvimento de Sistemas, em 2015 a 2018

Item	Tipo de atividades	Quantidade por ano			
		2015	2016	2017	2018
1	Configurações	-	3	11	17
2	Estudos	52	50	51	54
3	Funcionalidades	648	668	519	730
4	Módulos	-	4	1	1
5	Problemas	120	315	288	367
6	Processos	-	1	13	1
7	Relatórios	-	58	38	94
8	Reuniões	1	1	25	37
9	Suportes	73	73	102	226
<b>Total</b>		<b>894</b>	<b>1.173</b>	<b>1.048</b>	<b>1.527</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.6.7 - Quantitativo de Sistemas Mantidos, em 2018

Item	Descrição	Ano, em Quantidade
1	Sistemas próprios e implantados	50
2	Sistemas próprios em desenvolvimentos	9
3	Sistemas de terceiros cedidos ao MPE/TO	10
4	Sistemas aguardando desenvolvimento	27
<b>Total</b>		<b>96</b>

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também como parâmetro de controle. Atualmente, a definição de prioridades é determinada pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), conforme estabelece a Resolução CNMP nº 70 do CNMP. Descrevem-se, abaixo, projetos que se encontram na fila para aprovação do CETI e posterior desenvolvimento:

Quadro 5.8.6.3 - Projetos de Desenvolvimento de Sistemas em Andamento

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
1	Assinador Digital
2	Controle de Arquivo Geral
3	Virtualização de Processos Administrativos
4	Pesquisa textual no Athenas
5	Sistema de Pontuação de Membros para promoção
6	WIKIpédia do MPE/TO
7	Controle Médico
8	Gestão de Conhecimento
9	Desenvolvimento do Software de BI integrado a todos os sistemas
10	Gestão Acadêmico para o CESAF
11	Sistema de acompanhamento da atividade policial
12	Sistema de CAOMA
13	Atualização da AST e python
14	Demandas de RH levantadas pelo CNMP
15	Portal da transparência integrado com sistemas
16	Sistema de pregão eletrônico presencial
17	Integração e desenvolvimento das informações da corregedoria e CNMP – apenas quando concluído todo o extrajudicial e e-proc
18	Gestão de folha de frequência no ATHENAS, para controle de frequência e não precisar imprimir as folhas de pontos e melhorar o controle
19	Sistema de gestão de frotas
20	Agenda/lista telefônica online (estilo TJTO)
21	Sistema de controle de gastos com energia (necessário para construção do BI)

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.6.3 - Projetos de Desenvolvimento de Sistemas em Andamento

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
22	Sistema de controle de gastos com água (necessário para construção do BI)
23	Sistema de controle de gastos com telefone (necessário para construção do BI)
24	Sistema de controle do Arquivo Geral
25	GED e Temporalidade de documentos
26	Controle de homologações de promoções de arquivamento
27	Gestão de almoxarifado
28	Novo portal de transparência
29	Sessão virtual do conselho
30	Aplicativos mobile para a sociedade utilizar serviços do MPE/TO
31	Gestor de prontuários eletrônicos

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Além do desenvolvimento de softwares, o DMTI é responsável por atividades de gerenciamento dos bancos de dados. Estes são necessários para o adequado funcionamento dos sistemas. Entre as atividades relacionados ao tema, destacam-se em 2018:

- a) manutenção dos relatórios existentes;
- b) criação de mais de 90 tipos de novos relatórios para atender a todas as áreas do MPE/TO;
- c) migração do banco PostgreSQL 9.3 para o 10;
- d) replicação do banco PostgreSQL com 1 mestre e 2 escravos, para permitir um melhor desempenho do sistema ATHENAS e maior segurança quanto a manutenção de suas informações;
- e) início do estudo e a configuração do Pgpool para o pool de conexões do Athenas;
- f) atualização dos dados para corrigir inconsistências e eliminar duplicidades de informações.

De pouco serviriam os sistemas e bancos de dados, se não houver uma rede em que os pulsos eletrônicos pudessem trafegar. A seguir, apresenta-se algumas informações da de Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.6.8 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação - Enlace de dados (LINK)

Item	Enlace de Dados	Ano, em Quantidade	
		2017	2018
1	Links Internet de 2 Mbps - MPLS	42	38
2	Links Internet de 4 Mbps - MPLS	0	4
3	Links Internet de 8 Mbps - MPLS	6	6
4	Links Internet de 12 Mbps - MPLS	2	2
5	Links Internet de 16 Mbps - MPLS	0	0
6	Links Internet de 200 Mbps – Link Dedicado	1	1
7	Links Internet de 500 Mbps – Link Dedicado	0	0

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.8.6.9 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação – Ativos de Rede Gerenciados

Ativos de Redes	Ano, em Quantidade	
	2017	2018
Switches	70	70
Firewall	43	43
Access Point	52	52
Servidores de rede	19	16
Micro servidor de rede	12	12
Storages	3	2
Fitoteca de backup	1	1

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Quadro 5.8.6.4 - Principais Atividades Realizadas em 2018 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Migração e configuração do firewall NSA 4500 para o NSA 6500;
Instalação e configuração de servidores;
Instalação dos certificados digitais Letsencrypt: E-mail;
Instalação dos certificados digitais GlobalSign: 4 apps, 2 gws, Site, E-mail e Arquimedes, Itop Homologação e Produção;
Implementação de gerenciamento de usuários do samba 4;
Configuração/Atualização firmware e Ativação de 17 switches Alcatel;
Atualização de segurança dos servidores VMware ESXI 6.5.0 para correção de vulnerabilidade (Meltdown e Spectre) em processadores;
Participação na descrição do catálogo de serviços;
Auxílio na implementação de módulos do sistema ITOP;
Configuração de servidores para acesso ao glusters: jasperserver;
Instalação de 17 switches nos racks da PGJ;



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.6.4 - Principais Atividades Realizadas em 2018 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Atualização dos firmwares dos TZ Sonicwall das promotorias do interior;
Reinstalação do GMS devido a problemas na aplicação da nova licença.
Instalação e configuração do Veeam Backup.
Instalação de Switchs em Porto Nacional.
Upgrade do Zabbix (versão 3.0 para 3.4)
Configuração de TZ205 para Promotoria de Gurupi.
Upgrade GMS para versão 8.5.
Migração do servidor de arquivos para novo servidor samba 4.
Configuração de TZ205 para Promotoria de Araguaçu.
Configuração de vpn para acesso remoto (teletrabalho Gurupi) a rede interna.
Configuração do backup do graylog (mongodb/elasticsearch).
Upgrade tz's Almas, Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Araguatins, Arapoema, Arraiás, Augustinópolis, Aurora, Axixá, Colinas, Colmeia, Cistalândia, Dianópolis, Filadélfia, Formoso do Araguaia para versão 5.9.1.10 e criação de regra para priorização de tráfego para sistemas internos.
Configuração do Graylog para receber log do servidor de sistemas.
Alteração no script para inserir computadores no domínio para a distribuição versão 5.9.1.10-10
Instalação novos switchs nos racks.
Configuração de switch para instalação no anexo.
Instalação de servidores NFS para testes com athenas.
Alteração de configurações do Zabbix para acesso as novas OID do firewall.
Migração do banco de dados do OCS para uma nova base (Servidor mysql redes).
Criação de repositórios para o bacula e veeam na storage.
Criação de triggers para monitoramento de serviços através do zabbix (andamento).
Alteração da rotina de backup dos servidores do interior em dia diferente dos demais. Modificação para realizar mais backups simultâneos. Criação de rotina para armazenamento dos backups de banco de dados de forma permanente.
Migração da rede para Switch Core OS6900;
Instalação e Configuração Software de Administração da Rede Omnivista OS2500;
Elaboração dos Termos de Referência dos Equipamentos e Materiais da RTSI;
Migração da Rede do Vmware para dVS (Switch Virtual Distribuído);
Instalação dos Servidores de Processamento HP DL 360 GEN10 no Cluster VMWARE;
Configuração da Rede de Borda do Prédio da PGJ;
Levantamento dos custos para viabilidade de uma Solução VOIP.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

### 5.8.7. Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo se constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados as áreas de manutenção predial e suporte ao usuário. O

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

departamento tem um papel fundamental no desenvolvimento da Instituição pois é responsável por todas as atividades relacionadas ao bom funcionamento da estrutura física.

Dessa forma, tem a função de planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de apoio administrativo necessária ao funcionamento do MPE/TO, com ênfase na gestão de material e patrimônio, transportes, serviços gerais e manutenções, compras e contratos administrativos.

Destaca-se, ainda, por gerenciar todos os serviços que são prestados por empresas terceirizadas no âmbito do MPE/TO, como serviço de energia elétrica, fornecimento de água, manutenção e conservação dos ambientes físicos (internos e externos), bem como os serviços terceirizados de limpeza dos ambientes, recepção, telefonista, reprografia, manutenção predial, jardinagem, copa e vigilância armada.

O Departamento Administrativo possui a seguinte estrutura organizacional:

- a) Área de Patrimônio;
- b) Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;
- c) Área de Transportes;
- d) Área de Almoxarifado;
- e) Área de Compras;
- f) Área de Suporte de Serviços Administrativos.

A Área de Patrimônio – Departamento Administrativo tem dentre suas atribuições a gestão patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, que é realizada por meio da previsão, aquisição, afetação/tombamento, alocação e realocação de bens patrimoniais.

Durante o exercício de 2018, empreendemos esforços para atender às diversas demandas aportadas nesta Área, sempre pautados pelo objetivo estratégico de obter infraestrutura adequada que possibilitasse aos membros, servidores e à sociedade em geral, ambientes mais confortáveis.

Com o intuito de viabilizar as aquisições necessárias, foram realizados diversos procedimentos licitatórios via Pregão Presencial, que redundaram em Atas de Registro de Preços, as quais foram formatadas conforme as especificações dos bens a serem adquiridos:



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

SRP 015/2018, 016/2018 e 017/2018 – Aquisição de condicionadores de ar com instalação; SRP – 029/2018, 030/2018 e 080/2018 – Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha e SRP – 073/2018 – Aquisição de mobiliários.

Neste exercício, dentre as atividades desenvolvidas, destacamos a execução do projeto de adequação da infraestrutura mobiliária das promotorias de 1ª entrância e Araguaçu e a baixa de bens patrimoniais por irrecuperabilidade e obsolescência.

As aquisições realizadas durante este período buscaram suprir as necessidades de cada solicitação, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Órgão. Destacamos, entre os bens adquiridos, os seguintes: equipamentos de processamento de dados; utensílios domésticos e mobiliários em geral, sempre buscando proporcionar infraestrutura adequada aos membros, servidores e aos cidadãos.

Tabela 5.8.7.1 - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2018.

Especificações	Ano, em (R\$)		
	2016	2017	2018
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	40.146,00	-	370,00
Aparelhos, Equipam e Utensílios Médicos, Lab. e Hospitalares	348,00	1.295,60	4.900,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	277.942,15	22.939,45	139.288,92
Coleções, Materiais e Obras Bibliográficas	12.286,43	-	-
Máquinas e Equipamentos Gráficos	6.289,80	5.340,00	-
Equipamentos P/ Áudio, Vídeo e Foto	2.093,90	38.610,51	51.416,63
Equipamentos P/ Processamento de Dados	788.572,54	1.551.447,31	1.591.441,52
Máquinas e Utensílios P/ Escritório	2.690,00	-	-
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	624,00	861,19	5.650,00
Equipamentos Hidráulicos, Elétricos e Energéticos	3.410,00	3.100,00	9.999,60
Maquinas e Equip. p/ Construção Civil	0,00	298,30	-
Mobiliário em Geral	461.715,60	44.947,00	445.301,06
Aparelho de Medição e Orientação	1.372,66	-	-
Veículos de Tração Mecânica	789.937,91	-	411.200,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	-	8.099,80	-
Aparelhos e Instrumentos Téc. de Medição, Teste e Controle	-	3.000,00	-
Outros	-	-	12.457,90
<b>Total</b>	<b>2.387.428,99</b>	<b>1.679.939,16</b>	<b>2.672.025,63</b>

Fonte: Siae-TO, Área de Patrimônio / Departamento Administração

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Ao longo de 2018, foram executados ajustes e autuados diversos processos de regulação e baixa de bens patrimoniais.

Tabela 5.8.7.2 – Baixas Realizadas, em 2018

Item	Favorecido	Processo	Autorização	Número	Quantidade
1	Cooperan	083-2018-73	034/2018	001/2018	28
2	Cooperan	0078-2018-73	037/2018	002/2018	68
3	Cooperan	0078-2018-73	037/2018	003/2018	3
4	Fundação Municipal da Juventude de Palmas	118/2018	057/2018	004/2018	45
5	CT Almas	2017/0701/00291	017/2018	005/2018	7
6	IEASEA - Araguaçu	2017/0701/00288	038/2018	006/2018	18
7	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	119/2018	053/2018	007/2018	12
8	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	119/2018	053/2018	008/2018	2
9	CT Figueirópolis	2017/0701/00289	039/2018	009/2018	6
10	Secretaria Municipal da Assistência Social Araguacema-TO	2017/0701/00296	028/2018	010/2018	10
11	Prefeitura Municipal de Goiatins	2017/0701/00293	59/2018	013/2018	20
12	Prefeitura Municipal de Wanderlândia	2017/0701/00295	063/2018	014/2018	15
13	Prefeitura Municipal de Axiá	2017/0701/00292	61/2018	015/2018	13
14	Secretaria Municipal de Saúde - Itacajá-TO	2017/0701/00294		016/2018	18
15	Município de Mateiros	2017/0701/00299	076/2018	017/2018	21
16	Prefeitura Municipal de Tocantínia	2017/0701/00300	072/2018	018/2018	23
17	Prefeitura Municipal de Pium	2017/0701/00298	077/2018	019/2018	15
18	Prefeitura Municipal de Novo Acordo	2017/0701/00297	078/2018	020/2018	25
19	Furto	2012/0701/00117	068/2018	021/2018	1
20	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins e Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	439/2018-91	110/2018	022/2018	90
21	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	439/2018-91	110/2018	023/2018	8
22	Inservibilidade Registrado, em 28/11/2018	439/2018-91	111/2018	024/2018	185
23	Inservibilidade Registrado, em 18/10/2018	438/2018-91	A Definir	025/2018	1
24	Inservibilidade Registrado, em 28/11/2018	439/2018-91	111/2018	026/2018	12
25	Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça	455/2018-20	106/2018	027/2018	17
26	Inservibilidade Registrado, em 22/11/2018	455/2018-20	105/2018	028/2018	19
27	Mudança De Classificação Registrado Na Data 04/12/2018	480/2018-24	116/2018	029/2018	7
28	Mudança De Classificação, em 04/12/2018	480/2018-24	116/2018	030/2018	5
29	Alienação em favor de Edivaldo Gomes Mercedes	2016/0701/00221	Memo 0153/At/DA/PG J	031/2018	1
30	Alienação em favor de Tereza A. dos Santos Formação de Condutores Ltda-Me	2016/0701/00221	Memo 0153/At/DA/PG J	032/2018	1
31	Alienação em favor de Erasmo de Sousa Silva	2016/0701/00221	Memo 0153/At/DA/PG J	033/2018	1



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.7.2 – Baixas Realizadas, em 2018

Item	Favorecido	Processo	Autorização	Número	Quantidade
32	Alienação em favor de Gilbert Ferreira dos Santos	2016/0701/00221	Memo 0153/At/Da/Pgj	034/2018	1
33	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	0465/2018	113/2018	042/2018	11
34	Inservibilidade Registrada em 27/11/2018	498/2018	112-2018	043/2018	36

Fonte: Área de Patrimônio / Departamento Administrativo.

Tabela 5.8.7.3 – Comparativo de Despesas 2012 a 2018, em (R\$).

Descrição	Valor por Ano						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Energia elétrica	673.286,40	661.527,49	732.497,64	836.009,00	1.031.360,64	1.080.954,85	1.085.316,36
Locação de imóveis	228.736,20	358.853,35	262.219,41	444.441,00	529.948,20	379.480,68	369.370,06
Serv. de água e esgoto	77.743,17	85.869,43	88.882,86	105.534,00	114.621,88	165.292,69	128.772,32
Locação de Mão de Obra – Vigilância armada	-	2.942.996,07	3.098.757,87	2.917.266,74	2.564.091,92	3.007.042,85	2.515.836,28
Locação de Mão de Obra – Serviços de Limpeza e Conservação	2.900.252,25	3.122.949,73	3.521.908,74	2.149.651,00	4.143.143,72	4.452.392,93	4.039.083,63
Serviço de manutenção de ar-condicionado	129.814,26	128.340,00	117.645,00	138.124,00	139.050,00	249.467,73	150.566,08
Serv. de manutenção de elevadores	17.550,00	19.500,00	19.500,00	17.507,00	16.236,63	17.411,27	17.179,92
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	53.613,83	62.719,10	62.777,15	24.082,45
Serv. de postagens	142.288,17	170.057,58	156.289,77	151.238,00	142.650,89	157.493,86	139.342,42
Serv. de telefonia fixa	558.899,57	451.400,00	177.950,11	232.756,00	211.751,05	192.928,28	136.266,56
Serv. de telefonia móvel	24.058,95	15.500,00	11.636,04	16.550,00	15.468,70	58.999,34	45.198,46

Fonte: Sistema Sifae-TO, Área de Almoarifado / Departamento Administrativo

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoarifado, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.8.7.4 – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2013–2018, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ferramentas	-	-	-	15.785,85	1.884,27	1.497,65
Gêneros Alimentícios	125.794,84	74.288,41	63.451,00	23.215,00	46.284,97	51.644,73

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.7.4 – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2013–2018, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	11.331,25	27.156,46	21.437,00	52.320,74	12.490,00	57.962,89
Material p/ Comunicações	5.498,68	11.183,46	5.460,00	3.865,00	5.165,00	9.495,50
Material Elétrico e Eletrônico	-	-	-	44.956,07	18.191,80	64.010,38
Material de ar condicionado e embalagem	-	-	19.339,00	19.982,76	32.038,00	1.166,00
Materiais de Expediente e Ensino	84.987,96	96.841,12	87.925,00	100.707,68	133.990,36	53.045,62
Material de Processamento de Dados	-	-	-	14.656,35	27.777,52	312.255,14
Material de Copa e Cozinha	-	-	-	30.986,90	37.031,70	33.828,95
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	-	-	-	61.361,08	1.980,08	2.522,91
Material de Sinalização Visual e Outros	-	-	-	35.206,32	41.136,01	13.834,55
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	28.179,20
Outros Materiais de Consumo	61.488,97	103.671,51	103.750,00	120.143,52	106.368,19	144.586,46

Fonte: Sistema Siafe-TO, Área de Almoxarifado / Departamento Administrativo

Tabela 5.8.7.5 - Outras Despesas da Área de Manutenção em 2018.

Descrição	Valor, em(R\$)
Aquisição de Motores e Peças para Portão	R\$ 23.286,75
Fornecimento de Peças para o Chiller da PGJ em Palmas	R\$ 199.417,30
Aquisição de Placas de Identificação, placas p/ fachada, banner e adesivos	R\$ 17.002,50
Aquisição de Persianas	R\$ 6.332,78
Fornecimento de Gás	R\$ 4.259,00
Prestação de Serviço de Chaveiro e Fornecimento de Peças	R\$ 6.559,00
Diárias com Terceirizado	R\$ 99.753,05
Total	R\$ 982.352,89

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial / Departamento Administrativo.

Tabela 5.8.7.6 – Serviços de Limpeza, Higiene e Outros 2018, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
Artífice	05	24.236,40	6,75
Ajudante de artífice	03	8.431,38	2,35
Copeiro	06	16.641,95	4,63

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.7.6 – Serviços de Limpeza, Higiene e Outros 2018, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
Jardineiro	01	3.805,74	2,35
Recepcionista	27	84.673,89	23,58
Porteiro	09	28.329,42	7,89
Servente de Limpeza	64	184.332,78	51,34
Encarregado	01	4.921,54	1,74
Despesas com Diárias	-	100.246,95	-
<b>Total</b>		<b>359.058,37</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial / Departamento Administrativo.

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue o quadro 5.8.7.1 organizado em três partes: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao MPE/TO. A distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça é constituída por 42 imóveis em quarenta e três municípios do Estado do Tocantins.

Quadro 5.8.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2018.

Localidade	Situação
Almas-TO	2
Alvorada-TO	2
Ananás-TO	2
Araguacema-TO	2
Araguaçu-TO	2
Araguaína-TO	3
Araguatins-TO	2
Arapoema-TO	2
Arraias-TO	3
Augustinópolis-TO	3
Aurora do Tocantins-TO	2
Axixá-TO	2
Colinas do Tocantins-TO	3
Colméia-TO	2
Cristalândia-TO	2
Dianópolis-TO	3
Figueirópolis-TO	1
Filadélfia-TO	1
Formoso do Araguaia-TO	2

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Quadro 5.8.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2018.

Localidade	Situação
Goiatins-TO	2
Guaraí-TO	3
Gurupi-TO	3
Itacajá-TO	2
Itaguatins-TO	2
Miracema do Tocantins-TO	3
Miracema do Tocantins-TO	3
Miranorte-TO	3
Natividade-TO	3
Novo Acordo-TO	2
Palmas-TO (Depósito)	2
Palmas-TO (PGJ e Promotorias)	3
Palmeirópolis-TO	1
Paraíso do Tocantins-TO	3
Paraná-TO	3
Pedro Afonso-TO	3
Peixe-TO	3
Pium-TO	2
Ponte Alta do Tocantins-TO	2
Porto Nacional-TO	3
Taguatinga-TO	3
Tocantínia-TO	2
Tocantinópolis-TO	3
Wanderlândia-TO	2
Xambioá-TO	2
Total de Prédios Cedidos	22
Total de Prédios Locados	19
Total de Prédios Próprios	19

Fonte: Departamento Administrativo

O MPE/TO inaugurou, em fevereiro de 2019, o prédio próprio do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, que fica localizado em Palmas, na quadra 202 Norte, a poucos metros da sede da Instituição. O local possui 813 metros quadrados de área construída e abrigará parte dos serviços administrativos do MPE/TO, de modo a liberar espaços físicos na sede institucional e viabilizar condições adequadas de trabalho para os servidores. A obra foi projetada para garantir funcionalidade aos serviços administrativos, mas também baixo custo à

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

etapa de construção, tendo sido utilizados materiais simples e de preços acessíveis, mas de boa qualidade. Nesta fase, foi construído o térreo do Anexo I. Para 2019, é prevista a edificação de um pavimento superior, dobrando-se a extensão da área construída. Com a construção, o MPE/TO também elimina o custo de locação de imóvel para o anexo, já que um prédio alugado, ao custo anual de R\$ 72 mil, era utilizado para o armazenamento de materiais e para garagem de parte dos veículos oficiais.

No novo anexo, ficarão sediados os setores de Arquivo Geral, Almoxarifado, Patrimônio e Transporte, bem como haverá espaço para o armazenamento de bens e de material de arquivo e para abrigar toda a frota oficial de veículos. Ainda há um local de apoio para os funcionários terceirizados, com vestiário e área de refeição e de descanso; e um bicicletário, atendendo ao projeto “Vem de Bike”, que visa estimular os servidores a utilizarem a bicicleta para se deslocar para o trabalho.

Em relação ao serviço de vigilância armada executado nas dependências e unidades pertencentes à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, segue seu detalhamento:

Tabela 5.8.7.6– Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2018 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Em, (%)
	Noturno	Diurno			
Almas-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Araguaina-TO	01	-	11.430,22	137.162,64	4,60
	-	01	12.816,84	153.802,08	5,16
Arapoema-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Arraias-TO	-	01	6.118,25	73.419,00	2,46
Colinas do Tocantins-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Colméia-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Dianópolis-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Guaraí-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Gurupi-TO	-	01	11.680,47	140.165,64	4,70
	01	-	13.097,45	157.169,40	5,27
Itacajá-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Miracema do Tocantins-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Miranorte-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Natividade-TO	-	01	6.118,25	73.419,00	2,46

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.7.6– Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2018 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Em, (%)
	Noturno	Diurno			
Novo Acordo-TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Palmas-TO (PGJ e Promotorias)	-	01	11.701,71	140.420,52	4,71
	01	-	13.118,70	157.424,40	5,28
Paraíso do Tocantins-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Paraná-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Pedro Afonso-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Peixe-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
Porto Nacional-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Taguatinga –TO	-	01	6.052,70	72.632,40	2,44
Tocantinópolis-TO	01	-	6.185,22	74.222,64	2,49
	01	-	13.050,47	156.605,64	5,25
Xambioá-TO	-	01	6.185,22	74.222,64	2,49
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>22</b>	<b>248.425,05</b>	<b>2.981.100,60</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Área de Manutenção / Departamento Administrativo

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça tem uma frota de 38 veículos próprios e 04 cautelados nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 4,69 anos.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota institucional e para otimização dos recursos disponíveis, a instituição optou pela contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por km rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de descolamentos e informações em tempo real).

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Para a prestação eficiente desse serviço de transporte, a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, entre outros.

Vale destacar que no decorrer de 2018, foram destinados a desfazimento, via leilão, após passarem por um processo de baixa interna no órgão, 03 veículos oficiais, os quais foram substituídos por veículos novos em 2018 e por serem classificados como antieconômicos.

Quadro 5.8.7.2– Relação de Veículos Destinados a Leilão.

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
1	Fiat	Siena	MWA-8957	2010/2011	Palmas
2	Ford	F 350	MWQ-9397	2009/2009	Palmas
3	Toyota	Hilux	MWS-0429	2010/2011	Palmas

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

Segue, abaixo, um comparativo das despesas empenhadas visando à manutenção da frota institucional, nos anos de 2012 a 2018.

Tabela 5.8.7.7 – Principais Despesas de Manutenção da Frota, em 2012 a 2018.

Descrição	Despesas, em(R\$)						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Combustíveis e lubrificantes	141.813,77	109.670,00	121.123,24	112.041,00	82.166,53	159.940,79	184.895,69
Material/Serv. Manutenção	41.142,56	30.908,50	49.066,96	42.460,00	137.451,91*	72.133,92	92.582,63
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	-	-	-	7.300,00	-	-
Seguros	48.679,42	36.500,00	42.214,04	42.108,00	53.693,83	46.746,26	54.196,68
Serviços de Lava a Jato	10.801,41	8.402,95	8.623,00	6.617,00	9.206,00	9.206,00	9.614,00

\*Obs.: Despesas com peças e serviços no exercício 2016.  
Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

A Procuradoria-Geral de Justiça visou administrar bem os custos relacionados à gestão de sua frota de veículos, aplicando métodos e técnicas que minimizem os gastos e riscos relacionados ao investimento em veículos, contribuindo com a eficiência das suas operações. Podemos considerar como custos na frota: custos com manutenção, combustível, pneus, peças de reposição, e assim por diante.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ, bem como os principais custos associados em 2018.

Tabela 5.8.7.7 – Informações sobre o Uso dos Veículos (custos associados à manutenção)

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)
1	GM	Celta LT*	OEH-2976	2012/2012	Palmas/PGJ	4.316	1.033,78
2	Ford	F-350	MWQ-9397	2009/2009	Palmas/PGJ	19.625	3.423,60
3		CARGO 816 <sup>14</sup>	QKE-4259	2018/2019	Palmas/PGJ	-	21.629,78
4		Ranger	QKF-1924	2016/2017	Palmas/PGJ	17.670	2.623,80
5		Ranger	QKE-6924	2016/2017	Palmas/PGJ	11.291	1.741,00
6	Fiat	Siena ELX	MXG-3014	2010/2011	Palmas/PGJ	11.231	1.528,90
7		Siena ELX	MXG-3114	2010/2011	Palmas/PGJ	8.710	3.926,00
8		Siena ELX	MWA-8957	2010/2011	Palmas/PGJ	12.816	2.376,80
9		Siena EL	MWO-6906	2011/2012	Palmas/PGJ	6.932	1.062,77
10		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012	Palmas/PGJ	7427	-
11		Siena EL	MWQ-8396	2011/2012	Palmas/PGJ	8.247	1.403,00
12		Siena EL	MWQ-8536	2011/2012	Palmas/PGJ	8.122	1.435,00
13		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012	Palmas/PGJ	8.346	1.252,00
14		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012	Palmas/PGJ	7.245	177,50
15		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012	Palmas/PGJ	10.950	1.992,00
16		Línea	MWP-0214	2012/2012	Palmas/PGJ	3.887	3.519,00
17		Línea	MWP-0224	2012/2012	Palmas/PGJ	9.209	649,78
18		Línea	MWP-0244	2012/2012	Palmas/PGJ	8.831	979,78
19		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema	4.133	-
20	Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Araguaína	1.167	60,00	
21	Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	9.957	612,00	
22	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Palmas/PGJ	3.440	514,00
23	Toyota	Hilux*	MWS-0429	2010/2011	Desfazimento	24.429	4.951,00
24		Hilux*	GAE -1238	-	Acautelado	5.555	900,00
25		Hilux SW*	ONU-4870	-	Acautelado	11.138	933,78
26		Gol 4P	QKE-4724	2016/2017	Augustinópolis	11.138	709,00
27		Gol 4P	QKE-4744	2016/2017	Porto Nacional	10.898	1.955,97
28		Gol 4P	QKE-4714	2016/2017	Araguaína	8.673	1.002,50

<sup>14</sup> O veículo Ford Cargo possui um valor de manutenção elevado devido a aquisição da carroceria baú ter sido feita via processo de manutenção.



## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

Tabela 5.8.7.7 – Informações sobre o Uso dos Veículos (custos associados à manutenção)

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)	
29	VW	Gol 4P	QKE-4694	2016/2017	Paraíso do Tocantins	7.250	268,11	
30		Gol 4P	QKE-4704	2016/2017	Gurupi	5.550	1.950,00	
31		Gol 4P	QKF-9884	2016/2017	Palmas/PGJ	7.463	65,00	
32		Gol 4P	QKG-5867	2016/2017	Tocantinópolis	10.115	390,00	
33		Gol 4P	QKE-1148	2016/2017	Araguaína	10.877	200,00	
34		VW GOL	MWX-5183	-	Palmas/PGJ	9.288	112,00	
35		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2017	Palmas/PGJ	8.276	-	
36		Voyage 1.6	QKF-9864	2016/2017	Palmas/PGJ	9.005	40,00	
37		Voyage 1.6	QKH-6197	2016/2017	Palmas/PGJ	8.121	382,18	
38		Voyage 1.6	QKH-6207	2016/2017	Palmas/PGJ	11.736	-	
39		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2017	Palmas/PGJ	8.276	-	
40		Mitsubishi	L 200 Triton	QKH-1779	2018/2019	Palmas/PGJ	-	429,78
41			L 200 Triton	QKH-1799	2018/2019	Palmas/PGJ	-	429,78
42	Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007	Palmas/PGJ	-	-	
<b>Total</b>						<b>351.340,00</b>	<b>66.659,59</b>	

\* Veículo Acautelado.

Obs.: Valores informados correspondente as despesas realizadas até 30/11/2018.

Nota: Os custos anuais associados à frota de veículos estão diretamente relacionados com despesas com a manutenção (peças acessórios e serviços).

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.